



ANAIS

XIII COLÓQUIO QUAPÁ-SEL

os sistemas de espaços livres e as transformações na paisagem: políticas e projetos

FAUUSP

Eugenio Fernandes Queiroga, Ana Cecília de Arruda Campos,
Fábio Mariz, Helena Degreas, João Meyer

São Paulo, 2018





Organizadores: Eugenio Fernandes Queiroga, Ana Cecília de Arruda Campos, Fábio Mariz, Helena Degreas, João Meyer

Comissão Científica:

Verônica Lima (UFRN), Leonardo Loyolla (FAUUSP/Escola da Cidade), João Meyer (FAUUSP), Jonathas Magalhães (PUCCAMP), Maurício Pamplona, Fábio Mariz Gonçalves (FAUUSP), José Roberto Merlin (PUCAMP), William Mog (UFRGS), Francine Sakata (FAUUSP), Glauco Coccozza, Roberto Sakamoto (FIAM-FAMM), Isabela Sollero (FAUUSP), Vera Tângari (UFRJ), Thaís Furtado, Dênio Benfatti (PUCCAMP), Sidney Carvalho (Quapá), Eneida (UFES), Ana Cecília Arruda Campos (PUCCAMP), Wilton Medeiros (UEGO), Bárbara Prado (UEMA), Geraldo Majela, Helena Degreas (QUAPÁ), Alina Santiago (UFSC), Alessandro Filla Rosanelli (UFPR), Eugenio Queiroga (FAUUSP), Karin Menegheti (Maringá), Isabela Sollero (FAUUSP), Ruth Maria da Costa Ataide (UFRN), Elisangela Sena, Nayara Amorim (UFBA), Daniely Aliprandi, Wilson dos Santos jr. (Caracol), Ana Rita Sá Carneiro, Carlos Verzola Vaz (UFSC).

Apoio Técnico: Isabela Ferreira Billi

ISBN: 978-85-8089-156-0



Estes anais reúnem os trabalhos apresentados no "XIII Colóquio Quapá-SEL – os sistemas de espaços livres e as transformações na paisagem: políticas e projetos", realizado na Universidade Federal de Santa Maria nos dias 01 e 02 de outubro de 2018. Os trabalhos apresentados trataram dos resultados dos trabalhos obtidos pelos pesquisadores da Rede Nacional em diferentes cidades brasileiras nos últimos anos.



Sumário

METODOLOGIA DE ANÁLISE URBANA TIPO-MORFOLÓGICA: TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO BAIRRO APARECIDA EM UBERLÂNDIA-MG	6
GLAUCO, Coccozza (1); GABRIELA, Bertuluci (2); SCHIRLEY, Brandão (3); BÁRBARA, Silva (4)	
REQUALIFICAÇÃO DE ORLAS FLUVIAIS NO MEIO URBANO E SEUS ENTRAVES: O CASO DO PROJETO BEIRA-RIO NA CIDADE DE PIRACICABA/SP	26
SALVADOR, Laís Margiota (1); MERLIN, José Roberto (2)	
INFLUÊNCIA DA MORFOLOGIA URBANA AO ACESSO SOLAR EM ESPAÇOS LIVRES UM ESTUDO PARA AS PRAÇAS DE PELOTAS, RS	41
BRENDA, Almeida Tejada (1); CELINA MARIA, Britto Correa (2)	
CONDOMÍNIOS DE LOTES E LOTEAMENTOS DE ACESSO CONTROLADO: REFLEXÕES SOBRE OS POSSÍVEIS IMPACTOS DA LEI FEDERAL 13.465/2017 NOS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES DAS CIDADES BRASILEIRAS	56
COELHO, Leonardo Loyolla	
A (DES)CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES E SUAS TEMPORALIDADES NA POLÍTICA MUNICIPAL: AS PRAÇAS DO CENTRO ANTIGO DE CUIABÁ/MT	67
DORIANE, Azevedo (1); CLAUDIO, Santos de Miranda (2); LUCAS, Luan dos Santos (3)	
TRANSFORMAÇÕES DA FORMA URBANA OCORRIDAS ENTRE 2005 E 2016 NOS MUNICÍPIOS DE FLORIANÓPOLIS - SC E FORTALEZA - CE.....	94
RIBEIRO, Ana J. S. (1); SEADE, Juliana (2); SILVA, Jonathas M. P. da (3)	
O PROJETO DE SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS COMO ESTRUTURADOR DA PAISAGEM DO RECIFE PARQUE CAPIBARIBE E JARDIM DO BAOBÁ	119
SANTOS, Luisa Acioli dos (1); SÁ CARNEIRO, Ana Rita (2)	
A PRAÇA CLEMENTINO PROCÓPIO E AS SUAS TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS	133
ANA CARLA, de Sousa Lima (1); MAURO, Normando Macêdo Barros Filho (2)	
MORFOLOGIA URBANA NA AMAZÔNIA: CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E ACESSIBILIDADE NO	



BAIRRO DO ELESBÃO, SANTANA – AP..... 159

ADRIANNE, Vieira (1); KEVIN, Cordeiro (2); LETICIA, Kuwahara (3); LUCAS, Bitencourt (4);
VICTORIA, Carvalho (5)

TRANSFORMAÇÕES DA FORMA URBANA: DIFERENCIAÇÕES ENTRE A CIDADE TRADICIONAL E O URBANO ALARGADO. ESTUDO DE CASO: SALVADOR-BA..... 176

MAYER, Isabela Sampaio (1); FURLAN, Victoria Oliveira (2); BENFATTI, Denio Munia (3)

PRAÇAS PÚBLICAS E FORMA URBANA: O CENTRO DE VITÓRIA – ES 203

VALFRÉ, Lorenzo Gonçalves (1); PEGORETTI, Michela Sagrillo (2); MENDONÇA, Eneida Maria Souza (3)

PRODUÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE BORDAS URBANAS: TIPOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS DOS ESPAÇOS LIVRES NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG..... 221

GLAUCO, de Paula Coccozza (1); MARIA ELIZA, Alves Guerra (2); PATRÍCIA, Pimenta Azevedo Ribeiro (3)

PARQUES URBANOS NAS PERIFERIAS E BORDAS: NOVAS DEMANDAS DE GESTÃO 240

SAKATA, Francine (1); GONÇALVES, Fabio Mariz (2)

ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM PARCELAMENTOS DA REGIÃO SUL DE CUIABÁ/MT: DO PROJETO A APROPRIAÇÃO 262

SAMPAIO, Priscila Wolff (1); AZEVEDO, Doriane (2)

AS TRANSFORMAÇÕES E AS NOVAS APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DO BAIRRO CAMOBI 288

PAULA, Gabbi Polli (1); VANESSA, Casarin (2)

OS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES E AS INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS NA CIDADE DE NATAL: RESISTÊNCIAS EM BUSCA DE UMA CIDADE COM MAIS URBANIDADE. 303

LIMA, Verônica Maria Fernandes de (1); MEDEIROS, Viviane Gomes (2); OLIVEIRA, Fernanda Lorena Rabelo de (3)

PAISAGEM SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS LIVRES PARA O COTIDIANO EM CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL..... 318

DONOSO, Verônica Garcia

AVALIAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES INTRAURBANOS DE LAZER E RECREAÇÃO PÚBLICOS DA



CIDADE DE SANTA MARIA, RS: UM OLHAR DA COMUNIDADE SANTA-MARIENSE 331

PIPPI, Luis Guilherme Aita Pippi (1); GABRIEL, Letícia de Castro (2) COCCO, Renata Michelon (3);
GABRIEL, Helena Reginato (4); BALESTRIN, Zamara Ritter (5); LAUTERT, Alice Rodrigues (6)

**APROPRIAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO, INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS E RESISTÊNCIAS: O
MOVIMENTO ECO PRAÇA EM NATAL-RN. 351**

MANUELA, Carvalho (1); RUTH, Ataíde (2)

**A CIDADE E MEMÓRIAS O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO DO COMPLEXO FERROVIÁRIO DE CAMPINAS
..... 365**

FARAH, Ana Paula (1); MERLIN, José Roberto (2)

A RUA DO CANAL EM SALVADOR: CONTEXTOS, PROBLEMAS E ALTERNATIVAS 378

ARAÚJO, Iara Sacramento de (1), AMORIM, Nayara Cristina Rosa (2)

**CICLOMOBILIDADE COMO INTEGRAÇÃO URBANA: POSSIBILIDADES PARA SÃO JOSÉ DOS
PINHAIS - PR..... 396**

RENATA, de Oliveira Kuzma (1); ALESSANDRO, Filla Rosaneli (2)

**O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES E A MOBILIDADE URBANA EM NATAL: AS VOZES DA CIDADE EM
BUSCA DO DIREITO DE IR E VIR..... 417**

LIMA, Verônica Maria Fernandes de (1); FURUKAVA, Camila (2); XAVIER, Bárbara Dantas Coelho
(3); SILVA, Letícia de Lima Leite (4); FONSECA, Cláudia Salviano da (5)

**PARQUES LINEARES COMO ELEMENTOS DE CONEXÃO: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA
COBERTURA VEGETAL 429**

YALLOUZ, G. A. N. (1); FERREIRA, B. S. (2); TAVARES, F. S. B. (3); BASSO, J. (4)

**INTENÇÕES E REFLEXÕES TEÓRICAS PARA PROPOSTA DE CONEXÕES NA PAISAGEM DO
COTIDIANO DO JARAGUÁ 445**

LEMOS, Isabela Sollero

**A RUA EM LIMEIRA – UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO LIVRE
PÚBLICO BASEADA NA CAMINHABILIDADE..... 462**

CHAVES, Rafaela Pavanelli



METODOLOGIA DE ANÁLISE URBANA TIPO-MORFOLÓGICA: Transformações urbanas no Bairro Aparecida em Uberlândia-MG

**GLAUCO, Coccozza (1); GABRIELA, Bertuluci (2); SCHIRLEY, Brandão (3); BÁRBARA, Silva
(4)**

(1) PPGAU-FAUeD-UFU; Professor Associado; Uberlândia, Minas Gerais;

glauco_coccozza@yahoo.com.br

(2) PPGAU-FAUeD-UFU; mestranda; Uberlândia, Minas Gerais; gabriela_bertuluci@hotmail.com

(3) PPGAU-FAUeD-UFU; mestranda; Uberlândia, Minas Gerais; schirleycobrandao@gmail.com

(4) PPGAU-FAUeD-UFU; mestranda; Uberlândia, Minas Gerais; bos.arq@gmail.com

RESUMO

O presente artigo consiste em uma análise de uma região do bairro Aparecida em Uberlândia-MG com o objetivo de identificar as implicações sociais e materiais da forma urbana, o que demandou uma “arqueologia” do tecido urbano para compreender quais aspectos podem ser responsáveis por seus efeitos. A análise foi feita a partir de duas abordagens distintas, mas, complementares: histórico-geográfica de M. R. G. Conzen (1960); e tipológico-processual de Saverio Muratori (1959, 1963). Para tanto, foi feita uma breve contextualização dos métodos e procedimentos analíticos utilizados por Conzen e Muratori e dos procedimentos que foram empregados de fato na análise do bairro. Assim, seguindo os métodos e procedimentos analíticos de Conzen, para identificar e definir os períodos e regiões morfológicas do tecido urbano, foi realizada a divisão tripartite de análise da paisagem: planta, volume edificado e uso do solo. Quanto ao procedimento analítico desenvolvido por Muratori, foi feita a análise de dados qualitativos com a identificação das constantes tipológicas no tecido urbano. Por fim, os resultados alcançados levam a uma definição mais clara do bairro como parte do tecido urbano em que se insere e da lógica espacial existente. Este artigo é resultado da



disciplina Morfologia e Desenho da Cidade, desenvolvida na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal de Uberlândia.

Palavras-chave: Forma Urbana; transformações urbanas; tipo-morfologia; Uberlândia.

METHODOLOGY OF URBAN TYPE-MORPHOLOGICAL ANALYSIS

Urban transformations in the neighborhood Aparecida in Uberlândia-MG

ABSTRACT

The present article consists of an analysis of a region of Aparecida neighborhood in Uberlândia-MG with the objective of identifying the social and material implications of the urban form, which demanded an "archeology" of the urban fabric to understand which aspects may be responsible for its effects. The analysis was made from two different but complementary approaches: historical-geographical of M. R. G. Conzen (1960); and typological-processual of Saverio Muratori (1959, 1963). For that, a brief contextualization of the analytical methods and procedures used by Conzen and Muratori and the procedures that were actually employed in the neighborhood analysis were made. Thus, following the methods and analytical procedures of Conzen, to identify and define the periods and morphological regions of the urban fabric, the tripartite division of landscape analysis was carried out: plant, volume and land use. As for the analytical procedure developed by Muratori, the analysis of qualitative data was done with the identification of the typological constants in the urban fabric. Finally, the results achieved lead to a clearer definition of the neighborhood as part of the urban fabric in which it is inserted and of the existing spatial logic. This article is a result of the discipline Morphology and Design of the City, developed in the postgraduate in Architecture and Urbanism (PPGAU) of the Federal University of Uberlândia.

Key-words: Urban form; Urban transformations; Type-morphological; Uberlândia.



1. Introdução

O bairro N^a. Sr^a. Aparecida (ou Aparecida como é conhecido), objeto de estudo deste artigo, encontra-se no setor Central de Uberlândia – MG, com localização privilegiada, considerável concentração de comércio e serviços e duas importantes avenidas (Av. Afonso Pena e Av. Floriano Peixoto) que conectam o tecido urbano da região central até a região periférica norte.

Se analisado na escala da cidade, pode-se dizer que esse bairro forma uma unidade com outras regiões da cidade que também possuem traçado regular, uso misto e variedade de gabaritos¹. Porém, se observada através de um olhar mais refinado, ou mesmo através de uma caminhada em deriva por suas ruas, em contraposição a esta unidade, percebe-se uma grande variedade tipológica.

A variedade tipológica presente no bairro está relacionada com o histórico de ocupação da região. Aparecida, um dos bairros mais antigos da cidade, já foi parte de sua periferia urbana, localizado para além da Estação Ferroviária Mogiana. Devido a intervenções estruturais de grande porte, com a retirada da estação para dar lugar à Praça Sérgio Pacheco e à Estação de Ônibus Central, além da construção de uma das avenidas estruturais da cidade no local dos antigos trilhos; a área sofreu um processo de transformação intenso. Além disso, com a crescente expansão urbana do setor norte e sua forte conexão com esses bairros periféricos, a área assume uma posição estratégica fazendo com que haja uma pressão constante por transformações. Por isso, convivem nessa região diferentes períodos morfológicos.

Essas características despertaram o interesse dos alunos da disciplina Morfologia e Desenho da Cidade, desenvolvida na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal de Uberlândia, pelos processos e condicionantes que determinaram a forma urbana atual dessa localidade. Os alunos realizaram uma série de

¹ Essa análise já foi realizada pelo grupo de estudos NEURB – UFU, coordenado por Coccozza (2013), que desenvolveu pesquisa utilizando a metodologia de identificar os padrões morfológicos da cidade, categorizando-os em Unidades de Paisagem.



análises em uma área que abrange parte do Bairro Aparecida e parte do Bairro Centro. Algumas destas análises serão apresentadas neste artigo.

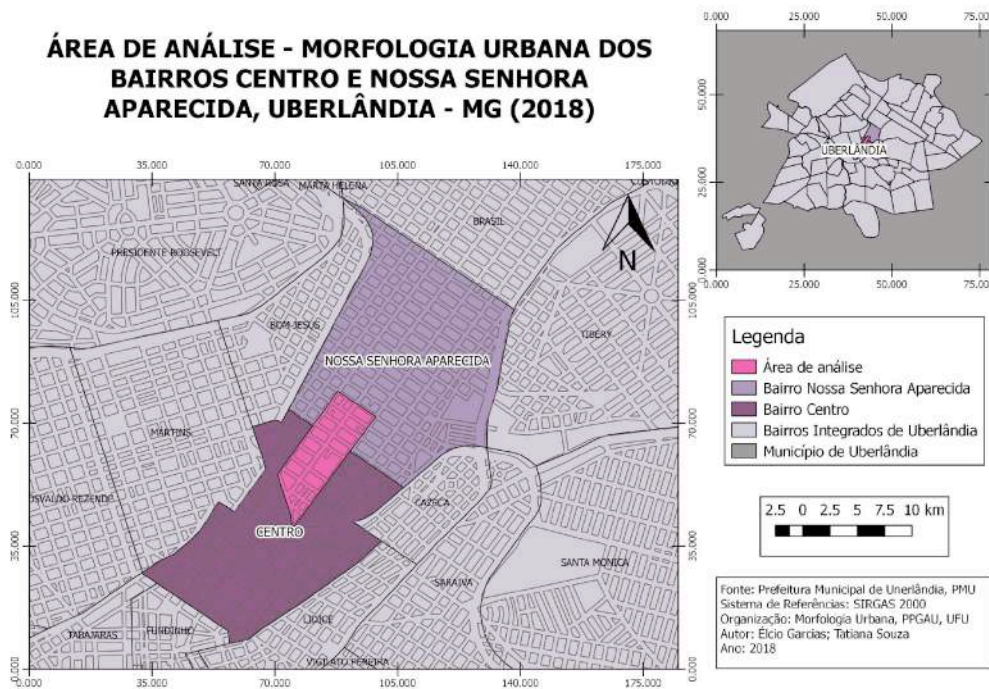


Figura 01: Área de análise. Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

O estudo da morfologia urbana contribui para o entendimento da estrutura da cidade, sua formação e transformação por meio de seus elementos constituintes. Segundo Lamas (2004), os elementos morfológicos são: o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado/rua, a praça, o monumento, a vegetação e o mobiliário urbano. O autor chama de elementos morfológicos as partes físicas que associadas ou estruturadas constituem a forma urbana.

Segundo Moudan (1997) a morfologia urbana consiste no estudo da cidade como habitat humano, possibilitando o acompanhamento da evolução das formas urbanas, assim como suas transformações, através da identificação e do detalhamento de seus vários componentes. Estes estudos focaram em resultados visíveis das forças sociais e econômicas, revelando a expressão materializada das ideias e das intenções que se



estabeleceu nas cidades.

De acordo com Del Rio (1990), a análise da morfologia urbana visa compreender a lógica de formação, evolução e transformação da cidade e de suas inter-relações, a fim de possibilitar a identificação de formas mais apropriadas, cultural e socialmente, para a intervenção urbana e o desenho de novos espaços.

As bases conceituais da Morfologia Urbana têm sido abordadas de diversas formas pelos estudiosos. Além da ênfase dada, que pode ser feita ser maior ou menor em alguns elementos urbanos; o estudo distingue-se também, pelas correntes analíticas adotadas. As principais linhas da Escola de Morfologia Urbana são: a escola inglesa, seguidora dos preceitos de Conzen; a italiana seguidora dos preceitos de Muratori; e a francesa que também utiliza os conceitos italianos.

Para realizar a análise do bairro Aparecida foram realizadas duas abordagens distintas, mas, complementares: histórico-geográfica de M. R. G. Conzen (1960); e tipológico-processual de Saverio Muratori (1959, 1963). A análise centrou-se na sua parte sul e mais antiga, composta por 17 quarteirões; e a escolha levou em consideração o espaço de transição do Bairro Centro para o Bairro Aparecida. No desenvolvido desse artigo, é feita uma breve contextualização dos métodos e procedimentos analíticos utilizados por Conzen e Muratori e dos procedimentos que foram empregados de fato na análise do bairro, para depois, definir mais claramente o bairro como parte do tecido urbano em que se insere e da lógica espacial existente.

2. A Escola Inglesa de Morfologia Urbana – Conzen

Conzen, precursor da Escola Inglesa de Morfologia Urbana, buscou explicar a estrutura atual do plano da cidade a partir da análise do seu desenvolvimento. O autor é responsável pelo aperfeiçoamento do conceito de cintura periférica (fringe-belt), e pela formação dos conceitos de ciclo de parcela burguesa (burgage cycle) e região morfológica² (Oliveira, 2018). Como metodologia, descrita no livro “Alnwick Northumberland: a study in town-plan analysis” (Conzen, 1960), utiliza a divisão tripartida

² Região morfológica é uma área que tem uma unidade em relação à sua forma que a distingue das áreas envolventes. (OLIVEIRA, 2018)



da paisagem urbana tendo como enfoque o plano de cidade, que contém três elementos: as ruas e sua organização num sistema; as parcelas e sua agregação em quarteirões; e as plantas de implantação dos edifícios. Com isso, identifica as principais unidades de paisagem e seus subtipos, o que permitiu uma análise dos planos em quatro ordens³ em Alnwick. Em trabalho posterior, realizado em Ludlow, o geógrafo complementa sua metodologia de análise do plano de cidade com a identificação do tecido edificado e dos usos do solo existentes (Conzen, 1975, 1988).

A potencialidade da metodologia desenvolvida por Conzen está em reduzir as inúmeras características morfológicas, considerando escalas diversas, em um sistema lógico de explicação, que reflita a relação entre as comunidades urbanas e o tecido físico criado (e transformado) por elas de acordo com suas necessidades sociais ao longo do tempo (Conzen, 2009a apud Oliveira, 2018).

2.1. Aplicação do conceito de região morfológica no Bairro Aparecida

Na análise do Bairro Aparecida foi realizada a aplicação do conceito de regiões morfológicas, tendo como enfoque o plano de cidade, em sua visão tripartite, o tecido edificado e os usos do solo. O trabalho não considerou níveis hierárquicos, visto que fez a análise de apenas uma ordem. Além dos estudos realizados por Conzen, foram importantes referências os estudos realizados pela rede QUAPA-SEL, especialmente as pesquisas realizadas dentro dos projetos QUAPA-SEL I e II que resultaram em método de análise do espaço urbano.

O método desenvolvido pelos projetos QUAPA-SEL I e II consiste em um processo de leitura urbana a partir da classificação e caracterização de distintos tipos morfológicos. São produzidos diversos mapas temáticos para exprimir dados tridimensionais em duas dimensões. (PERGORARO, 2016; MACEDO et al., 2018)

³ As ordens consideram a hierarquia das regiões, que depende não só da variedade de formas existentes, mas, do detalhe com que a paisagem é examinada. Quando a análise é realizada em mais de uma ordem, é possível descrever os tecidos urbanos em diferentes níveis de resolução.



Pergoraro (2016) apresenta método de análise da transformação urbana através da divisão das modificações em três categorias: transformações por processos de adição, transformações por processos de consolidação e transformações por processos de substituição. Este método influenciou de forma significativa as análises realizadas no Bairro Aparecida.

O entendimento do caráter da transformação consiste no entendimento da relação estabelecida entre a área transformada e a área anteriormente urbanizada. Esta relação pode ocorrer de três maneiras.

1 - Áreas de transformação por adição: consistem em áreas de transformação de uma porção de espaço não urbano do município em espaço urbano.

2 - Áreas de transformação por consolidação: consistem em áreas de transformação que se caracterizam pela ocupação de áreas vazias incorporadas ao espaço urbano, ou no sentido de estabelecer a continuidade do espaço urbano entre dois núcleos urbanizados dispersos.

3 - Áreas de transformação por sobreposição: consistem em áreas com alteração da volumetria construída e da ocupação de uma área previamente urbana já ocupada por outra volumetria construída (PERGORARO, 2015)

O ponto de partida para identificação das regiões morfológicas foi a estrutura histórica-geográfica da paisagem urbana. Como não foram encontradas plantas antigas da cidade que incluíssem a área de estudo, o processo de trabalho baseou-se em imagens de satélite (1965, 1979, 2004, 2007, 2018) e visitas em campo. Essa etapa do trabalho, teve como objetivo compreender o processo de desenvolvimento das ruas, parcelas e edifícios através da identificação de elementos incorporados, remanescentes e demolidos (Figura 01).

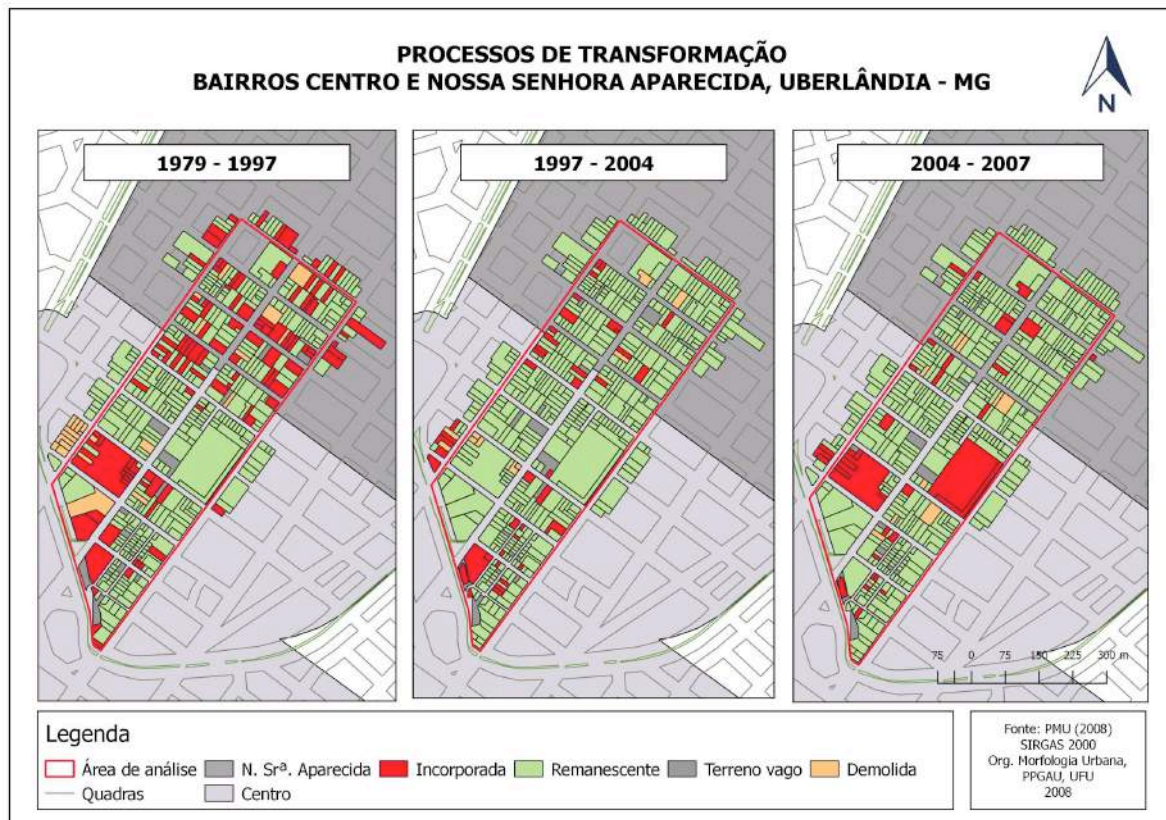


Figura 02: Processo de transformação da área de análise. Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

A partir dessa análise, foi possível compreender que o principal processo de transformação da região, no recorte de tempo analisado, foi a substituição da Ferrovia Mogiana pela Praça Sérgio Pacheco e, posterior implantação do terminal central nessa. Essa mudança fez com que as ruas da região analisada (que estão lindeiras à praça), apesar de permanecerem com a mesma forma tivessem alteração de fluxo, passando de acesso restrito às residências para umas das avenidas de maior conexão da cidade, o que alterou completamente a sua dinâmica urbana.

Depois da análise das transformações morfológicas, foi desenvolvida uma série cartográfica composta de seis bases – Edificações, Lotes, Implantação, Volume Edificado, Uso do Solo e Regiões Morfológicas, que sintetizam a tipologias encontradas (Figura 3 e Figura 4). Importante salientar que a análise se concentrou na área delimitada, mas, as

regiões

morfológicas



identificadas podem se estender para além da área de estudo.

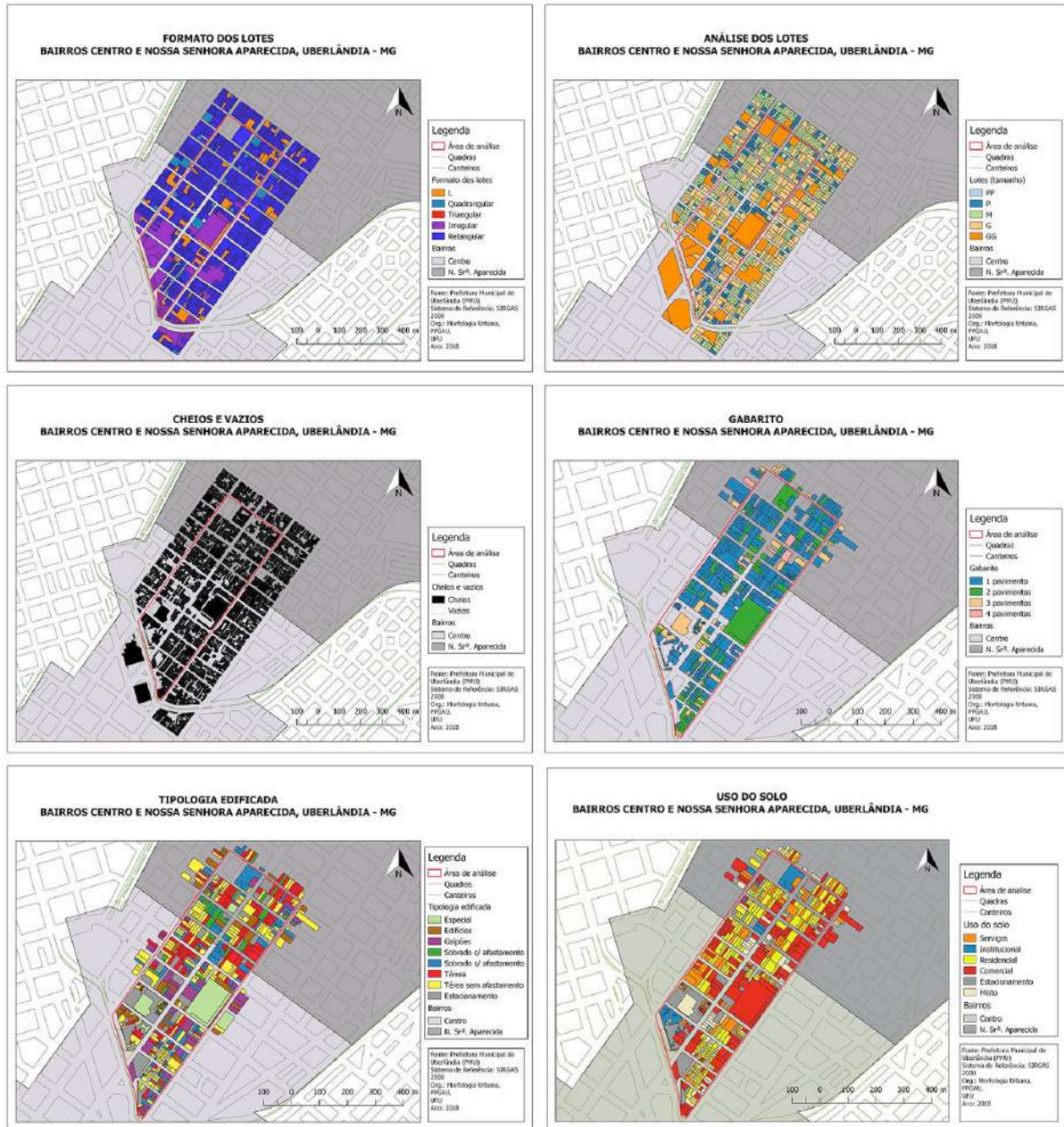


Figura 03: Análise tripartite da área: forma e tamanho dos lotes, edifícios, tecido edificado, uso do solo. Fonte: Elaborados pelos autores, 2018.

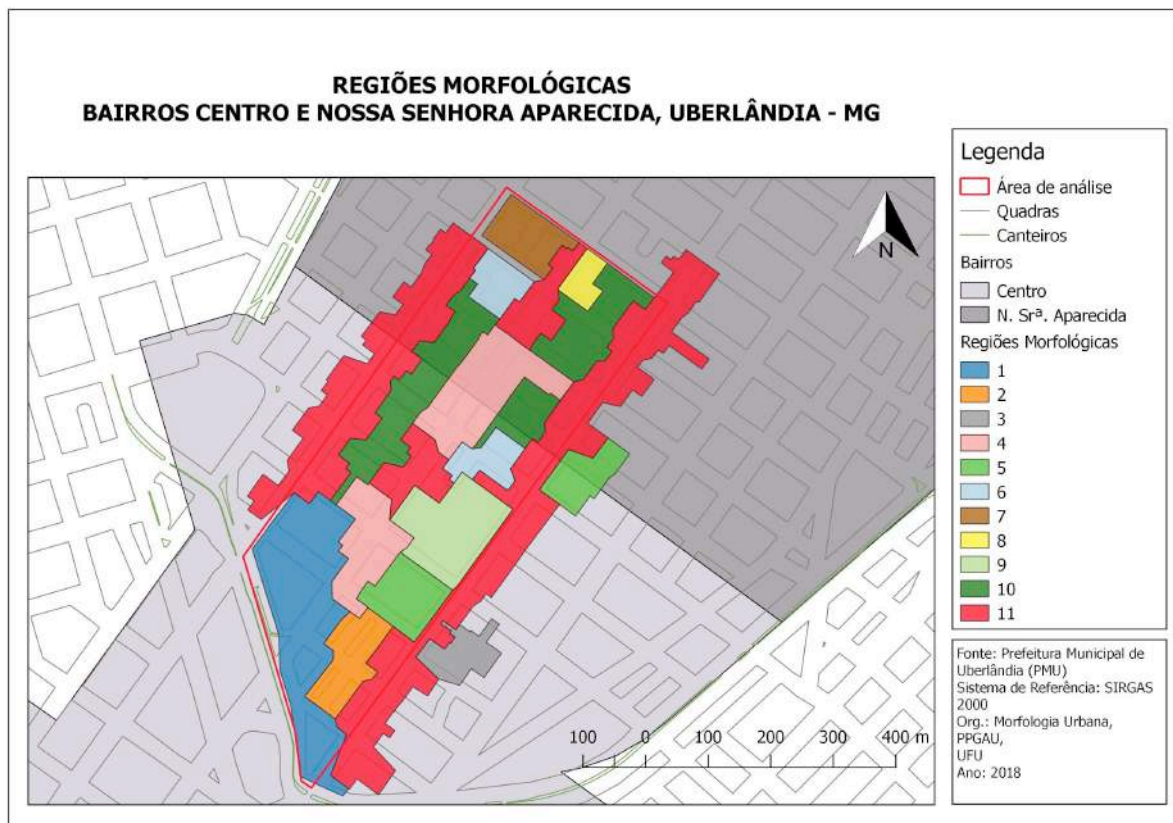


Figura 04: Regiões morfológicas. Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Nas duas primeiras bases, para analisar os lotes foi considerado sua forma - retangular, quadrangular, triangular, irregular, formato em “L”; e tamanho - pequenino (PP) - <math> < 125\text{m}^2 </math>; pequeno (P) - <math> 125 < \text{área} < 250 </math>, médio (M) - <math> 250 < \text{área} < 450 </math>, grande (G) - <math> 450 < \text{área} < 1200\text{m}^2 </math>, muito grande (GG) - $> 1200\text{m}^2$. Para analisar os edifícios foi considerada sua implantação no lote - através da planta de cheios e vazios; e seu gabarito. No caso da base do volume edificado foi considerada a relação da ocupação do solo com uso, sendo identificadas as categorias: edificação térrea sem afastamento, edificação térrea com afastamento, sobrado com afastamento, sobrado sem afastamento, galpão, edifício, estacionamento, especial. Por fim, a base de Uso do Solo considerou as categorias: residencial; comercial; serviço; uso misto; institucional; estacionamento.

A partir desse levantamento, foi possível identificar a lógica espacial da região, caracterizada, principalmente, por três fenômenos: área de influência da Praça Sérgio Pacheco, com concentração de galpões, serviços e comércio, caracterizada pela



incorporação de elementos sob influência da antiga Estação Ferroviária; a permanência da característica de vila dos miolos de quadra, com predomínio de residências térreas e residenciais, porém com tendência a substituição do uso do solo, devido a posição de centralidade adquirida pelo bairro; e por fim, as avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto com concentração comercial e de serviços, fluxo intenso de veículos e adensamento construtivo.

3. A Escola Italiana de Morfologia Urbana - Saverio Muratori

A escola italiana, de acordo com Mondon (1997), tem seu início nos estudos do arquiteto Saverio Muratori (1910 – 1973) e de Gianfranco Caniggia (1933 – 1987), na década de 1940. Segundo Rosaneli (2011), essa escola de pensamento possui como principal característica a preocupação com o destino das cidades históricas italianas, sobretudo devido aos efeitos das intervenções modernistas. Apresenta uma maior preocupação com o estudo tipológico das edificações (fachadas, estilos arquitetônicos, gabarito) e de suas transformações ao longo do tempo. Segundo Costa e Netto (2015), os conceitos e métodos de Muratori constituem a base do método tipo-morfológico desenvolvido no contexto italiano, porém, muitos deles são conceitos universais e podem ser tomados como referência para estudos morfológicos em qualquer lugar do mundo. A contribuição da Escola italiana de Morfologia Urbana para os estudos morfológicos é de grande importância e constitui um dos pilares estruturantes da formação e desenvolvimentos futuros.

De acordo com Costa e Netto (2015), O método da Escola Italiana de Morfologia Urbana se desenvolveu a partir de um elemento isolado, ampliando a escala, até chegar à concepção geral. O desenvolvimento do elemento urbano acontece através de quatro etapas sucessivas: Etapa 01: Investigação do tipo edifício e estruturação das possíveis diversificações tipológicas; Etapa 02: Identificação de séries e dos graus de sua derivação (combinações orgânicas ou seriais); Etapa 03: Observação de séries que estão implantadas ao longo de rotas que unem polos opostos e formam conjuntos com características semelhantes; Etapa 04: Identificação dos tecidos urbanos que surgem da



estruturação das rotas vão, progressivamente, sendo implantados no sentido do topo até os fundos de vale, ocupando o território.

O método de análise italiano é chamado de análise tipo-morfológica e se estrutura na definição do tipo. Os tipos edilícios básicos são representados, basicamente, pelos edifícios residenciais, já os tipos edilícios especializados são aqueles que têm funções específicas e se diferenciam na malha urbana, apresentando características mais complexas e maiores proporções. Para realização da análise tipo-morfológica é necessário, primeiramente, identificar os edifícios especializados e seus respectivos usos, em seguida são selecionados e classificados os tipos básicos. (COSTA; NETTO, 2015)

3.1. Aplicação do método tipo-morfológico de Saverio Muratori no Bairro Aparecida

A análise tipo-morfológica de região do Bairro Aparecida partiu de uma caminhada em deriva por suas ruas, onde foi feito o registro fotográfico dos principais tipos edilícios existentes ao longo do caminho e posterior análise e definição das variações do tipo. Através da análise foi possível perceber que a região possui uma grande variedade de tipologias arquitetônicas, porém o tipo básico presente na área é a casa térrea sem afastamento. Isso porque apesar de atualmente existirem diversas tipologias residenciais e comerciais, estas foram adaptações sofridas dessa tipologia básica. Na Rua Gardênia, uma das mais tranquilas do bairro Centro, é possível observar diversos exemplares desse tipo de edificação (Figura 5).



Figura 05: Tipo básico da região analisada, presente na Rua Gardênia. Fonte: Elaborada pelos autores, 2018.

Na Figura 06 estão representadas as edificações que hoje abrigam pequenos comércios ou serviços. São modificações do tipo básico, onde uma residência térrea foi transformada em edifício comercial. Muitos destes estabelecimentos ocupam uma edificação que foi dividida, como por exemplo uma única casa que deu lugar a duas lojas. É possível observar na imagem o telhado das antigas casas, escondido pelas fachadas ocupadas pelas placas dos comércios.



Figura 06: Transformações do tipo básico. Fonte: Elaborada pelos autores, 2018.

Na Figura 07 observa-se que na região analisada existem alguns exemplares de uma tipologia residencial que se difere um pouco do tipo original. Esses edifícios são mais recentes e consistem em casas que possuem um grande afastamento frontal separado da calçada por um gradil. Essa tipologia é encontrada somente nos miolos de quadra, que possuem uma atmosfera completamente diferente da presente nas Av. Afonso Pena e Floriano Peixoto.

Na área estudada também existem outros tipos de casas térreas, que são gerados quando uma edificação mais antiga é completamente demolida e dá lugar a um edifício residencial de arquitetura contemporânea ou quando uma edificação que antes era um tipo básico foi tão modificada que perdeu a maioria de suas características originais. Ambos os casos podem ser observados na Figura 08. Novamente, esse tipo tipológico aparece somente nos miolos de quadra.

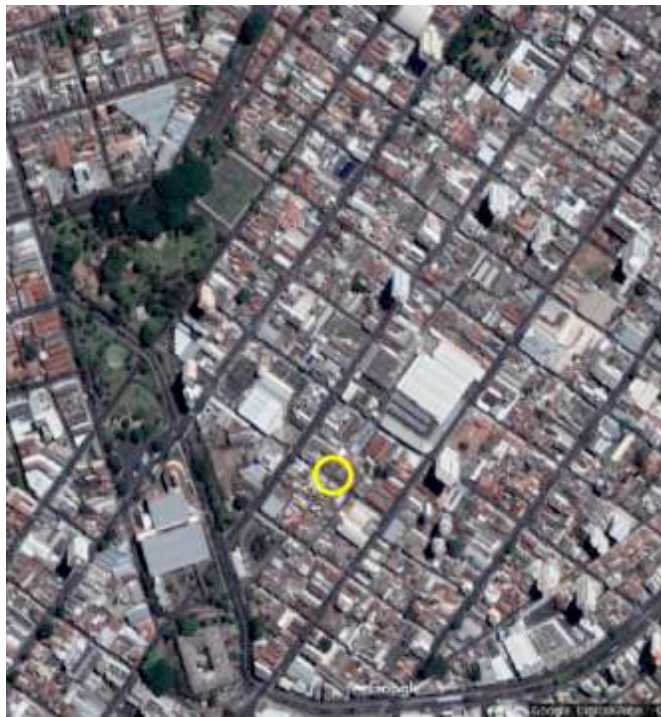


Figura 07: Tipologias na Rua Martinésia. Fonte: Elaborada pelos autores, 2018.





Figura 08: Tipologias na Rua dos Pereiras. Fonte: Elaborada pelos autores, 2018.

Uma tipologia bastante comum na região consiste em edifícios de dois a quatro pavimentos que possuem um uso comercial no térreo, como uma loja por exemplo, e apartamentos que são utilizados para moradia ou serviços. Esse tipo está mais presente nas grandes avenidas, como a Avenida Afonso Pena (Figura 09). Nas esquinas é muito comum a presença de edifícios de dois a quatro pavimentos que possuem fachadas com aberturas para as duas ruas que se encontram. Esses prédios sempre possuem comércios no pavimento térreo que se beneficiam desta particularidade. Essa tipologia pode ser vista na Figura 10.

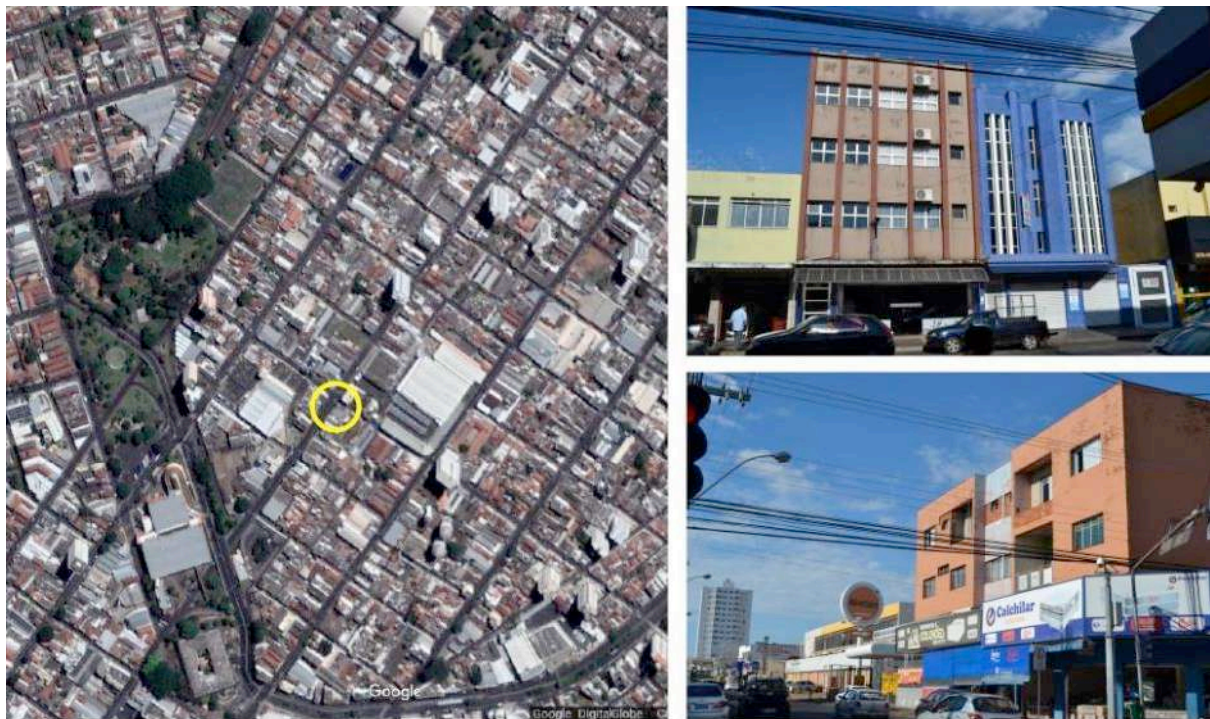


Figura 09: Tipologias na Avenida Afonso Pena. Fonte: Elaborada pelos autores, 2018.

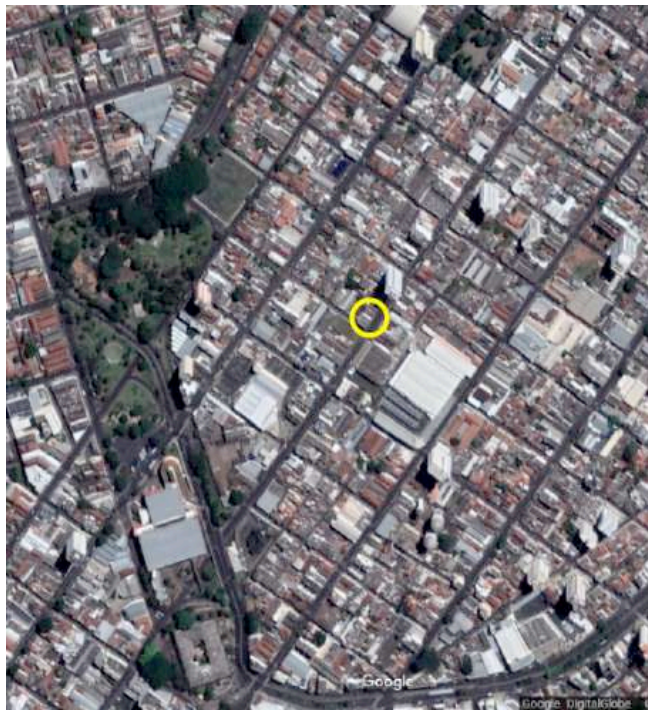


Figura 10: Tipologias encontradas nas esquinas. Fonte: Elaborada pelos autores, 2018.

Outra tipologia comum na área estudada são os galpões, que podem dar lugar a várias lojas sob o mesmo telhado ou a uma única e grande loja, como é o caso dos galpões mostrados na figura 11. Alguns desses galpões são reminiscentes das estruturas existentes para dar suporte à Estação Ferroviária.

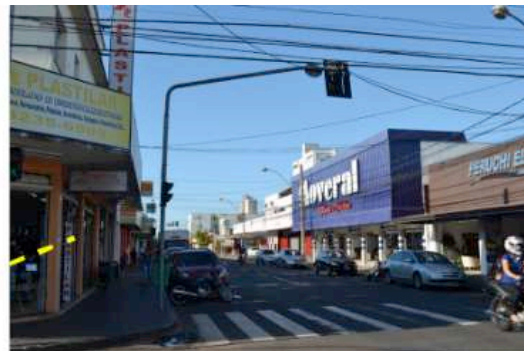


Figura 11: Tipologia de esquina na Avenida Afonso Pena. Fonte: Elaborada pelos autores, 2018.

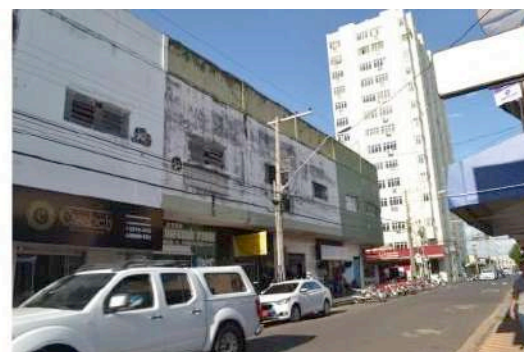
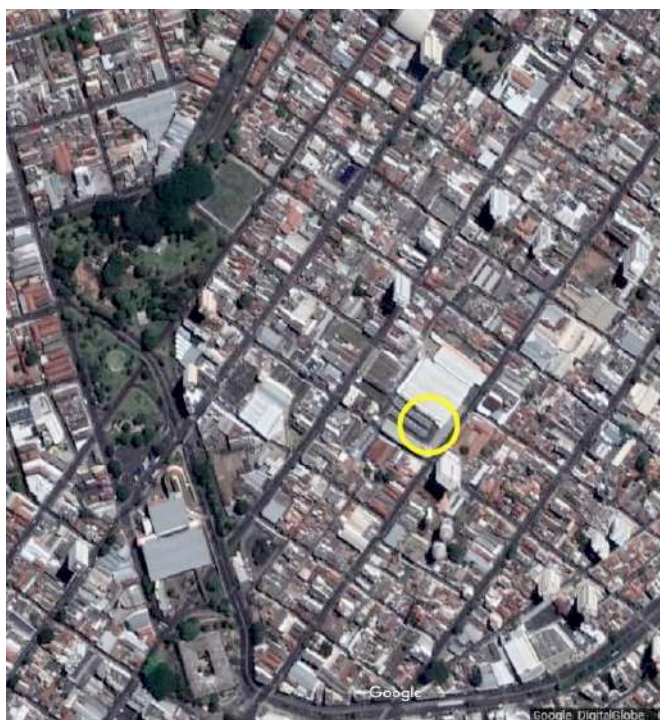




Figura 12: Tipologias na Av. Afonso Pena. Fonte: Elaborada pelos autores, 2018

Por fim, na figura 12, são apresentados dois tipos edílicos especializados observados na região analisada. Um deles é o edifício que até 2010 abrigava o Estádio Juca Ribeiro, construído na década de 1930, onde hoje funciona um hipermercado (onde era o campo) e pequenas lojas (abaixo da arquibancada que foi preservada). Outro tipo edílico especializado observado são os edifícios altos, com mais de cinco pavimentos, pouco presentes na área analisada.

4. Considerações finais

Esse trabalho consistiu em uma análise do bairro Aparecida onde foram realizadas duas abordagens distintas, mas, complementares: histórico-geográfica de M. R. G. Conzen (1960); e tipológico-processual de Saverio Muratori (1959, 1963). O objetivo foi compreender a lógica espacial existente na região. Através deste estudo foi possível levantar diversos processos e condicionantes que podem ter determinado sua forma urbana atual, que possui uma grande variedade tipológica.

Com a abordagem histórica-geográfica foram identificados três principais fenômenos: área de influência da Praça Sérgio Pacheco, com concentração de galpões, serviços e comércio, caracterizada pela incorporação de elementos sob influência da antiga Estação Ferroviária; a permanência da característica de vila dos miolos de quadra, com predomínio de residências térreas e residenciais, porém com tendência a substituição do uso do solo, devido a posição de centralidade adquirida pelo bairro; e por fim, as avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto com concentração comercial e de serviços, fluxo intenso de veículos e adensamento construtivo. Já, com a análise tipológico-processual foi possível perceber que o tipo básico presente na região é a casa térrea sem afastamento, sendo que a grande variedade de tipologias arquitetônicas foram incorporações dessa tipologia básica.

Assim, esse estudo contribuiu para uma análise detalhada das transformações físicas



ocorridas na região, sendo que foi importante não só para analisar as transformações, mas, as motivações para que tais transformações tenham ocorrido.

5. Referências

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Editora Pini Ltda., 1990.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia Morfologia urbana e desenho da cidade. 3ª ed. Porto: Fundação Colouste Gulbenkian, 2004.

MACEDO, S. S. (Org.); CUSTÓDIO, V. (Org.); DONOSO, V. G. (Org.) Reflexões sobre espaços livres na forma urbana. São Paulo: FAUUSP, 2018

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging in Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.23, n.33, 2º sem. 2016 152 terdisciplinary field. Urban Morphology, v. 1, n. 1, p. 3-10, 1997.

MOUDON, Anne Vernez. Getting to Know the Built Landscape: Typomorphology. In: FRANK, K. A. & SCHNEEKLOTH (ed.). Ordering Space: Types in Architecture and Design, 1994

OLIVEIRA, Vitor (ed.). Diferentes abordagens da forma urbana. Contribuições luso-brasileira. Urban Forms, 2018.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. Fundamentos de morfologia urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

PEGORARO, Rafael Lopez. Transformação Urbana no Brasil: Estudo de Cinco Centros Urbanos. Relatório Científico. São Paulo, 2016



REQUALIFICAÇÃO DE ORLAS FLUVIAIS NO MEIO URBANO E SEUS

ENTRAVES:

o caso do Projeto Beira-Rio na cidade de Piracicaba/SP

SALVADOR, Laís Margiota (1); MERLIN, José Roberto (2);

(1) Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Mestranda; Campinas, São Paulo;

lais.ms2@puccampinas.edu.br

(2) Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Mestranda; Campinas, São Paulo;

jrmerlin@puc-campinas.edu.br

RESUMO

Ao formar vilas ou cidades, o ser humano sempre optou pela proximidade da água, recurso primordial para o desenvolvimento das sociedades. No entanto, com o advento da sociedade industrial a partir do século XVIII, iniciou-se uma cultura predatória relegou as várzeas e rios urbanos ao abandono e à deterioração sob a justificativa do progresso através da expansão urbana. No final do século XX e início do XXI, acontece maior conscientização sobre a finitude dos recursos naturais, que resulta em uma preocupação com os corpos d'água no meio urbano. Este artigo objetiva abordar os espaços de uso coletivo com ênfase nas mudanças introduzidas pelo Projeto Beira-Rio na cidade de Piracicaba/SP, importante intervenção que visou promover uma maior valorização da orla do rio Piracicaba. Abordam-se as consequências positivas e negativas do projeto, bem como os conflitos encontrados com a legislação ambiental. Para tal, se relacionou, dialeticamente, a revisão bibliográfica com o levantamento de campo. Os resultados possibilitaram identificar e debater os entraves contemporâneos, no que tange à relação cidade-rio e desponta-se novo olhar para as orlas fluviais urbanas como espaço livre de uso público.

Palavras-chave: orla fluvial urbana; requalificação; Projeto Beira-Rio; Piracicaba.



REQUALIFICATION OF RIVER BANKS IN THE URBAN ENVIRONMENT

ABSTRACT

When constructing towns or cities, human beings have always opted for the proximity of water, the primordial resource for the development of societies. However, with the advent of industrial society in the nineteenth and twentieth centuries, a predatory culture relegated urban floodplains and rivers to abandonment and deterioration under a justification of urban progress and expansion. At the end of the 20th century and beginning of the 21st century, a great awareness of the finiteness of natural resources arises, resulting in a problem with water bodies in the urban environment. This article deals with the public spaces emphasizing the Beira-Rio Project in the Piracicaba city as an importante intervention to promote a greater valorization of the Piracicaba river bank. It addresses the positive and negative consequences of the project, as well as the studies found with environmental legislation. To do this, to correlate dialectically with a bibliographical review with the field survey. The results made it possible to identify and understand the contemporary obstacles in the city-river relationship and the view of urban riverbanks as a free space for public use.

Key-words: *urban river banks; requalification; Beira-Rio Project; Piracicaba.*

1. Introdução

Ao longo da história, os cursos d'água foram fundamentais para assentamentos humanos, como referência territorial e como possibilidade de navegação. Foram inúmeras as civilizações que nasceram à beira d'água, dentre elas Piracicaba, ao lado do rio de mesmo nome, no interior do estado de São Paulo. A importância da água como elemento vital para os seres humanos e para o bioma acentua a necessidade de preservar e recuperar os corpos hídricos e suas várzeas.

A temática abordada incide sobre duas problemáticas. Uma refere-se as intervenções que impactaram os corpos d'água durante o processo de urbanização, dentre eles o desmatamento da mata ciliar e a impermeabilização do solo. Elas geraram impactos



negativos sobre os cursos hídricos, comprometendo a quantidade e qualidade de suas águas, além de afastar a população de suas margens, especialmente no meio urbano, onde a dimensão social é acentuada, corroborando para a desvalorização dos rios neste meio.

A outra problemática consiste no afastamento da população urbana dos espaços públicos e da comunidade, vivendo cada vez menos a cidade. A valorização de espaços privados e da individualização, o surgimento de enormes espaços públicos destinados ao sistema viário, o aumento da desigualdade social e o desejo de segurança a partir da segregação, impactaram a configuração socioespacial dos espaços públicos.

As orlas fluviais urbanas são palco desses conflitos e entraves, sendo necessário um olhar atento à legislação ambiental e às consequências de projetos de requalificação⁴ ao intervir à beira-rio. Este artigo apresenta Piracicaba e seu rio, em especial através do Projeto Beira-Rio, como estudo de caso para compreender como essas questões se espacializaram no território urbano.

O projeto teve início em 2001 e se concretizou entre os anos de 2003 e 2012. A coordenação geral do Plano de Ação foi realizado pela arquiteta e urbanista Renata Toledo Leme. O projeto incorporou-se às rotinas do poder público e foi desenvolvido pelo Departamento de Projetos Especiais do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP) a partir de 2007 (PMP, 2003).

2. Orlas fluviais urbanas e o conflito normativo das APPs.

É cada vez maior o número de espaços urbanos fragmentados no território brasileiro, situação agravada pela acentuada desigualdade social e crescentes índices de violência, tornando a vida do ser humano cada vez mais individualizada. Segundo Queiroga (2012), a urbanização atual brasileira apresenta potencial para propiciar a integração da esfera de vida pública com os espaços livres públicos da cidade, proposição que se relaciona

⁴ Entende-se por requalificação urbana uma intervenção urbanística para melhorar a qualidade de vida da população a partir da recuperação e construção de equipamentos e infraestruturas; revalorização do espaço público, considerando a dimensão socioeconômica; além de potencializar o nível econômico, cultural, paisagístico e social do local a sofrer a intervenção (MOURA ET AL., 2006). É um termo que difere de reabilitação, revitalização, restauração, reconstrução ou regeneração urbana.



diretamente com o tratamento atual das orlas fluviais urbanas. É possível enxergá-las como ambiente para convívio social, muito além da preservação ambiental.

O conflito reside na própria legislação. No contexto brasileiro, a influência das discussões voltadas para a sustentabilidade, resultou na criação do Código Florestal (Lei n. 4.771/1965) que, dentre outros tópicos, determinava florestas e demais formas de vegetação localizadas em áreas sensíveis a água como de “preservação permanente” (AZEVEDO; OLIVEIRA, 2014). A Medida Provisória (Lei n. 2.166-67/2001) estabeleceu a definição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e, apenas a partir dela, esse termo foi utilizado oficialmente. A definição foi mantida pelo novo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012) como:

Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. (Art. 3º, inc. II, da lei n. 12.651/2012)

O conceito de “preservação permanente”, em 1965, foi concebido por ambientalistas que tinham como objeto de estudo as áreas rurais, num contexto em que o Brasil era predominantemente rural. Em 1989, foi incluído um único artigo (Lei n. 7.803/89) que estende as APPs para as áreas urbanas, numa época em que o país já era predominantemente urbano. A lei não reconhece as diferenças entre as áreas urbana e rural, também não trata especificamente daquelas áreas urbanas à beira-rio que já estão consolidadas ou em via de consolidação. Esta imprecisão ocasionou conflitos advindos do aparato legal, gerando um quadro de insegurança jurídica, ao não conciliar normas ambientais com urbanísticas. O relatório desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas discutiu as questões legais das APPs urbanas indicando que:

As áreas de preservação permanente – APPs – são regulamentadas pela Lei nº12.651/2012 (doravante referida como “atual Código Florestal” ou “CoF”), instrumento voltado, principalmente, para o controle do uso e ocupação das áreas rurais. Em áreas urbanas, a aplicação das normas do CoF para as APPs é bastante limitada, principalmente em áreas de ocupação consolidada, além de estar sujeita



a sobreposições com leis e normas municipais. Desse quadro emergem inúmeros conflitos legais que resultam em um quadro de insegurança jurídica. (JUNIOR et al., 2015, p. 4)

As únicas possibilidades de uso e ocupação dessas áreas estavam contidas inicialmente na Resolução n° 369, de 28 de março de 2006 (outorga CONAMA) e aparecem no novo Código Florestal. São os casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental, medidas que atenuam a inflexibilidade da lei. A Lei n. 12.651/2012 aumentou o número de hipóteses de casos excepcionais que compõe esses dois casos. Azevedo e Oliveira (2014) apontam alguns deles como duvidosos, como os casos de infraestrutura para realização de eventos esportivos, obras relacionadas ao sistema viário, regularização fundiária sustentável em área urbana e implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre.

De acordo com Boucinhas, Brito e Costa (2007 apud FRANCO, 2009), as áreas sob proteção de legislação ambiental não têm se mostrado eficientes. Um dos problemas consiste na proteção ambiental sem previsão de uso ou apropriação públicos. Preservar apenas os valores ambientais dos corpos d'água não é o suficiente para garantir sua proteção – os valores culturais das populações que usufruem de suas águas são igualmente importantes para a valorização do curso hídrico. Além disso, a falta de fiscalização e a não aplicação da legislação federal não contribui para a preservação dos rios no meio urbano.

Isto pode evidenciar que os procedimentos técnicos adotados para a definição das APPs não poderiam se ater apenas a critérios métricos e às três exceções para uso e ocupação destas áreas. Eles deveriam considerar outras variáveis, de igual importância, tais como: profundidade, inclinação, velocidade e capacidade do corpo d'água, além de características físicas e climáticas específicas de cada microbacia, de acordo com contexto local e regional, já que há enorme diversidade entre os biomas brasileiros (MELLO, 2008). Requalificação em orlas fluviais pode ser um importante instrumento para incentivar as orlas fluviais como espaços livres públicos, estimulando o convívio social da população e promovendo maior valorização da água no meio urbano. O Projeto Beira-Rio, realizado na



cidade de Piracicaba, na década 2000, é uma referência nacional quando se trata de intervenções à beira-rio. Essa requalificação contribuiu positivamente nas relações da cidade com o rio. Sua leitura atenta se faz importante para identificar quais foram os acertos e consequências dessa intervenção, podendo direcionar futuros projetos em ambientes sensíveis à água, seja em Piracicaba, seja nas demais cidades brasileiras.

3. O Projeto Beira-Rio

As grandes áreas livres centrais encontradas atualmente na orla do rio Piracicaba não se tratam de áreas residuais, mas do resultado de ações entre poder público local e população, em especial com a consolidação do projeto Beira-Rio.

Segundo o Relatório do Plano de Ação Estruturador, realizado pela Prefeitura do Município de Piracicaba (PMP, 2003), o projeto foi dividido em duas etapas: a primeira foi um diagnóstico denominado “A cara de Piracicaba”, de cunho cultural, realizado no ano de 2001 pelo antropólogo Arlindo Stefani, que obteve ajuda da comissão Beira-Rio para levantamentos, contatos com moradores, associações, acesso a arquivos e passeios pelo rio. A segunda etapa, iniciada em 2002, foi o Plano de Ação Estruturador (PAE), cuja coordenação foi realizada pela professora e arquiteta e urbanista Maria de Assunção Ribeiro Franco (PMP, 2003).

O projeto não se restringiu à rua do Porto, nem ao embelezamento das margens do rio, mas foi interdisciplinar e envolveu diferentes escalas: regional, municipal, urbana (totalizando oito trechos de intervenções, inseridos dentro do perímetro urbano de Piracicaba), setorial (denominado Beira-Rio Central) e pontual (denominado Projeto Start) (PMP, 2003).

Essas diferentes escalas e a compreensão da complexidade da área refletem-se nas diretrizes e nas ações propostas a médio e longo prazos, enfatizando que as soluções preconizadas pelo urbanismo do século XX deixaram, justamente pela rapidez e pela eficiência dos fluxos sobre o território, um rastro de destruição que levará vários anos para ser mitigado.

O projeto aborda questões como falta de conexão entre os diferentes espaços públicos ao



longo da orla (todos são espaços públicos com exceção da Fábrica Boyes) e a falta de integração entre margens direita e esquerda do rio, priorizando pedestres e ciclistas. As únicas passarelas exclusivas para pedestres ao longo de toda a orla urbana do rio Piracicaba são as da área central. O projeto também defende a não construção de elementos verticais que possam comprometer as visuais da cidade para o rio e sugere a solução de questões ambientais, como saneamento básico para despoluição do rio e demais corpos d'água da cidade (PMP, 2003).

O projeto teve início numa escala pontual e algumas das intervenções propostas foram: novos desenhos e revestimento dos muros de arrimos e calçadas na rua do Porto, assim como iluminação, drenagem, comunicação visual para orientação urbana e turística; apropriação da margem pelo pescador, caminhante e barqueiro com a criação de três níveis a beira-rio (ver **Figuras 01 e 02** para comparar trechos durante e após a intervenção); integração da rua do Porto com demais espaços à beira-rio. Algumas das propostas foram alcançadas durante a intervenção, outras se concretizaram só após a última etapa de inauguração do projeto (2012), indicando a forte influência que as diretrizes do Projeto Beira-Rio exerceram na cidade, impulsionando por algum tempo as ações no local (PMP, 2003).



Figura 01: Rua do Porto durante intervenção/Jornal de Piracicaba. 2003.



Figura 02: Decks da Rua do Porto inseridos durante o Projeto Start/Laís Margiotta Salvador. 2018.

Já a escala setorial equivale aos trechos 01 e 02 da escala urbana do PAE: Beira-Rio Central (entre ponte do Mirante e Morato) e Lar dos Velinhos (entre pontes do Lar dos Velinhos e do Mirante). A primeira fase de intervenção da escala setorial e a única realizada nesta escala foi a Beira-Rio Central (**Figura 03**). Justifica-se a priorização de intervenção nesse trecho por ser uma área com grande valor histórico-cultural para a população piracicabana, sendo o berço da cidade. Ali localizam-se importantes subespaços que reforçam essa importância da identidade para a cidade: Engenho Central, Largo da rua do Porto, a própria rua do Porto, Parque da Rua do Porto, Parque do Mirante, Casa do Povoador, Casa do Artesão, Ponte Pênsil e Fábrica Boyes (PMP, 2003).





LEGENDA:








 Avenida Beira-Rio	 Parque da Rua do Porto	 Parque do Mirante
 Rua do Porto	 Área de Lazer do Trabalhador	 Engenho Central
		 Bosque do Engenho

Figura 03: Trecho entre Ponte do Mirante e Ponte do Morato/IPPLAP (2011, p. 39); editado pela autora.

A principal intervenção nesta escala foi a transformação da avenida Beira-Rio – via que beira o rio Piracicaba no trecho central, passando de via arterial para via parque – de mão única. Tal modificação possibilitou o alargamento da calçada e da margem esquerda do rio, o que eliminou o aspecto de barranco entre a margem e o corpo d’água, identificado na etapa de diagnóstico. A **Figura 04** mostra como essa via se apresenta atualmente.



Figura 04: Avenida Beira-Rio/Laís Margiota Salvador. 2018.

Também foi proposta a criação de ligações transversais ao rio para unir o tecido urbano. Apesar de realizada em período posterior à fase de obras do Projeto Beira-Rio, pode-se citar a passarela Dr. Aninoel Dias Pacheco, concluída em 2013 (**Figura 05**).



Figura 05: Passarela Dr. Aninoel Dias Pacheco. Laís Margiota Salvador. 2017.

Com a intervenção, houve a consolidação de alguns usos à beira-rio já tradicionais da cidade, como o lazer e a gastronomia, com restaurantes e bares localizados ao longo da avenida Beira-Rio e da rua do Porto; assim como o passeio de barco, a realização de festividades, a pista de caminhada e a ciclofaixa, propiciando a utilização desses espaços para o turismo, que favorece a geração de emprego e a renda local. A última inauguração oficial da etapa setorial se deu em 2012 com o Teatro de Arena da Casa do Povoador (Figura 06).



Figura 06: Casa do Povoador com acesso reformado. Laís Margiota Salvador. 2017.

Nesta escala, o projeto sugeria que dois terrenos particulares do trecho Beira Rio-Central passassem a ser de domínio público, integrando-os com os demais espaços públicos



existentes. Um deles é parte da antiga Fábrica Boyes, local em que a diretriz não foi alcançada.

A fábrica, além de ser uma construção de valor histórico, está inserida num local importante por conta das visuais para a margem direita – Engenho Central e Parque do Mirante. Porém, no local foi aprovado em 2015, um projeto de *shopping center*, contendo usos, estética e gabarito de altura totalmente desconformes com a paisagem existente e as diretrizes apresentadas pelo PAE (**Figura 07**). Para tal aprovação, houve pequenas modificações pontuais na legislação urbanística. As obras tiveram início, mas no momento encontram-se paralisadas.



Figura 07: Comparação entre Fábrica Boyes existente (esquerda) e projeto do Mirante Shopping aprovado (direita)/ Acervo GMR Gradual Malls & Realty, 2015.

O Projeto Beira-Rio, apesar de paralisado no momento, propôs que toda a orla do rio Piracicaba deveria ser encarada como espaço público, ambicionando transformar a sua extensão em parque linear, com o objetivo de valorizar o corpo hídrico, privilegiando os pedestres e, principalmente, preservando o rio e suas margens no ambiente urbano com base no convívio social.

4. Considerações e consequências após requalificação

Após 2012, ano de inauguração da última etapa do Projeto Beira-Rio, aconteceram algumas intercorrências na área. Além do já citado projeto da Fábrica Boyes, um dos



barracões do Engenho Central, em 2012, foi revitalizado e transformado no Teatro Erotídes de Campos, numa parceria público-privada; em 2013, foi construída a passarela Dr. Aninoel Dias Pacheco; em 2015 foi lançado pela Prefeitura o concurso do Parque do Mirante em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), mas até o momento não há indícios de execução do projeto ganhador; em 2016, foi inaugurada a avenida Renato Wagner, requalificada a partir do Projeto Urbanístico de Mobilidade da Rua do Porto.

Uma das premissas do Projeto Beira-Rio foi incentivar o turismo, já que se trata de uma indústria limpa que pode aproveitar o potencial da área central da cidade e criar novos usos e apropriações. O turismo é entendido pelo projeto como gerador da oferta de empregos e estimulador do desenvolvimento sustentável, podendo gerar cenários ambientais para alcançar ótimos níveis de sustentabilidade urbana e ambiental. Montaner e Muxí (2014) entendem que este setor pode estar vinculado ao desenvolvimento da sustentabilidade econômica, possibilitando a utilização da energia e riqueza gerada para melhorar e refazer tecidos sociais, produtivos, urbanos e ainda fortalecer a memória e o sentimento de cidadania da população local.

Paralelamente, ele pode sobrecarregar estruturas existentes (como em relação aos sistemas naturais) e apresentar-se como puro consumismo, já que os turistas não costumam criar raízes com o local, não reivindicam instalações ou espaços públicos, não reciclam seus lixos, não economizam água e mal utilizam as lixeiras.

Deve-se ainda estar atento aos interesses do setor financeiro e imobiliário, que se infiltram no turismo e são incapazes de relacionar as novas intervenções arquitetônicas com os tecidos existentes, excluindo-os. Se assim for o procedimento, o turismo se torna algo totalmente insustentável (MONTANER; MUXÍ, 2014). Essas questões ficaram evidentes, por exemplo, no caso da desativada Fábrica Boyes, supracitada, agora transformada em um shopping.

A requalificação também atrai a atenção do mercado imobiliário que, habitualmente, pressionam o poder público para mudar a legislação existente, conforme seus interesses em detrimento da qualidade do lugar oferecida à população, conforme vem ocorrendo



nesta área da cidade de Piracicaba. Os focos visuais da orla acabam se tornando objeto de atração e venda, interesses que se sobrepõem ao interesse público quando se permite a verticalização (como no exemplo citado da Fábrica Boyes) e a privatização de determinados trechos para a apropriação da elite.

Ao implantar um plano de requalificação urbana, o incremento qualitativo conferido ao rio refletirá na valorização dos espaços envoltórios do corredor fluvial e na elevação do padrão social. Apesar de ainda haver moradores residuais na área, não foi pensada uma política social integrada ao Projeto Beira-Rio para auxiliar a manter a população residente, que sofre pressão econômica para ceder espaços aos restaurantes e demais estabelecimentos, outra consequência negativa da requalificação e turismo local. Segundo Gorski (2011), a intervenção, além de atuar no campo ambiental, também deve promover mudanças sociais e econômicas, cuidando para que não haja gentrificação, a partir de uma política de inclusão social adequada interposta ao projeto.

É um enorme desafio dos projetos de requalificação urbana alcançar as diferentes dimensões e evitar alguns dos efeitos negativos presentes em muitas pós-intervenções. Quando o local da requalificação é um ambiente sensível à água, a questão fica ainda mais delicada. Utilizar parques lineares como instrumento de intervenção tem sido a solução para inúmeros impasses, promovendo a valorização dos corpos d'água no meio urbano através do convívio social no espaço público à beira-rio.

Todo espaço livre na APP deve, portanto, priorizar os usos coletivos, sendo importante a continuidade do projeto ao longo dos anos para que as escalas de curto, médio e longo prazos se materializem. Uma nova gestão que não incorpore em sua agenda o Projeto Beira-Rio, pode invalidar a continuidade de um projeto tão importante e de alta qualidade, referência nacional e fundamental, para a reaproximação de Piracicaba com seu rio, ao longo de toda a orla, cantada em prosa e verso nos meios de comunicação nacional.

Ele tem sido reconhecido como exemplo de requalificação à beira-rio emblemático e possível, apoiado pela população, apesar dos desafios encontrados. Embora tenha incitado a atenção da área para agentes imobiliários, mesmo estando no momento



paralisado, seus resultados positivos ainda permanecem e transcendem os inconvenientes gerados pela sua implantação.

5. Referências bibliográficas

AZEVEDO, Ruy Emmanuel Silva de; OLIVEIRA, Vládio Pinto Vidal de. Reflexos do novo Código Florestal nas Áreas de Preservação Permanente – APPs – urbanas. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Paraná, vol. 29, p. 71-91, abr 2014. Curitiba/PR.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal.

BRASIL. Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986.

BRASIL. Lei nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001. Medida provisória.

BRASIL. Resolução Conama nº 369, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

GORSKI, Maria Cecília. Rios e Cidades: Ruptura e Reconciliação. São Paulo: Senac, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO DE PIRACICABA (IPPLAP). Piracicaba, o Rio e a Cidade: Ações de Reaproximação. Piracicaba: IPPLAP, 2011.

FRANCO, Gustavo Cosenza de Almeida Franco. A Apropriação e Percepção de um Rio Urbano: o caso do ribeirão Jacaré de Itatiba (SP). 2009. 185p. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2009.



JUNIOR, Nelson Novaes Pedroso; STEINMETZ, Sandra; SANTOS, André de Castro dos; CRUZ, Júlia Cortez da Cunha. *Estratégia Regulatória para as Áreas de Preservação Permanente Urbanas*. Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada – FGV. São Paulo: FGV, 2015.

MELLO, Sandra. *Na Beira do Rio tem uma Cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaída. *Arquitetura e Política*. Barcelona: GG, 2014.

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João. *A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo*. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n. 12/13, 2006, p. 13- 32.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA (PMP). *Projeto Beira-Rio: Plano de Ação Estruturador*. Piracicaba: PMP, 2003.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *Dimensões Públicas do Espaço Contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*, 2012. 284f. Tese (Livre Docência) – Área de Concentração: Paisagem e Ambiente, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Erivelton de Brito. *O rio, a cidade e o processo de urbanização: um estudo retrospectivo sobre o Rio Tamanduateí*. Trabalho final de conclusão de curso (Graduação). Departamento De Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.



INFLUÊNCIA DA MORFOLOGIA URBANA AO ACESSO SOLAR EM ESPAÇOS

LIVRES

Um estudo para as praças de Pelotas, RS

BRENDA, Almeida Tejada (1); CELINA MARIA, Britto Correa (2);

(1) Universidade Federal de Pelotas; Mestranda; Pelotas, RS;

brendaalmeidatejada@hotmail.com

(2) Universidade Federal de Pelotas; Orientadora; Pelotas, RS; celinab.sul@terra.com.br

RESUMO

O presente trabalho apresenta a dissertação de mestrado em andamento que tem como objetivo propor uma metodologia de análise e estratégias de implantação que contemplem o acesso solar nos espaços livres, especialmente praças, observando a influência da morfologia urbana sobre esse fator, em Pelotas/RS, aos 30º de latitude sul.

Em locais com climas que possuem invernos frios como é o caso de Pelotas, o acesso solar nos espaços livres é de extrema importância para garantir o uso desses pela população e para que se possa garantir o sol nesses espaços é necessário levar em consideração a morfologia urbana, ou seja, a forma do meio urbano em que serão ou estão inseridos e a morfologia que possuem.

A fim de alcançar o objetivo proposto para a dissertação, serão avaliados, por simulação computacional, modelos de estudo através do método do Envelope Solar. Para a definição desses modelos estão sendo analisadas as praças de Pelotas e seus entornos, estando apresentados no presente trabalho as análises da morfologia dessas praças, através da forma, tamanho e forma de inserção no tecido urbano.

Palavras-chave: Morfologia Urbana 1; Acesso Solar 2; Espaços Livres 3; Envelope Solar 4;

INFLUENCE OF URBAN MORPHOLOGY TO SOLAR ACCESS IN OPEN SPACES



A study for Pelotas, RS

ABSTRACT

The present paper presents the master dissertation in progress that aims to propose a methodology of analysis and implementation strategies that contemplate solar Access in open spaces, especially squares, observing the influence of urban morphology on this factor, in Pelotas/RS, at 30º south latitude.

In places with climates that have cold winters such as Pelotas, solar Access in the open spaces is of extreme importance to guarantee the use of these by the population and in order to guarantee the Sun in these spaces it is necessary to take into account the urban morphology, that is, the form of the urban environment in which they Will be or are inserted and the morphology they have.

In order to reach the proposed objective of the dissertation, we will evaluate, through computer simulation, study models through the Solar Envelope method. For the definition of these models are being analyzed the Pelotas squares and their surroundings, being presented in the present paper the analyzes of the morphology of these squares, through the form, size and form of insertion in the urban fabric.

Key-words: *Urban Morphology 1; Solar Access 2; Open Spaces 3; Solar Envelope 4;*

1. Introdução

Um dos fatores de extrema importância para a vida ao ar livre é a possibilidade de sol, principalmente no inverno e em locais que possuem clima subtropical (invernos frios e verões quentes), e para que se garanta o acesso solar é necessário que o projeto desses espaços leve em consideração a morfologia urbana, ou seja, a forma do meio urbano em que serão, ou estão inseridos. As edificações do entorno, por certo interferem no acesso à luz solar e, em decorrência, na energia recebida e no bem-estar nodos usuários do local. De acordo com Nucci (2001) os espaços livres são parte de um grande grupo paisagístico urbano, podendo ser subdivididos em diversas categorias dependendo da sua função e de seu uso, sendo então um termo bastante abrangente, que engloba outros conceitos



similares como: espaços abertos, áreas livres, áreas verdes, sistemas de áreas de lazer, entre outros.

Espaços livres são os ambientes não edificados da cidade: as ruas, as avenidas, as praças, os parques, os quintais, os jardins, as matas, os rios, os mangues, as praias urbanas, ou os simples vazios urbanos. (MAGNOLI, 1982)

O espaço urbano pode ser analisado por seus elementos morfológicos e pela maneira como esses se organizam e se estruturam no território. Segundo Amorim (2015) os espaços livres são um dos principais caracterizadores da paisagem urbana e estruturadores da forma urbana.

Considerando-se o espaço público como parte dos espaços livres da cidade, esse deve ser concebido como um objeto arquitetônico, como espaço ao qual se confere uma forma definida, construída e pensada com tanta intenção como uma edificação. (ROMERO, 2001)

Segundo Romero e Silveira (2005) a edificação é o elemento mínimo identificável na cidade e a partir do arranjo entre as edificações o espaço urbano é construído e são organizados os diferentes espaços públicos ou espaços livres: as ruas, as praças, os becos, as avenidas.

As praças são um dos tipos de espaços livres, podendo ser também classificadas como áreas verdes ou áreas de lazer, para Robba e Macedo (2003) a praça é um espaço livre urbano, destinado ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos.

A morfologia urbana é um fator determinante da sustentabilidade da cidade, na busca por qualidade espacial e no conforto bioclimático dos indivíduos. As características geométricas e materiais dos espaços, as relações entre cheios e vazios, a presença ou não da vegetação influenciam o desempenho ambiental dos espaços públicos, por interferirem na exposição à radiação solar e aos ventos. (ROMERO e SILVEIRA, 2005)

Em geral, as condições climáticas de uma localidade condicionam o modo de vida de seus habitantes. O desenho dos espaços públicos sempre significou ao longo da história uma resposta às condições climáticas adversas, facilitando a adaptação do homem ao



ambiente externo. (MACHO, DOMÍNGUEZ, FÉLIX e VILA, 1994)

Segundo Leite e Frota (2016) é importante ressaltar que as obstruções dos edifícios verticais nos espaços urbanos produzem um significativo sombreamento, reduzindo as parcelas visíveis de sol e céu e conseqüentemente diminuindo a radiação solar incidente.

Kaiser (1996) identificou três graus de uso do solo que devem ser levados em consideração e garantidos em um ambiente urbano, que são o uso individual, o uso técnico e o uso social. No caso do uso social se refere à insolação direta dos espaços públicos. De fato, a possibilidade de os cidadãos desfrutarem de espaços agradáveis e ensolarados ao ar livre, especialmente durante o inverno, pode melhorar muito a qualidade e o conforto de um ambiente urbano.

A qualidade ambiental dos espaços livres, entre eles as praças, é muito importante, pois pode incentivar o seu uso pela população, o que determina a vitalidade urbana, que é essencial para a cidade e que deve ser um objetivo a ser alcançado no projeto desses espaços.

Saboya (2016) define vitalidade urbana como algo que se refere à vida nas ruas, praças, passeios e demais espaços públicos abertos. Mais especificamente diz que um lugar possui vitalidade quando há pessoas usando seus espaços: caminhando, indo e vindo de seus afazeres diários ou eventuais; interagindo, conversando, encontrando-se; olhando a paisagem e as outras pessoas; entre outras atividades. Em suma, a vitalidade urbana pode ser entendida como a alta intensidade, frequência e riqueza de apropriação do espaço público, bem como a interação deste com as atividades que acontecem dentro das edificações.

A vitalidade urbana tem grande influência na segurança da cidade, principalmente nos espaços livres. Jacobs (2000) fala sobre a importância dos olhos da rua para a segurança, os olhos da rua são as pessoas que consciente ou inconscientemente, utilizam o espaço público e as que costumam contempla-lo de suas casas, exercendo uma vigilância natural sobre o que ali acontece. Ela descreve o “balé das ruas”, em que vários atores, com os mais diversos propósitos, saem às ruas em horários diversificados para as mais diversas atividades. Essas atividades interagem entre si e de alguma forma acabam



complementando-se, formando uma teia de interação social e cuidados mútuos.

Na construção do espaço pela sociedade, a praça, como qualquer outro, transformam-se, submetendo suas linhas, volume e geometria a novas razões de conteúdo- sua função. Embora de existência antiga, as formas de ocupação pelo homem e as ações por ele desenvolvidas nesse espaço são sempre atuais. O uso ou a apropriação dos espaços, na forma mais autêntica, decorre da aspiração da comunidade e obedece às suas necessidades socioculturais. (MOTTA, 1970)

Os espaços livres tem uma função social, simbólica e ambiental na cidade, e deveriam promover qualidade de vida para a população, portanto é importante analisar os impactos que a morfologia urbana exerce sobre esses espaços e que consequências eles podem gerar para os usuários.

Dentre os estudos existentes na área, poucos contemplam o acesso solar nos espaços livres; alguns buscam garantir o acesso solar aos edifícios e os que se referem à análise de espaços abertos em sua maioria foram feitos para lugares com climas quentes, buscando assim garantir o sombreamento e não a insolação como no caso desse trabalho.

Observa-se uma lacuna nos estudos em relação ao acesso solar nos espaços livres em locais de clima subtropical, onde o sol é desejável no inverno; em vista disso, o presente trabalho vem para ampliar o conhecimento nessa área, analisando a influência da morfologia urbana no acesso solar nos espaços livres, especialmente as praças, aos 30º de latitude sul, para garantir a insolação no inverno.

2. Objetivo

Propor uma metodologia de análise e estratégias de implantação que contemplem o acesso solar nos espaços livres, especialmente praças, observando a influência da morfologia urbana sobre esse fator, aos 30º de latitude sul. Em climas subtropicais, onde há invernos frios, garantir o sol nos espaços livres é garantir seu uso e apropriação por parte da população.

3. Metodologia



A primeira etapa desse trabalho refere-se a uma revisão bibliográfica e estudos sincronizados sobre a relação entre morfologia urbana e acesso solar e seus temas paralelos.

Na segunda etapa serão levantados os espaços livres, mais especificamente as praças existentes em Pelotas, aos 30º de latitude sul, e será analisada a morfologia desses espaços e de seu entorno, buscando conhecer suas características recorrentes para a determinação de modelos de análise que sejam representativos das praças na cidade.

Os critérios que serão analisados na segunda etapa são a morfologia das praças, através da forma, tamanho e inserção no tecido urbano, e a morfologia do entorno imediato dessas praças, através dos cheios e vazios, altura dos edifícios e presença ou ausência de recuos.

De acordo com Mattos (2007) como a praça vincula-se fortemente ao lugar ao qual ela pertence, é fundamental compreender esse lugar, mais do que a forma, senão estaremos estabelecendo um sistema fechado de análise.

Na terceira etapa, de caráter analítico, serão testadas nos modelos, diferentes configurações morfológicas do conjunto espaço livre e edificações, de acordo com o que é permitido pelo Plano Diretor municipal, e suas possibilidades de acesso ao sol, através do método do envelope solar.

Knowles (1981) conceituou o Envelope Solar como o “máximo volume de uma edificação que pode ser construído em um terreno de forma que esta não projete sombras indesejáveis fora de seus limites garantindo aos lotes vizinhos o acesso ao sol”. De acordo com o autor, o Envelope Solar regula o desenvolvimento urbano dentro de limites imaginários derivados do movimento relativo do sol, mais tarde, definido por Knowles (2003), como “uma construção de espaço e tempo”.

Do ponto de vista conceitual, o envelope solar é a síntese de um componente temporal e de um componente espacial, os caminhos cíclicos do sol em relação à latitude, por um lado e as características físicas do lugar (o tamanho, a forma, a inclinação, a orientação), pelo outro lado (KNOWLES, 1981).

Os envelopes solares serão gerados no software de modelagem tridimensional



Rhinoceros 3D, desenvolvido pela *Robert McNeel & Associates* utilizando os aplicativos *Grasshopper* e *DIVA*. O *Grasshopper* é um aplicativo de modelagem paramétrica para o *Rhino 3D*, e o aplicativo *DIVA*, desenvolvido inicialmente pela Escola de Graduação em Design da Universidade de Harvard e atualmente distribuído pela *Solemma LLC*, permite realizar uma série de avaliações de desempenho ambiental, entre elas o Envelope Solar. O aplicativo constrói o envelope para uma determinada poligonal com base na latitude e hora de acesso solar para um ano inteiro.

4. Resultados e Discussão

O trabalho se encontra em suas duas primeiras etapas simultaneamente, sendo elas a revisão bibliográfica e a análise da morfologia dos espaços livres, mais especificamente praças, e de seu entorno na cidade de Pelotas, simultaneamente.

Como resultados parciais da segunda etapa, já foi feito o levantamento das praças de Pelotas (**Figura 01**) através de arquivo do Mapa Temático das Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural elaborado pela Prefeitura de Pelotas em dezembro de 2008 e de confirmação visual através do *Google Earth* e *Google Street View*, foram encontradas 67 praças na cidade.

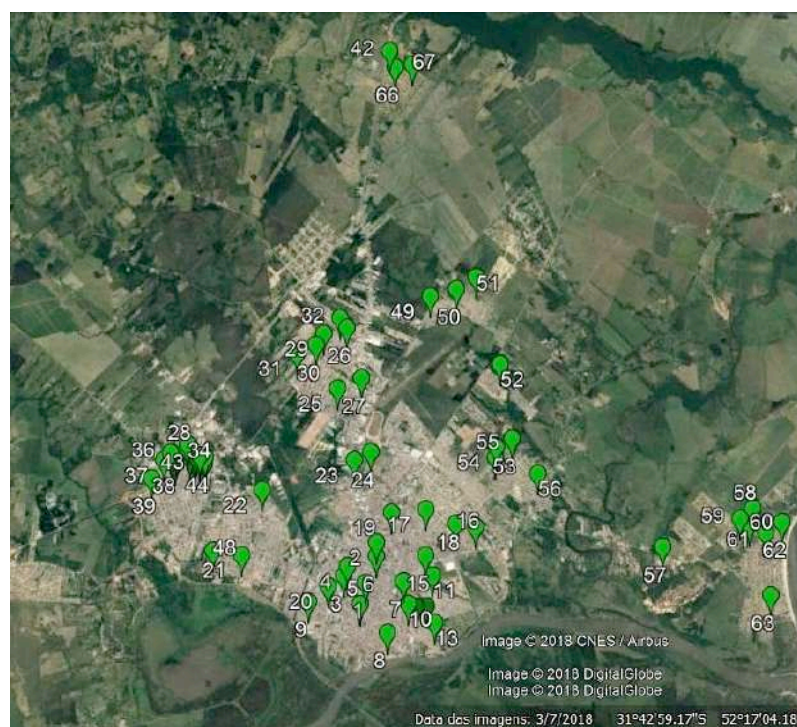




Figura 01: Levantamento e localização das praças de Pelotas/RS. Fonte: Google Earth modificado pela autora. 2018.

As praças foram levantadas, numeradas e sua morfologia foi analisada em relação à forma, tamanho e inserção no tecido urbano (**Tabela 01**).

PRAÇAS DA CIDADE DE PELOTAS/RS				
Número	Nome	Formato	Área (m ²)	Inserção Urbana
1	Praça Coronel Pedro Osório	Retangular	22.613,49	Isolada
2	Parque Dom Antônio Zattera	Retangular	35.814,76	Isolada
3	Praça Cypriano Barcelos	Retangular	14.412,59	Incorporada
4	Praça Piratinino de Almeida	Retangular	9.079,89	Isolada
5	Praça Conselheiro Maciel	Retangular	1.100,88	Incorporada
6	Praça José Bonifácio	Retangular	5.433,83	Isolada
7	-	Trapezoidal	3.407,75	Isolada
8	Praça Domingos Rodrigues	Retangular	7.128,24	Isolada
9	Índio da Costa	Setor Circular	10.088,63	Isolada
10	Largo Reverend Severo	Triangular	1.413,67	Isolada



11	-	Trapezoidal	11.303,48	Isolada
12	Praça Nova República	Retangular	7.468,61	Incorporada
13	-	Trapezoidal	1.895,09	Incorporada
14	-	Triangular	1.396,98	Isolada
15	-	Triangular	1.884,71	Isolada
16	Praça Liberdade	Retangular	2.995,34	Isolada
17	Praça Leocádia	Triangular	4.930,50	Isolada
18	-	Trapezoidal	18.883,92	Incorporada
19	Largo Antônio Gomes da Silva	Retangular	1.867,31	Isolada
20	Praça Rio Branco	Quadrada	4.200,10	Incorporada
21	-	Trapezoidal	5.185,74	Isolada
22	Praça Nossa Senhora Aparecida	Retangular	2.144,57	Incorporada
23	Praça 1º de Maio (do Colono)	Triangular	3.494,67	Isolada
24	Praça Modelo	Triangular	2.478,99	Isolada



25	Praça Santa Cecília	Retangular	1.465,43	Isolada
26	-	Triangular	1.857,20	Incorporada
27	Praça Rachel Mello	Triangular	2.429,45	Isolada
28	-	Retangular	307,50	Isolada
29	Praça Basilio da Gama	Retangular	11.661,23	Isolada
30	-	Retangular	8.423,39	Incorporada
31	-	Retangular	24.585,25	Incorporada
32	-	Retangular	31.269,68	Isolada
33	-	Retangular	3.702,91	Isolada
34	-	Retangular	2.294,18	Isolada
35	-	Retangular	3.270,51	Isolada
36	-	Retangular	3.639,72	Isolada
37	-	Retangular	4.437,00	Isolada
38	-	Retangular	12.875,39	Isolada



39	-	Circular	5.500,15	Isolada
40	-	Retangular	3.686,98	Isolada
41	-	Retangular	3.714,54	Isolada
42	-	Retangular	7.765,85	Isolada
43	-	Retangular	3.602,38	Isolada
44	-	Retangular	3.660,47	Isolada
45	-	Retangular	41.63,50	Isolada
46	-	Retangular	12.936,30	Isolada
47	-	Retangular	18.453,44	Incorporada
48	-	Irregular	1.683,38	Incorporada
49	-	Retangular	8.249,87	Incorporada
50	-	Triangular	12.751,44	Incorporada
51	-	Retangular	56.602,23	Incorporada
52	-	Triangular	7.929,94	Incorporada
53	-	Retangular	9.792,02	Isolada



54	-	Trapezoidal	15.209,86	Incorporada
55	-	Trapezoidal	23.239,77	Incorporada
56	-	Retangular	5.528,10	Incorporada
57	-	Irregular	8.838,69	Incorporada
58	-	Retangular	7.925,34	Isolada
59	-	Triangular	8.039,06	Incorporada
60	-	Triangular	3.047,90	Isolada
61	Praça São Marcos	Retangular	7.167,65	Isolada
62	-	Triangular	5.886,96	Isolada
63	-	Triangular	5.313,38	Isolada
64	Praça Aratiba	Irregular	14.993,00	Incorporada
65	Prça Catuipe	Setor Circular	3.359,83	Isolada
66	Praça Ronna	Triangular	15.938,02	Incorporada
67	-	Retangular	8.065,99	Isolada

Tabela 01: Levantamento e análise das praças de Pelotas/RS. Fonte: Produzido pela



autora. 2018.

Analisando a morfologia das 67 praças foi possível identificar que em relação à forma 38 são retangulares, 15 são triangulares, 7 são trapezoidais, 3 possuem formato irregular, 2 possuem formato de setor circular, 1 é circular e 1 é quadrada. Demonstrando a grande prevalência das praças retangulares, representando 56% do total.

Em relação às áreas existe uma grande variação nos tamanhos das praças, sendo que a de menor área possui 307,50 m² e a de maior área possui 56.602,23m², com a média dos tamanhos de 8.682,46 m².

Já em relação à inserção no tecido urbano 44 praças apresentam implantação isolada, ocupando toda a quadra, enquanto as demais 23 apresentam implantação incorporada, ocupando apenas parte da quadra. Demonstrando a prevalência das praças isoladas, representando 65% do total.

Após a análise morfológica das praças foi possível observar a predominância dos espaços retangulares e implantados de forma isolada, dando assim as primeiras informações para a definição dos modelos, o próximo passo é analisar a morfologia do entorno dessas praças, para assim obter o restante das informações necessárias para definir os modelos de estudo que serão utilizados na próxima etapa.

Apenas após a definição destes modelos de estudo será possível iniciar a terceira etapa, para a análise dos modelos através de simulação computacional e a proposta de estratégias de implantação contemplando o acesso solar nos espaços livres e observando a influência da morfologia urbana sobre esse fator aos 30º de latitude sul.

5. Considerações finais

Através da revisão bibliográfica pode-se observar uma grande lacuna nos trabalhos acadêmicos que abordam de forma conjunta, morfologia urbana e acesso solar, principalmente em climas subtropicais onde o sol é desejável no período de inverno.

Já através das análises da morfologia dos espaços livres, mais especificamente das praças, pode-se observar uma grande prevalência de praças de formato retangular e inseridas de



forma isolada no tecido urbano na cidade de Pelotas. Sendo ainda necessário analisar a morfologia do entorno desses espaços para a definição dos modelos de estudos que serão utilizados nas simulações do trabalho.

Pretende-se com esse trabalho, avançar no campo de conhecimento da área e contribuir na revisão de estratégias de implantação de espaços livres vigentes, consolidadas principalmente pela prática, através da indicação de alternativas de análise que contemplem o acesso solar aos espaços livres, mais especificamente as praças, permitindo seu uso abrangente, vitalidade à cidade e apropriação pela população.

5. Referências

AMORIM, N. C. R. **O sistema de espaços livres na forma urbana de Patos de Minas.** Dissertação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAISER N. **Principes for solar construction – the path to solar Standards.** Munique, Prestel, 1996.

KNOWLES, R. L. **Sun Rhythm Form.** MIT Press, Cambridge, MA, 1981.

KNOWLES, R. L. **The solar envelope: its meaning for energy and buildings.** Energy and buildings, Los Angeles. v.35, p. 15-25, 2003 Elsevier Science B.V.

LEITE, R. C.; FROTA A.B. Adensamento Urbano e condições ambientais internas: a influência da morfologia urbana sobre a radiação solar e o vento para o conforto no ambiente construído. In: **ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO. Anais...** São Paulo: 2016.

MACHO, J. J. G.; DOMÍNGUEZ, S. Á.; FÉLIX, J. L. M.; VILA, R. V. **Guia Básica para el Acondicionamiento de Espacios Abiertos.** Sevilla: Ciemat, 1994.

MAGNOLI, M. M. **Espaços livres e urbanização.** Tese. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

MATTOS, M. R. **Arquitetura Paisagística: Um Estudo sobre Representações e Memória – Estudo de Caso: Praças da Cidade de Pelotas – 1860-1930.** Paisagem Ambiente: ensaios.



n. 23, p. 231-241. São Paulo, 2007.

MOTTA, F. L. **Desenho e emancipação**. São Paulo: FAUUSP, 1970.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e adensamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2012.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras= Public Squares in Brazil**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2003.

ROMERO, M. A. B. **Arquitetura bioclimática dos espaços públicos**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

ROMERO, M. A. B.; Da SILVEIRA, A. L. R. C. Indicadores de sustentabilidade urbana. In: **XI ENCONTRO NACIONAL ANPUR. Anais...** Salvador: 2005.

SABOYA, R. T. **Fatores morfológicos da vitalidade urbana – Parte 1: Densidade de usos e pessoas**. ArchDaily Brasil, 18 nov. 2016. Acessado em out. 2017. Online. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya>.



CONDOMÍNIOS DE LOTES E LOTEAMENTOS DE ACESSO CONTROLADO: Reflexões sobre os Possíveis Impactos da Lei Federal 13.465/2017 nos Sistemas de Espaços Livres das Cidades Brasileiras

COELHO, Leonardo Loyolla (1);

(1) Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Escola da Cidade; Professor Doutor; São Paulo - SP; loyolla@gmail.com

RESUMO

Busca-se por meio deste trabalho fazer uma análise dos possíveis impactos e conflitos que a aplicação da Lei Federal 13.465/2017 poderá trazer para a produção e gestão dos sistemas de espaços livres das cidades brasileiras. São estudadas, mais especificamente, duas novas figuras urbanísticas introduzidas por essa lei: os condomínios de lotes e os loteamentos de acesso controlado. Entende-se que esses dois instrumentos têm potencial significativo para reduzir ainda mais as possibilidades de criação, qualificação e articulação de espaços livres públicos com efetivo acesso irrestrito à população, bem como para legitimar processos de parcelamento do solo que já ocorrem no país há décadas, baseados na criação de extensas áreas muradas que se configuram como barreiras urbanas.

Palavras-chave: Lei Federal 13.465/2017; Parcelamento do solo; Loteamento de acesso controlado; condomínio de lotes;

CONDOMINIUM LOTS AND GATED COMMUNITIES

Considerations on Federal Law 13.465/2017

Possible Impacts on Open Spaces Systems in Brazilian Cities

This essay aims at analyzing the impacts and conflicts that might be brought up by the enforcement of Federal Law 13.465/2017 in the open spaces production and management in Brazilian cities. More specifically, the studied subject presents two new urbanistic aspects this law introduces: the condominium lots and the gated communities. These two

aspects have a significant



potential to reduce public open spaces creation, qualification and articulation possibilities with an effective unrestricted access by the population, as well as to legitimize lot subdivision processes that are already in place throughout the country for decades, based on the creation of extensive gated areas which end up forming urban barriers.

Key-words: *Federal Law 13.465/2017; Lot Subdivision; Gated Communities; Condominium Lots*

1. Introdução

A constituição formal dos sistemas de espaços livres das cidades brasileiras, qualificados ou não, tem contribuição significativa dos empreendimentos privados, uma vez que o planejamento e desenho urbano por parte do poder público são exceções (Macedo et. Al, 2018, p.24).

A produção de novas áreas urbanizadas nas cidades brasileiras nas últimas décadas do século XX passou a se caracterizar pela popularização de empreendimentos com extensas áreas muradas de acesso restrito. Nestes, os espaços livres - que deveriam ter acesso irrestrito - são apropriados para usos privados em contrariedade à Lei Federal 6766/1979 (também conhecida como Lei Lehmann), que estabelece os principais parâmetros para o parcelamento do solo no país.

Tal processo leva a uma situação na qual, segundo Macedo et al. (2018, p.24): “(...) é praticamente impossível, dentro das condições gerais da urbanização nacional, estabelecer a priori como, quando e onde será constituído um espaço livre, já que a reserva de locais para parques, praças, etc. depende das ações implementadas pela iniciativa privada.”

Diversas têm sido as tentativas de legitimar o fechamento de loteamentos, podendo se destacar o caso de vários municípios brasileiros que têm criado mecanismos que buscam justificar o fechamento dos loteamentos, todos em contrariedade aos parâmetros estabelecidos pela Lei Lehmann. Santoro constatou que, só no Estado de São Paulo, 28 dentre 100 municípios pesquisados continham regramentos que possibilitavam



aprovação de novos loteamentos com fechamentos (2012, p.183), sendo que 19 deles permitiam também a regularização de fechamentos já existentes (2012, p. 188), mesmo estando ambos os procedimentos em desconformidade com a lei federal de parcelamento do solo vigente na época.

Após quase vinte anos de discussões a respeito da legalidade da viabilização de tais mecanismos, a promulgação da Lei Federal 13.465/2017 parece representar uma significativa vitória das pressões realizadas há décadas para a legitimação de práticas correntes do mercado imobiliário, podendo acentuar relevantes prejuízos aos interesses da coletividade no que tange à estruturação de sistemas de espaços livres efetivamente públicos com relação à apropriação.

Propõe-se neste trabalho estudar o processo de viabilização e os potenciais prejuízos que poderão ser provocados por dois instrumentos previstos na Lei Federal 13.465/2017: o condomínio urbanístico e os loteamentos de acesso controlado.

2. Antecedentes

Desde os anos 2000 busca-se legitimar o fechamento de loteamentos por meio de instrumentos legais de âmbito federal, algo sintetizado pelo Projeto de Lei (PL) 3057/2000, no qual se buscava introduzir a figura do “condomínio urbanístico”. De acordo com esse PL, propõe-se uma solução conciliatória, na qual se permitisse o fechamento das vias do empreendimento para uso privativo contanto que fosse mantida a obrigatoriedade de doação de áreas a serem tornadas públicas à municipalidade, sendo que estas deveriam estar fora do perímetro murado do loteamento. Caso o incorporador desejasse prover espaços livres privados de uso coletivo aos moradores, deveria utilizar das próprias áreas urbanizáveis do empreendimento. Tal procedimento logicamente não era atraente do ponto de vista econômico e a aprovação da lei nos moldes originais não prosperou.

Outras tentativas mais recentes de redesenho à da Lei Lehmann apareceram a partir de 2014. No Projeto de Lei Complementar (PLC) 109/2014 propõe-se permitir, mediante a



concessão aos titulares das unidades, o controle de acesso e a gestão sobre as áreas e equipamentos públicos nos loteamentos.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 208/2015 cria a figura do condomínio edilício de lotes urbanos, buscando estabelecer que em um imóvel possa haver lotes de propriedade exclusiva e utilização independente, alegando que não poderiam ser reduzidas as áreas dos empreendimentos a serem destinadas ao Poder Público.

A gênese dos conceitos de condomínios de lotes e loteamentos de acesso controlado presentes na Lei 13.465/2017 está no substitutivo da Medida Provisória (MP) 759/2016, cujo processo de aprovação apresentou diversas polêmicas e críticas, dentre as quais se destacam-se a falta de participação popular⁵, a expiração do prazo final para a sua votação no Congresso Nacional e a violação de diversos direitos e funções sociais, como o da propriedade pública. A respeito da inclusão desses conceitos na legislação, a advogada Rosane Tierno destaca que a figura do condomínio de lotes não guarda relação direta com os processos de regularização fundiária em si, uma vez que não dizem respeito à regularização do que já está sendo feito⁶.

3. Características dos novos mecanismos

Na parte relacionada aos processos de parcelamento do solo, como anteriormente mencionado, a lei 13.465/2017 cria duas novas figuras urbanísticas: o condomínio de lotes e o loteamento de acesso controlado.

⁵ A respeito do processo de discussão da MP 759/2016, Haroldo Pinheiro, então presidente do Conselho dos Arquitetos do Brasil (CAU/BR) afirmou que “o correto seria o governo propor um projeto de lei a respeito, para possibilitar em um tempo adequado uma maior participação da sociedade nos debates. Inclusive do Conselho das Cidades, onde estão representados todos os movimentos sociais, as entidades empresariais, a academia e as instituições de classe, mas que não se reúne há um ano por falta de convocação pelo Ministério das Cidades. Assusta muito o fato de a MP estar em vigor, pois tem valor de lei, e não se sabe os desdobramentos que isso está gerando pelas consequências dos atos que estão sendo gerados sob seu manto”. Disponível em: <http://www.fna.org.br/2017/05/23/camara-pode-retomar-debate-sobre-regularizacao-fundiaria/>. Acesso em 28.08.2018

⁶ <http://www.fna.org.br/2017/05/23/camara-pode-retomar-debate-sobre-regularizacao-fundiaria/>



A primeira se refere a empreendimentos nos quais as unidades imobiliárias autônomas são lotes e não casas ou apartamentos, passando a “pode haver, em terrenos, partes designadas de lotes que são propriedade exclusiva” (BRASIL, 2017)

Do ponto de vista dos encargos da iniciativa privada, tal figura considera, para fins de incorporação imobiliária, a “implantação de toda infraestrutura a cargo do empreendedor” (art. 58 parágrafo 3) e, como nos condomínios convencionais, que as áreas coletivas serão de propriedade privada e constituirão fração ideal, sendo que a despesas de manutenção das áreas comuns será dividida coletivamente, por força de lei.

O loteamento de acesso controlado introduz como novidade a legitimação de fechamentos para a área parcelada, considerando que “(...) o controle de acesso será regulamentado por ato do poder público municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados.” (art. 78 parágrafo 8).

Uma vez que esse controle deverá ser regulamentado pela municipalidade, a principal questão decorrente dessa lógica é: como garantir que esse “controle de acesso” não se constituirá fechamento total e permanente?

Tal expediente legitima possibilidades de apropriações indevidas de espaços livres pela iniciativa privada, antes contraditórias aos princípios estabelecidos pela Lei Lehmann, uma vez que, de acordo com esta, deviam obrigatoriamente ser de acesso livre e irrestrito

4. Potenciais impactos aos sistemas de espaços livres das cidades brasileiras

Ao se pesquisar as opiniões de profissionais oriundos da área de Direito sobre os novos instrumentos de parcelamento do solo previstos na Lei Federal 13.465/2017 aproximadamente um ano após sua implementação, pode-se constatar a predominância de abordagens elogiosas a respeito. É recorrente a argumentação de que a legislação



brasileira estaria até então em “descompasso” com a realidade prática dos processos de parcelamento do solo no país. Tal lógica parece se ancorar em um raciocínio – aqui entendido como bastante equivocado - segundo o qual as dinâmicas da sociedade deveriam ser os principais parâmetros para se revisar / alterar as leis, mesmo que estas passem a advogar apenas em favor de minorias grupos minoritários, porém dominantes do ponto de vista econômico ou que estejam em conflito com interesses da coletividade.

Ao mesmo tempo, determinados autores tentam afirmar que a nova legislação não interferirá nos princípios estabelecidos pela Lei Federal 6766/1979. Exemplo bastante representativo é o material produzido por Pinto (2017). Nele, o autor afirma que: “O condomínio de lotes não é, portanto, uma forma de parcelamento de solo alternativa ao loteamento e ao desmembramento, mas uma forma de organização dos lotes resultante dessas operações” (2017, p.14)

Tal alegação de compatibilidade com o conceito de loteamento estipulado na Lei Lehmann mostra-se, no mínimo, questionável, uma vez que os direcionamentos principais dessa lei da Lei Lehmann visavam zelar por interesses da coletividade, garantindo o livre acesso público às áreas parceladas, algo que se torna ameaçado com a aplicação dos instrumentos previstos na Lei Federal 13.465/2017.

O impacto mais direto dos novos instrumentos no tocante aos sistemas de espaços livres diz respeito à possibilidade de livre acesso às áreas parceladas, uma vez que é transferida às municipalidades a responsabilidade por legislar sobre esse assunto, sem se estabelecer na esfera federal parâmetros efetivos para que de fato ocorra⁷. Em que pese a efetiva autonomia dos municípios garantida pela Constituição Federal para se legislar sobre o assunto, reduz-se a possibilidade de criação de novos espaços livres efetivamente públicos nas novas áreas urbanizadas brasileiras, uma vez que o fato de a Lei Lehmann ser federal, obrigava que todas as municipalidades atendessem aos parâmetros por ela estabelecidos com relação à quantidade mínima de

⁷ Segundo Pinto (2017, p.11), na aplicação prática da figura do condomínio de lotes: “as obrigações do parcelador do solo são fixadas caso a caso pela Prefeitura, a depender da localização da gleba e do tipo de ocupação pretendida.”



espaços efetivamente públicos que deveria ser doada pelos incorporadores era o principal instrumento para tal.

Outro possível efeito significativo é a ampliação das já extensas áreas muradas que conformam barreiras urbanas tanto para empreendimentos existentes – por meio da figura dos loteamentos de acesso controlado - quanto para os novos – por meio dos condomínios de lotes. Em nenhum dos dois casos se estabeleceu na legislação limites máximos quantitativos do perímetro de cercamento contínuo permitido nos empreendimentos por ela viabilizados. Embora se argumente, no caso dos loteamentos de acesso controlado, que não poderá ser vedado o livre acesso de qualquer pessoa a esse tipo de empreendimento, são abundantes em todo o país os exemplos de fechamentos com elevados graus de hostilidade, dentre os quais se pode exemplificar os projetos urbanísticos promovidos por empresas como a Alphaville Urbanismo, distribuídos em praticamente todo o território nacional⁸.

Levantamento A título de exemplo do grau de impacto da extensão de áreas muradas oriundas de loteamentos fechados e condomínios horizontais, pode-se citar o levantamento realizado na pesquisa de doutorado do deste autor (COELHO, 2015, p.227). Nela, se contabilizou uma área total de cerca de 70km² correspondente a esses tipos de empreendimentos aos loteamentos fechados e condomínios horizontais do Vetor Oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)⁹. Tal valor equivale à área total de Embu das Artes - um dos maiores municípios do recorte – e a pouco mais que o dobro da soma dos bairros jardins do vetor sudoeste paulistano, cujas características morfológicas são semelhantes e que frequentemente são utilizados como parâmetro da área ocupada pelos locais que abrigam as populações de rendas média e alta na RMSP.

⁸ De acordo com o site da empresa, a Alphaville Urbanismo tem empreendimentos do gênero em 23 dos 26 estados brasileiros, além do Distrito Federal. Disponível em:

<https://www.alphavilleurbanismo.com.br/experiencia-alpha>. Acesso em 28.08.2018

⁹ O recorte espacial do trabalho correspondia aos municípios de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Santana de Parnaíba e Vargem Grande Paulista, possuem suas manchas urbanizadas principais conectadas à metrópole paulistana.



Mais um aspecto polêmico diz respeito à gestão dos espaços livres resultantes dessas novas formas de parcelamento. Embora se afirme que os condomínios de lotes não podem “dispensar a constituição de logradouros destinados à fruição da população em geral” (PINTO, 2017, p. 15), pois “poderão ser instituídas limitações administrativas e direitos reais sobre coisa alheia em benefício do poder público, da população em geral e da proteção da paisagem urbana, tais como servidões de passagem, usufrutos e restrições à construção de muros”, tais ações por parte do empreendedor, de acordo com a nova legislação, têm caráter optativo e, via de regra, contrapõem-se aos seus interesses por demandarem a manutenção de espaços públicos às suas custas, tendo portanto, baixa probabilidade de serem adotadas.

Considerando-se que os espaços livres foram doados à municipalidade no ato de abertura do condomínio, como sugere a legislação, o custeio dessas áreas não poderia ser cobrado dos moradores. Sendo assim, não se traz soluções para um dos principais impasses correlatos à questão do fechamento de loteamentos anterior à nova lei.

Pinto afirma que os condôminos podem manifestar interesse no custeio de manutenção de espaços doados à municipalidade, pois essa representaria uma alternativa a “ter que aguardar providências do poder público” (2017, p. 16). Entende-se que tal afirmação representa um reconhecimento de que o poder público não tem capacidade para manter os espaços livres gerados em processos de parcelamento do solo e isso, por si só, seria razão para justificar sua concessão à iniciativa privada com elevadas probabilidades de se vedar seu livre acesso.

O estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada pode até representar uma alternativa para a gestão e manutenção de espaços livres de acesso público, como atestam alguns casos existentes bem-sucedidos nesse sentido¹⁰. O problema é que a nova legislação torna, na melhor das hipóteses, ambíguo e impreciso o quanto a iniciativa

¹⁰ Pode-se citar como exemplos no município de São Paulo os casos de fruição pública dos conjuntos Brascan, Cetenko Plaza, Rochaverá e a Casa das Rosas.



privada pode de fato se apropriar dos espaços livres criados, sendo muito provável, de acordo com a lógica vigente, a restrição ngindo completamente do acesso a estes.

Todos os impactos anteriormente mencionados precisarão ainda ser mensurados na prática, uma vez que a própria viabilização prática dos instrumentos previstos na legislação ainda precisará de um tempo considerável para se consolidar nos municípios, tendo em vista inclusive a polêmica envolta em sua aprovação.

6. Considerações Finais

Os dois novos dispositivos legais analisados neste trabalho têm significativo potencial para impactar diretamente a possibilidade de acesso público irrestrito e a estruturação dos sistemas de espaços livres urbanos nas cidades brasileiras, legitimando processos que já vinham ocorrendo desde o final do século XX em conflito com a legislação federal e atendiam sobretudo não só a interesses dos empreendedores privados, mas também dos próprios moradores e até mesmo de uma parte dos representantes do poder público.

A figura do condomínio de lotes reduz a possibilidade de criação de novos espaços livres de efetiva apropriação pública por meio da legislação de parcelamento do solo, uma vez que legitima a criação de áreas muradas cuja extensão máxima não é estipulada. Além disso, transfere às municipalidades e ao empreendedor a responsabilidade (facultativa) da delimitação de áreas destinadas ao uso público, que já vinham sendo frequentemente incorporadas ao perímetro intramuros de loteamentos em diversas cidades brasileiras desde o final do século XX.

Ao mesmo tempo, o conceito de loteamento de acesso controlado possibilita que os empreendimentos já existentes delimitem perímetros murados nos quais possam ser incorporadas tanto as vias quanto as demais áreas públicas anteriormente doadas no processo de parcelamento do solo disciplinado pela Lei Lehmann, sem que hajanão sendo mais esse processo considerado contradição com os parâmetros anteriormente estabelecidos por essa legislação.



Tem-se, desse modo, a legitimação *a priori* – por meio do condomínio de lotes - e *a posteriori* – por meio do loteamento de acesso controlado – do processo de fechamento e utilização privativa de espaços livres que deveriam ser públicos.

Embora a implantação efetiva de empreendimentos viabilizados pela nova legislação ainda seja incipiente e possivelmente demande razoável tempo para ocorrer, pode-se especular como resultado de sua aplicação um futuro incremento significativo de áreas urbanizadas nas cidades brasileiras caracterizadas por expressivas extensões muradas e com reduzida presença de espaços livres públicos voltados ao convívio e lazer.

7. Referências bibliográficas

BRASIL. Lei no 6766 de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

BRASIL. Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e dá outras providências.

BRASIL. Medida Provisória nº 759 de 23 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e dá outras providências.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 208/2015. Altera a Lei nº 6.766, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

BRASIL. Projeto de Lei Complementar nº 109/2014. Acrescenta dispositivo à Lei no 10.257, de julho de 2001 e dá outras providências.

BRASIL. Projeto de Lei no 3057 de 18 de maio de 2000. Inclui § 2º no art. 41 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como § 1º o atual parágrafo único

COELHO, L. L. *Dispersão, fragmentação e paisagem: relações entre dinâmicas urbanas e naturais no Vetor Oeste da Região Metropolitana de São Paulo*. 2015. Tese (Doutorado em Paisagem Ambiente), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.



MACEDO, S. S.; QUEIROGA, E. F.; CAMPOS, A. C. A.; GALENDER, F. C.; CUSTÓDIO, V. **Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Brasileira**. São Paulo, EDUSP, 2018.

PINTO, V. C. *Condomínio de Lotes: um modelo alternativo de organização do espaço urbano*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Agosto/2017 (Texto para discussão nº 243). Disponível em <[http://: www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)>. Acesso em: 28.08.2018

SANTORO, P. F. *Planejar a expansão urbana - dilemas e perspectivas*. 2012. Tese (Doutorado em Paisagem Ambiente), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.



A (DES)CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES E SUAS TEMPORALIDADES NA POLÍTICA MUNICIPAL: As Praças do Centro Antigo de Cuiabá/MT

**DORIANE, Azevedo (1); CLAUDIO, Santos de Miranda (2); LUCAS,
Luan dos Santos (3);**

- (1) UFMT; Professora- pesquisadora, doutora; Cuiabá/MT; doriane.azevedo@gmail.com
(2) UFMT; Professor- pesquisador, doutor; Cuiabá/MT; cmiranda@terra.com.br
(3) UFMT; aluno curso arquitetura e urbanismo; Cuiabá/MT; lukasboreal1@gmail.com

RESUMO

Nosso principal objetivo é analisar os espaços livres públicos (ELP) – em especial as praças da Unidade de Paisagem - Centro Antigo de Cuiabá(MT), inscrita nos limites dos bairros centrais da cidade, onde partes são tombadas por legislação federal e estadual. Verificaremos a (des)caracterização das qualidades paisagísticas das praças concebidas e que se consolidaram ao longo de quase três séculos, como um dos elementos da estrutura do núcleo urbano setecentista de Cuiabá, que decorrem, essencialmente, das propostas de reforma elaboradas e implantadas pela Prefeitura Municipal de Cuiabá. Essas praças serão analisadas no contexto de suas inserções urbanas, na origem à situação atual, em uma relação direta com o entorno e com base na leitura dos fundamentos urbanísticos, paisagísticos e do patrimônio cultural material, nas temporalidades das intervenções, das propostas registradas nos documentos oficiais, jornalísticos e alterações constatadas em levantamentos fotográficos dos acervos históricos e in loco. Desta forma, constroem-se subsídios para verificar a pertinência e os impactos dessas ações.

Palavras-chave: Espaços livres públicos; praças; Unidade de Paisagem Centro Antigo;



Cuiabá (MT).

THE DESCRIPTION/DECHARACTERIZATION OF OPEN SPACES AND ITS TEMPORALITIES IN MUNICIPAL POLICY: THE SQUARES IN AREAS OF THE OLD DOWNTOWN OF CUIABÁ (MT)

ABSTRACT:

Our main objective is to analyse the Open Public Spaces (OPS) - especially the squares of the Landscape Unit - Old Downtown of Cuiabá (MT), inscribed in the limits of the central districts of the city, where parts are listed by federal and state legislation. We will verify the description/decharacterization of the landscape qualities of the squares conceived and that have consolidated over almost three centuries, as one of the elements of the structure of the



eighteenth-century urban nucleus of Cuiabá, which stem essentially from the reform proposals elaborated and implemented by the Cuiabá Municipal Government. These squares will be analyzed in the context of their urban insertions, from the origins to the current situation, in a direct relation with the environment and based on the reading of the urbanistic, landscape and material cultural patrimony foundations, the temporalities of the interventions, the proposals registered in the official documents, journalistic and alterations verified in photographic surveys of the historical and in loco collections. In this way, subsidies are built to verify the pertinence and impacts of these actions.

Keywords: *Open public spaces; squares; Landscape Unit - Old Downtown; Cuiabá (MT).*

1. Notas introdutórias

A praça é espaço urbano visível “extremamente sensível a transformações de caráter modernizante por parte do poder público” (MACEDO, 1995, p.12), situação que, em Cuiabá, tem constituído paisagens insignificantes, desvalorizando o patrimônio tombado. Esta é a premissa na qual se sustenta nossa questão recorrente, pois desde os anos 2000, o conjunto dos conteúdos físicos das praças mais antigas de Cuiabá, apresentam temporalidades cada vez mais breves, pois a cada gestão municipal, são objeto de intervenções que descaracterizam atributos desses Espaços Livres Públicos (ELPs), integrantes da Unidade de Paisagem Centro Antigo (UP-Centro Antigo).

Pautados em De Lucca e Santiago (2015) e Azevedo e Guedes (2017), identificamos como a UP-Centro Antigo, toda uma área integrada pelo núcleo setecentista, e áreas contíguas, cuja morfologia está baseada nos princípios da cidade tradicional, em nosso caso, que se originaram no período do Brasil-Colônia (REIS FILHO, 1978; DELSON, 1997).

Assim, a UP-Centro Antigo, em sua totalidade, compreende os bairros centrais da cidade e que se consolidaram até a década de 1970-80, onde apenas uma porção foi tombada como Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico por lei federal; outra, reconhecida seu valor histórico por lei Estadual. Na estrutura da cidade tradicional, o



destaque é para a clara distinção entre os espaços (livres) públicos e os espaços (edificados) privados ou públicos.

Na última década, a falta de integração entre as gestões municipal, estadual e federal, e suas fragilidades institucionais, resultaram em políticas que prejudicam ainda mais a UP – Centro Antigo (AZEVEDO e GUEDES, 2017). Incompatibilidades entre legislações urbanísticas (CUIABA, 2015), do patrimônio (IPHAN, 1994), fica evidente na formulação e implantação de políticas em curso, o que tem acentuado ainda mais a descaracterização do Centro Antigo, afetando a percepção visual e simbólica dessa UP, especialmente em seus ELPs.

Na contemporaneidade, podemos afirmar que as praças da UP-Centro Antigo são objetos recorrentes de intervenções, pautadas no discurso da valorização do patrimônio, mas agudizam sua descaracterização em relação ao conjunto e, em sua essência, enquanto ELP, **pois são, e devem continuar sendo, espaços livres, sem (grandes) edificações** (MAGNOLI, 2006).

Dentre os distintos ELPs, estudamos as praças e suas (des)caracterizações ao longo do tempo, com base nos ciclos do processo de consolidação da estrutura urbana da cidade, definidos por De Lamônica Freire (1997): Ciclo da Mineração (1722-1820), período das delimitações iniciais da maioria dos largos; Ciclo da Administração Pública (1820-1960), a transformação dos largos em jardins públicos e; Ciclo da Modernização (1968-1999), quando praças foram modernizadas ou requalificadas com base no antigo.

Arbitramos o encerramento do último ciclo nos anos 1990, pois consideramos que a partir dos anos 2000, vivenciamos um novo ciclo, que na contemporaneidade, é marcado pelas rápidas e constantes transformações do espaço urbano e de suas (antigas) praças.

Para tal, apresentaremos panorama sobre a gênese e consolidação do conjunto das praças da UP - Centro Antigo, aprofundando as questões nos estudos de caso das Praças Alencastro e Ipiranga.

2. As Praças do Centro Antigo de Cuiabá: um panorama



O mapa do Sec. XVIII de Cuiabá (**Figura 01**) apresenta um momento da estruturação urbana do núcleo, no então denominado Ciclo da Mineração (1722-1820), onde marcamos os ELPs analisados.

Dentre a relação dos elementos estruturadores do espaço (livre público e edificado), evidenciamos os largos: do Pelourinho (1), do Palácio (2), da Matriz (3), da Conceição (4), bem como os contornos iniciais de outros de relevância - Largo das Almas (5) e da Marinha (6), Largo do cruzamento entre antiga Rua da Boa Morte e Rua de Baixo (7). Todos esses ELPs contribuiriam para acentuar a importância (e imponência) dos edifícios públicos e de interesse público (como a igreja e os edifícios governamentais, entre outros privados) implantados em seu entorno.

Desde então, os largos existentes passaram por processos de caracterização, seja em jardins (o caso do Largo do Palácio, das Almas e da Marinha), outros diretamente para praças (da Matriz). Posteriormente, outras praças foram inventadas nesse traçado de origem colonial, sejam por aproveitamento de áreas residuais - Praça Euphrosina Hugueney de Matos (8) -, ou por supressão de edifícios - Praça Dr. Alberto Novis (9).



Figura 01: Mapa da Vila de Cuiabá (1770-1775): traçado original consolidado no Ciclo da Mineração, com e marcação dos ELPs estudados: Largos do Pelourinho (1), do Palácio (2), da Matriz (3), da Conceição (4); os contornos iniciais de outros de relevância - Largo das Almas (5) e da Marinha (6), Largo do cruzamento entre antiga Rua da Boa Morte e Rua de Baixo (7) e, as praças inventadas nesse traçado de origem colonial, por aproveitamento de áreas residuais - Praça Euphrosina Hugueney de Matos (8) -, ou por supressão de edifícios - Praça Dr. Alberto Novis (9). Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.



Disponível em: <http://www.sudoestsp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-mato-grosso/678/>. Acesso em julho 2018. Intervenção sobre imagem: dos autores.

(Re)conhecer esses ELPs passa por recuperar um pouco da história, como os períodos de origem, as transformações e permanências materiais, como também na memória coletiva cuiabana.

Pela extensão da tarefa, esforçamo—nos por apresentar uma síntese, mostrando, para cada espaço livre e ciclo, origem, caracterização do entorno, os edifícios que delimitaram os ELPs, conjuntos que transformaram a paisagem. Elaboramos, então, o **Quadro 1** para auxiliar a leitura desse amplo registro realizado.

Quadro 1– Caracterização dos ELPs da UP- Centro Antigo de Cuiabá: origem, transformações físicas e apropriações temporais -

Espaço Livre	Ciclo da Mineração (1722-1820)	Ciclo da Consolidação da Administração Pública (1820-1940)	Ciclo da Modernização (1968 até 1999)	Ciclo contemporâneo (2000 – atual)



<p>1. Praça Alencastro</p>	<p>Antigo Largo do Palácio, onde ocorriam touradas</p>	<p>Largo transformado no Jardim Alencastro com gasômetro, coreto e chafariz, estilo belle époque e área ajardinada delimitada por grades em harmonia com entorno edificado de características coloniais (palácio do governo e outros)</p>	<p>Demolição de conjunto arquitetônico colonial, construção do novo palácio Alencastro e edifício de uso misto (Maria Joaquina), ambos com vários pavimentos, de linhas modernistas. Praça remodelada com essas novas características.</p>	<p>Troca do revestimento do piso, pedra portuguesa para ladrilho hidráulico (2000); e deste para contrapiso de concreto (2005-2008). Descaracterização do espaço livre da praça com construção de edificação de grande porte (estação de ônibus) para proporções deste ELP, e revestimento inadequado para áreas externas e de grande fluxo (2017-18).</p>
-----------------------------------	--	---	--	--



<p>2. Praça da República</p>	<p>Largo da Matriz, descampado em frente da igreja, sem tratamento paisagístico até final do séc. XIX, início do XX.</p>	<p>A praça com característica que representavam os valores positivistas, passa a ser delimitada por vias para tráfego de veículos. Rigor geométrico, verificado na disposição de canteiros passeios, paginações em pedra, e disposição das espécimes arbóreas, em especial as palmeiras Imperiais.</p>	<p>Perde parte de suas palmeiras, prolonga um de seus limites laterais, incorporando ruínas como calçada nas paginações em pedra, e disposição das espécimes arbóreas, em especial as palmeiras Imperiais.</p>	<p>Constante troca de alguns mobiliários como bancos e pinturas dos canteiros de cores diferentes conforme gestão. Sem manutenção do revestimento, que ainda mantém pedra portuguesa.</p>
-------------------------------------	--	--	--	---





<p>3. Praça da Mandioca</p>	<p>Largo do Pelourinho, entorno da casa dos Capitães Gerais. Também funcionou como ponto de feira livre</p>	<p>Mantém o caráter de pequeno largo, sem composições paisagísticas</p>	<p>Inaugurada como praça de D. Bembem, abrigando pequena feira, mas sempre denominada e reconhecida pelo nome popular “Mandioca”</p>	<p>Cada gestão muda-se revestimento do piso e cores. Na atual, a instalação de balaústres e bancos desconsiderou as rodas de choro que ocorriam semanalmente.</p>
------------------------------------	---	---	--	---

Quadro 1– Caracterização dos ELPs da UP- Centro Antigo de Cuiabá: origem, transformações físicas e apropriações temporais -

<p>Espaço Livre</p>	<p>Ciclo da Mineração (1722-1820)</p>	<p>Ciclo da Consolidação da Administração Pública (1820-1940)</p>	<p>Ciclo da Modernização (1968 até 1999)</p>	<p>Ciclo Contemporâneo (2000 – atual)</p>
----------------------------	--	--	---	--



<p>4. Praça Bispo Dom José</p>	<p>Largo da Conceição, onde implantou o Chafariz para o abastecimento de água da cidade</p>	<p>Recebe urbanização e passa a ser chamado de Praça Bispo Dom José, depois por afetar ponto nodal de a setor tombado</p>	<p>Criação do Terminal de Ônibus sobre a praça, desativado depois por afetar a capacidade de suporte do ELP</p>	<p>A praça foi reformada várias vezes nesta década, alterando revestimentos, cores dos equipamentos, forma dos canteiros, supressão ou substituição de vegetação</p>
<p>5. Praça Caetano de Albuquerque</p>	<p>a o Largo formado pelo encontro entre a Rua de Baixo e Rua Boa Morte</p>	<p>Recebe revestimento em ladrilho hidráulico, canteiros e árvores. Passa a abrigar noites de rasqueado.</p>	<p>Em reforma</p>	



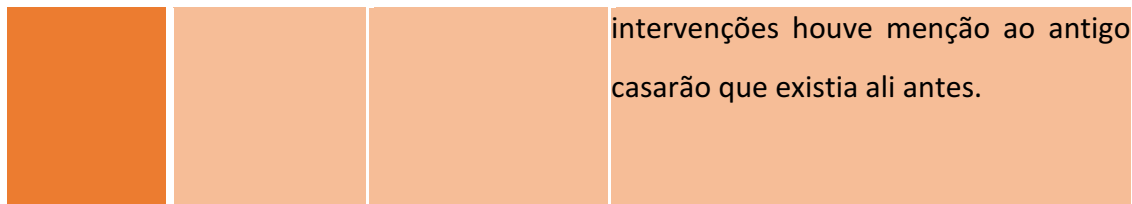
<p>6. Praça Ipiranga</p>	<p>Largo da Almas. Aconteciam de touradas às execuções públicas e feira livre</p>	<p>Largo da Jardim Ipiranga, com muitas de elementos das muretas dos antigos canteiros), coreto e chafariz em estilo art nouveau, ladeado por muretas e grades.</p>	<p>De jardim para praça, é transformado em reformada com aproveitamento sinalização, pintura e gestão 2013-2016 com projeto de reforma. A obra adicionou edificação sobre área da praça para abrigar sanitários.</p>	<p>Após muitas pequenas reformas (instalação de Jardim Ipiranga, aproveitamento sinalização, pintura e gestão 2013-2016 com projeto de reforma. A obra adicionou edificação sobre área da praça para abrigar sanitários.</p>
<p>7. Praça Luiz Albuquerque</p>	<p>Largo da Marinha, basicamente funcionava e cais.</p>	<p>Transformado em Jardim do Porto, ladeado por mureta e grade que separava áreas ajardinada do passeio público. O tratamento paisagístico destacava Obelisco Central, presente pelos 100 anos de Cuiabá</p>	<p>De Jardim para praça, ao longo das reformas foram eliminados canteiros, vegetação arbórea, mobiliários, perde suas principais características, traçados, mobiliários e coreto. Permanece obelisco solto no meio da Praça, quase imperceptível.</p>	



<p>8. Praça Senhor dos Passos</p>	<p>Área residual, fundos da Igreja Senhor dos Passos e de casarões do entorno</p>	<p>Canalização do Córrego Prainha/Abertura Ten. Cel. Duarte</p>	<p>Inauguração da Praça Euphrosina Hugueney Av. Matos</p>	<p>Nova reforma da praça, agora denominada “Senhor dos Passos”. Recebe revestimento piso cerâmico (2017-18). Nenhuma menção ao antigo casarão que existia ali antes.</p>
<p>9. Praça Dr. Alberto Novis</p>	<p>Lote de esquina sobre o qual foi construído Casarão Euphrosina Hugueney de Matos</p>	<p>Incêndio destrói o casarão, lote perde a edificação</p>	<p>Dr. Alberto Novis, com calçamento em pedra portuguesa e vegetação. Reformada na gestão 2005-2008 (troca pavimentação por piso intertravado de concreto) e proposta de intervenção na de 2013-2016.</p>	<p>Atualmente em reforma. Em nenhuma das</p>

Quadro 1– Caracterização dos ELPs da UP- Centro Antigo de Cuiabá: origem, transformações físicas e apropriações temporais -

Espaço Livre	Ciclo da Mineração (1722-1820)	Ciclo da Consolidação da Administração Pública (1820-1940)	Ciclo da Modernização (1968 até 1999)	Contemporâneo (2000 – atual)
--------------	--------------------------------	--	---------------------------------------	------------------------------



intervenção houve menção ao antigo casarão que existia ali antes.

Fontes: Delson (1997); Freire (1997); Mendonça (2012); Acervo Grupo de Pesquisa e Extensão – Estudos de Planejamento Urbano e Regional (ÉPURA-UFMT). Elaboração e Organização: autores, julho 2018.

No **Quadro 1**, observamos como a maioria dos ELPs da UP-Centro Antigo integram a estrutura urbana desde o período setecentista, caracterizados ao longo do tempo em jardins, depois praças, em uma estreita relação com os valores defendidos pela sociedade da época. As praças originadas nos primeiros séculos, guardavam os traços do período colonial e dialogavam com os edifícios do entorno, mantendo os princípios da cidade antiga.

Embora tombado provisoriamente na década de 1980 (Centro) e nos anos 2000 (Porto), não impediram a perda de edifícios e, seus lotes, sendo transformados em espaços livres públicos, assim como também, os espaços residuais no entorno de edifícios - praças inventadas em dissonância com a regularidade anterior do Centro Antigo. As praças inventadas, consolidadas na contemporaneidade, são a exceção na estrutura antiga. Todas foram objeto de inúmeras intervenções, algumas, obras públicas de inegável relevância, outras, atendendo as pressões de modernização.

Atualmente essas praças são tratadas como meros veículos de propaganda das gestões municipais, algumas delas sendo “reformadas” a cada quatro anos. Essas situações foram registradas no **Quadro 1** e ilustradas na Linha do Tempo abaixo (**Figura 02**), melhor visualizadas entre as **Figura 03** e **Figura 06**.

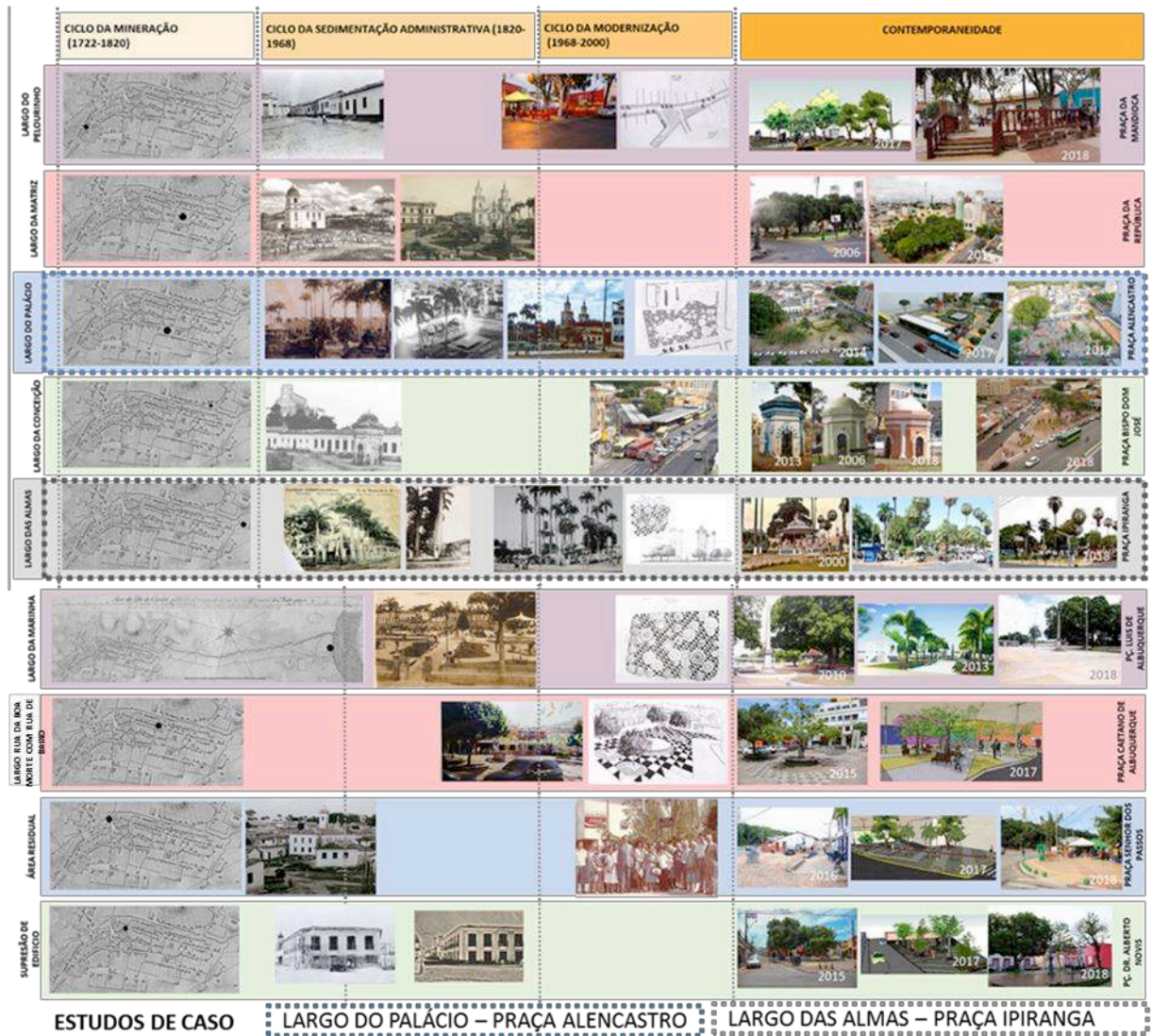


Figura 02: Linha do Tempo Ilustrada - As Temporalidades dos ELPs da UP- Centro Antigo de Cuiabá. Fontes: Diversas (a detalhar figuras 03 a 06). Elaboração e organização: dos autores, julho 2018.



Figura 03: As Temporalidades dos ELPs da UP- Centro Antigo de Cuiabá. Fontes: Na coluna “Ciclo da Mineração” Mapa Cuiabá – CA 1770-75. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, com intervenção dos autores. Imagens das linhas, sempre da esquerda para direita: “Largo do Pelourinho-Praça da Mandioca”, vista geral, s/a, s/d, acervo Casa Silva Freire; vista geral, s/a, s/d, acervo Mídia News; Propostas Intervenção - IPDU/PMC implantação (1998) e perspectiva eletrônica (2017), acervo PMC; vista geral em 2018, s/a, disponível em <http://rufandobombo.com.br>. “Largo da Matriz-Praça da República”, vista geral, s/a, 1914. Album Gráfico de Mato Grosso; vista geral, s/a, s/d. Arquivo Nacional; Vista 2006, s/a, e 2016, foto Júnior Silgueiro). Acervo Secretaria de Comunicação do Governo de Mato Grosso; Elaboração e organização: dos autores, julho 2018.



Figura 04: As Temporalidades dos ELPs da UP- Centro Antigo de Cuiabá. Fontes: Na coluna “Ciclo da Mineração” Mapa Cuiabá – CA 1770-75. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, com intervenção dos autores. Imagens das linhas, sempre da esquerda para direita: “Largo do Palácio- Praça Alencastro”, entrada principal do Jd. Alencastro (1940), Praça Alencastro e sua Fonte Luminosa (autor Lázaro Papazian – Foto Cháu, 1966) e vista lateral antiga Matriz (Ronald Weber, aproximadamente década 1960). Fonte Freitas (2011), Proposta Intervenção - IPDU/PMC 1998, Vista aérea Praça 2014, foto Paulisson Miura, Proposta Intervenção - maquete - IPDU/PMC 2017 e vista área pós-intervenção em 2017, foto Gustavo Duarte, acervo Mídia News; “Largo da Conceição-Praça Bispo Dom José”, chafariz Mundéu primeiro plano, s/a, 1871. Vista aérea Terminal de Ônibus da Praça Bispo, s/a, 2005 e Praça Bispo em 2018, s/a. Acervo Almanaque Cuiabá; “Largo das Almas-Praça Ipiranga”, vista da praça – Rua 13 de Junho, s/a, 1930. Freitas, 2011, Praça, s/a, 1970, disponível em <http://www.tyrannusmelancholicus.com.br>, Proposta Intervenção - IPDU/PMC planta paginação e vistas (1998), vistas diferentes momentos, s/a., 2000, foto Carlos Palmeiras, 2006, foto Luiz Alves, 2018. Elaboração e organização: dos autores, julho 2018.



Figura 05: As Temporalidades dos ELPs da UP- Centro Antigo de Cuiabá (continuação).
 Fontes: Na coluna “Ciclo da Mineração” Mapa Cuiabá – CA 1770-75. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, com intervenção dos autores. Imagens das linhas, sempre da esquerda para direita: “Largo da Marinha-Praça Luis de Albuquerque”, vista geral Jd. Porto, autor Lázaro Papazian (FREITAS, 2011); Proposta Intervenção - IPDU/PMC planta (1998), Vista em 2010, s/a, disponível em http://www.pautaextra.com.br/geral/id-522263/reforma_descaracteriza_praca_do_porto_em_cuiaba_e_coreto_desaparece . Proposta Intervenção – IPDU/PMC, perspectiva digital (2013) e vista situação atual em 2018, foto Dante Mirante, acervo Jornal Diário de Cuiabá. “Largo Rua da Boa Morte com Rua de Baixo - Praça Caetano de Albuquerque”, vista geral, s/a, década 1990, acervo IPDU/PMC; Proposta Intervenção - IPDU/PMC, perspectiva (1998) e situação em 2015, foto de Bruno Cidade. Acervo Mídia News; Proposta de Intervenção IPDU/PMC, perspectiva eletrônica (2017); Elaboração e organização: dos autores, julho 2018.



Figura 06: As Temporalidades dos ELPs da UP- Centro Antigo de Cuiabá (continuação).
 Fontes: Na coluna “Ciclo da Mineração” Mapa Cuiabá – CA 1770-75. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, com intervenção dos autores. Imagens das linhas, sempre da esquerda para direita: “Área Residual-Praça Senhor dos Passos”, vista dos fundos da Igreja Senhor dos Passos, a partir da colina do Rosário, s/a, s/d, acervo Almanaque Cuyabá; Inauguração da Praça D. Euphrosina Huguene y de Matos, s/a, 1998, Acervo IPDU/PMC; vista do Beco do Candeeiro (2016), s/a, Proposta de Intervenção IPDU/PMC, maquete eletrônica (2017) e vista atual, após reforma. Acervo ÉPURA/UFMT.. **“Supressão de Edifício – Praça Dr. Alberto Novis”**, vistas do Casarão de D. Euphrosina Huguene y de Matos, s/a, s/d. Acervo Iphan – Superintendência Mato Grosso Elaboração e organização: dos autores, julho 2018.



Para entendermos essas questões, apresentaremos o processo das transformações das atuais praças Alencastro e Ipiranga, casos extremos de (des)caracterização dos ELPs da UP Centro Antigo de Cuiabá.

As Praças Alencastro e Ipiranga: Processo de (Des)caracterização

Vimos que, desde as primeiras configurações, a maioria dos largos da Cuiabá colonial tiveram seus contornos iniciais definidos pelos edifícios implantados em seus limites, ao mesmo tempo em que se tornavam porções de áreas livres que também possibilitaram permeabilidade visual para apreciação desses conjuntos arquitetônicos implantados em suas bordas. Dos largos originados durante o Ciclo da Mineração, destacamos dois deles: Largo do Palácio e Largo das Almas.

Conforme a estrutura morfológica dos largos ia se consolidando, também se igualavam seus conteúdos quanto aos aspectos paisagísticos. Dentre os primeiros estruturados, o Largo do Palácio (importante por ser o entorno do Palácio do Governo e pela proximidade do Largo da Matriz), diferenciava-se do Largo das Almas “quanto à função, ao uso e à apropriação”. O Largo do Palácio ia sendo caracterizado como a praça do “poder administrativo” e, a outra, o Largo das Almas, transformada na “praça de mercado”, abrigando a primeira feira livre de Cuiabá, funções indicadas nos estudos de Robba e Macedo (2010).

Se a atual Praça Alencastro origina-se do Largo do Palácio, ainda no século XVIII, sua forma retangular é definida pelos edifícios Igreja Matriz, Palácio do Governo, e outros.

A Praça Ipiranga decorre do Largo Cruz das Almas (século XVIII), já abrigou de feira livre a touradas, mas após tornar-se o largo integrado ao edifício onde funcionou o primeiro mercado público de Cuiabá, construído em 1852, posteriormente Quartel da Força Policial (1884-1920) (MENDONÇA, 2012; FREIRE, 1997) e atual Poupa Tempo. Assim, o largo constitui-se em um polígono que mantém a mesma delimitação desde o séc. XVIII.

Da gênese dos largos, a transformação desses espaços livre públicos, seguiu as influências da capital Rio de Janeiro, apresentando os “Jardins Públicos” à sociedade (**Figura 07** e **Figura 08**), que passaria a adquirir “o hábito europeu do ‘passeio’ e do ‘corso’”, motivando



a implantação e manutenção de jardins públicos” [...] E, “praças coloniais mais antigas tradicionais recebe[ndo] vegetação e tratamento de jardim (...)” (ROBBA & MACEDO, 2010, p: 24; 26).

Em Cuiabá, a criação desses jardins coincide com o momento em que a mancha urbana “ganha contornos mais nítidos e o repertório arquitetônico se enriquece e diversifica com a construção de edifícios públicos no largo do Palácio, no Largo da Matriz, e no caminho do Porto Geral”, ou seja, Largo das Almas (FREIRE, 1997, p: 2-54), sendo que, até o final do século XIX, o Álbum Gráfico de Mato Grosso registra os belos Jardins da cidade: Alencastro e Ipiranga.



Figura 07: Jardim Ipiranga: a) vista do interior da praça e fundo edifício Quartel da Força Pública, atual Ganha Tempo, foto Velho Severino, 1906; b) vista a partir da Rua 13 de Junho, foto Raimundo Basto, 1920 e, c) da Rua Generoso Ponce, ao fundo, Igreja do Bom



Despacho. s/a, 1920. Fonte: Acervos Diversos (FREITAS, 2011). Mapa e intervenção sobre fotos: elaboração dos autores, julho 2018.

Figura 08: Jardim Alencastro: a) vista a partir da esquina entre atual Av. Getúlio Vargas e Rua Joaquim Murтинho, s/a, 1960; b) panorâmica sentido Rua Pedro Celestino, s/a, 1950 e (c), entrada principal do Jardim Alencastro, s/a, 1940. Fonte: Acervos (a) Almanaque Cuiabá, (b) e (c) ODoc. Mapa e intervenção sobre fotos: elaboração dos autores, julho 2018.



Os jardins permanecem em Cuiabá, em estreito diálogo com seus entornos edificados por quase século. Todavia, a partir dos anos de 1950, a paisagem urbana de Cuiabá é transformada com a implantação de edifícios de vários pavimentos “símbolo da modernidade, das metrópoles” (FREIRE, 1997:2-121).

A transformação do espaço urbano de Cuiabá passa, também, pela modernização do Jardim Alencastro, transformado em Praça com características adequadas ao entorno dos novos

edifícios modernistas - Palácio Alencastro e Edifício de Uso misto, Maria Joaquina (**Figura 09**) e, o “Jardim Ipiranga”, a gradativa perda das palmeiras imperiais, e outras espécies arbóreas.



Figura 09: A nova Praça Alencastro (a) vista do interior, sentido lateral da antiga Igreja Matriz, foto Ronald Weber, (b), vista do interior sentido Palácio Alencastro, s/a, (c) vista sentido Ed. Maria Joaquina, s/a. Todas, aproximadamente, 1960. Fonte: Secretaria de Comunicação do Estado de Mato Grosso e Freitas (2011). Mapa e intervenção sobre fotos: elaboração dos autores, julho 2018s.

Um contra movimento começa a crescer em Cuiabá. Amadurece, então, o discurso da Preservação do Patrimônio (Edificado) como manifestação da resistência e valorização da Cultura local, em final de 1970, com reflexos sobre algumas das intervenções nos ELPs, como na Praça Ipiranga na década de 1970, “reformada segundo padrões antigos” (**Figura 10**), instalando nessa os postes, coreto e chafariz da Praça Alencastro anteriormente modernizada, compondo “o ‘espaço do antigo’*...+ uma ressignificação do ‘tradicional’ [...] no contexto do ‘moderno’, reafirmação da identidade ameaçada *...+” (BRANDÃO,



1997,p:3- 127; 128).



Figura 10: Praça Ipiranga e vistas do entorno: (a) cruzamento das Ruas 13 de Junho e Generoso Ponce, s/a, 1978 (b) Interior da Praça, com destaque para vista do Coreto, s/a, 1970 e(c) Vista a partir da Av. da Prainha, sentido Rua Generoso Ponce, foto Clóvis Aratani, 2006. Fontes: Acervos Site Tyranusmilancholicos; Viviane Rebeca Peixoto e Site MapioNet, respectivamente. Mapa e intervenção sobre fotos: elaboração dos autores, julho 2018.

Quando do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá, delimitando a área do Centro Histórico e Setores, a feição existente e preservada das Praças Alencastro e Ipiranga era a dos ELPs que ainda mantinham vegetação arbórea, entre eles, algumas espécimes de palmeiras imperiais, relativa área permeável, abrigando elementos



complementares, de reconhecido valor histórico, como os Coretos e os Chafarizes, harmonizados com seus entornos edificados, sejam de características modernistas (Alencastro), seja colonial (Ipiranga) ambos mantinham a memória da cidade tradicional (Figura 11).



Figura 11: Praça Ipiranga e “reforma”. Junho 2018. Mapa e fotos dos autores, julho 2018.

Na atualidade, a poluição visual com os inúmeros letreiros de diferentes tamanhos, uma profusão de cores que recobrem as fachadas dos edifícios do entorno das praças, mas também detalhes destas, como dos mobiliários urbanos, são alguns dos elementos que desvalorizam o patrimônio que as Praças Alencastro e Ipiranga e, seus respectivos entornos, integram.

Pode-se afirmar, que essa profusão de estímulos é reforçada por meio das ações oficiais, dos projetos elaborados e implantados, especialmente a partir dos anos 2000, pois desde então, todas as gestões realizaram intervenções nos ELPs, especialmente Alencastro e Ipiranga. De pintura de canteiros ou alteração da forma destes, dos bancos e, principalmente, a troca de revestimento dos pisos (trocando as pedras portuguesas pelos ladrilhos hidráulico, concreto e, o atual revestimento cerâmico multicolor).

Se essas podem ser consideradas pequenas alterações, podemos afirmar que desde 2013, as intervenções promovidas pela Prefeitura Municipal nos ELPs da UP-Centro Antigo, sacramentam sua descaracterização (Figura 12).



Figura 12: Praça Alencastro e vistas do entorno: (a) interior da praça, sentido lateral da Catedral, foto Fabiano Rabaneda, 2012, (b) interior da praça após intervenções 2018, foto Gustavo Duarte e, (c) Estação Alencastro construída sobre praça, acervo autores. Mapa e intervenção sobre: elaboração dos autores, julho 2018.

Embora o discurso seja de valorização do Patrimônio Cultural, as soluções projetadas e implementadas subsidiaram reforma dos elementos da praça e não a requalificação do conjunto da sua estrutura física, pautada em decisões de conservação e preservação, à altura do valor dos bens objeto das legislações (IPHAN, 1994; CUIABÁ, 2010; MATO GROSSO, 2009).

Os registros fotográficos mostram adições volumétricas bastardas realizadas em ambas as praças: na Alencastro, a Estação de Transporte Público; na Ipiranga, sanitários. Essas intervenções evidenciam o grave impacto paisagístico imputado a bens tombados, conforme os fundamentos urbanísticos, paisagísticos e legais de valorização do patrimônio, pois essas edificações desrespeitam a característica primeira das praças como espaço livre de edificação; ao se tornarem barreiras, prejudicando a integridade visual dos conjuntos edificados (**Figura 13**), e a opção por tipologias arquitetônicas de baixa qualidade estética (**Figura 14**), caracterizando-se como uma violência as praças, a paisagem urbana e ao patrimônio cultural (material).



Figura 13: Praça Alencastro e vistas, da esquerda para direita, vista a partir mirante do Palácio Alencastro, destaque nova Estação construída sobre a praça, foto Luiz Alves; estação como barreira visual, para apreciação da Igreja Matriz e, do Palácio Alencastro. Fotos: acervo dos autores, maio 2018.



Figura 14: Praça Ipiranga e vistas do novo elemento edificado “tipo colonial” - sanitários.
Fotos: acervo dos autores, maio 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As praças de Cuiabá integram a UP- Centro Antigo, constituída, inclusive, por áreas não tombadas. Todavia, verificamos que desde anos 2000, as gestões municipais insistem em intervir nessas praças recorrentemente e, de forma aleatória.

Na evidente ausência de critérios paisagísticos e do patrimônio, é certa a descaracterização das praças, a consolidação de paisagem insignificante e desvalorização do patrimônio cultural material.

Nessa esteira de equívocos, sob a responsabilidade da Prefeitura, e quaisquer instituições relacionadas, os impactos das intervenções nos ELPs e seus entornos é fato, e a preocupação se instaura na medida em que essa prática tem sido uma constante nas últimas gestões municipais, aventando-se a possibilidade da reprodução dessas premissas projetuais, pautadas pela falta de fundamentos e processo participativo no planejamento e gestão, ao tratar o bem público, de interesse patrimonial, urbanístico e paisagístico.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Doriane; GUEDES, Gabriela Silva Leite. A Quantas Andam Nossas Políticas Públicas de (des)Valorização do Patrimônio Cultural Material em Cuiabá/MT? In: / *Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural: fronteiras do patrimônio:*



preservação como fortalecimento das identidades e da democracia. 03 a 07 de outubro de 2017 - Cuiabá (MT), Brasil.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A Catedral e a Cidade*. Uma Abordagem da educação como prática social. Cuiabá:Edufmt, 1997.

CUIABÁ, IPDU (Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano). *Patrimônio Histórico de Cuiabá. Legislações Federal, Estadual e Municipal*. Diretoria de Pesquisa e Informação – DPI: IPDU: Cuiabá, 2010.

DELSON, R. M. *Novas Vilas para o Brasil Colônia* Planejamento espacial e social no séc.XVIII. Edições Alva: Brasília; 1ª edição, 1997.

DE LUCA, V. G.; SANTIAGO, A. G. Avaliação do caráter da paisagem: Abordagens Européias.

Paisagem e Ambiente: Ensaio nº 36 – São Paulo, 2015. 46p.

FREIRE, Júlio De Lamônica. *Por uma poética popular da arquitetura cuiabana*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

FREITAS, Maria Auxiliadora de. *Cuiabá: imagens da cidade: dos primeiros registros à década de 1960*. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Artístico, Histórico Nacional (IPHAN). Superintendência Mato Grosso. *Instrução Normativa do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá*. Cuiabá, 1994.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Ambiente, Espaço e Paisagem. *Paisagem Ambiente: ensaios* – n.21 – São Paulo – p.237 – 244 – 2006.

MENDONÇA, Rubens de. *Ruas de Cuiabá*. Cuiabá: SEC-MT; Integrar; Defanti, 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *O quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva 1978. ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010 – [Coleção Quapá].



TRANSFORMAÇÕES DA FORMA URBANA OCORRIDAS ENTRE 2005 E 2016

Nos municípios de Florianópolis - SC e Fortaleza - CE

RIBEIRO, Ana J. S. (1); SEADE, Juliana (2); SILVA, Jonathas M. P. da (3)

(1) PUC-Campinas; Iniciação Científica; São Paulo, SP; anaribeiro1494@outlook.com

(2) PUC-Campinas; Iniciação Científica; São Paulo, SP; juliana.gbs@puccampinas.edu.br

(3) PUC-Campinas – Posurb-Arq; Professor Doutor; São Paulo, SP;

jonathas.silva@puccampinas.edu.br

RESUMO

O presente artigo é fruto do desenvolvimento de iniciações científicas desenvolvidas na PUC- Campinas. Os planos de iniciação científica tinham como objetivo desenvolver o mapeamento e análise das transformações da forma urbana ocorridas entre 2005 e 2016 no município de Florianópolis - SC e Fortaleza - CE, de forma a contribuir com a discussão a respeito da transformação da Paisagem e do Sistema de Espaços Livres. Os levantamentos foram sistematizados em base georreferenciada de forma a favorecer a análise espacial. Como resultado temos a produção de cartografias que auxiliam nos procedimentos de leitura das transformações espaciais ocorridas em função de investimentos públicos e privados sobre os territórios urbano.

Palavras-chave: Gestão Urbana, Cartografia, Transformação da Paisagem;

TRANSFORMATIONS OF THE "URBAN FORM" OCCURRED BETWEEN 2005 AND 2016:



in

the munitions of Florianopolis - SC and Fortaleza - CE) ABSTRACT

This article is the result of the development of ICs developed at PUC-Campinas. The IC plans aimed to develop the mapping and analysis of the urban form transformations that took place between 2005 and 2016 in the city of Florianopolis - SC and Fortaleza - CE, in order to contribute to the discussion about Landscape transformation and Open Spaces System. To favor spatial analysis, the surveys were systematized on a georeferenced basis. As a result, we have the production of cartographies that aid in the procedures for reading the spatial transformations that occur as a function of public and private investments in the urban territories.

Key words: Urban Management, Cartography, Landscape Transformation;



Introdução

O presente artigo busca por meio dos resultados contribuir na análise da transformação da paisagem e do sistema de espaços livres. Parte-se do princípio que a localização das transformações na cidade possibilita a melhor compreensão do fenômeno de transformação da paisagem e do entendimento do processo de constituição da forma urbana. A caracterização destas transformações possibilita ainda identificar as tendências e ritmo de alterações da cidade. Nos parece que os resultados aqui apresentados são ainda bastante preliminares na medida em que se espera avançar em uma análise mais profunda quando as cartografias aqui apresentadas forem cruzadas com os mapas de localização de renda e de mobilidade. A intenção de trazer os resultados preliminares para a discussão foi possibilitar fomentar o debate iniciado no ultimo colóquio QUAPA-SEL a respeito das transformações urbanas.

Segue procedimentos estabelecidos durante o Projeto temático FAPESP: envolvendo o Posurb da PUC-Campinas, a FAU-USP e o IAU-São Carlos USP. Pesquisa temática apoiada pela FAPESP “Os sistemas de Espaços livres na Constituição da Forma Urbana no Brasil: Produção e Apropriação QUAPA-SEL II – Quadro do Paisagismo – Sistema de Espaços Livres”. Os trabalhos desenvolvidos dão continuidade na colaboração entre pesquisadores da rede e possibilitou estabelecer diálogo com as Iniciações Científicas das diferentes universidades envolvidas no projeto temático (PUC-Campinas e USP). A pesquisa se baseia primeiramente no estudo teórico a respeito das análises entre diferentes escalas (MAGALHAES & SILVA; 2015) e do processo de apreensão do método de elaboração cartográfica que estabelece a priori suas categorias de análise para identificação das transformações urbanas (PEGORARO & MACEDO, 2016).



Método

A primeira ação na produção cartográfica estabelecida pelo método de PEGORARO & MACEDO é a identificação dos diferentes tipos de transformações que ocorrem na paisagem que normalmente variam em seus aspectos de produção da forma urbana de cada recorte território. O método estabelece três tipos de transformações da forma urbana possíveis de se identificar pela leitura visual de ortofotos de diferentes anos (2006 e 2016), são eles: “adição”, “substituição” e “consolidação”.

As transformações por “adição” consistem na transformação de um espaço sem



parcelamento do solo e de características de

uso rural para um espaço com parcelamento do solo, portanto com a configuração de quadras urbanas.

Imagem 2005 Imagem 2016

Figura 01: Exemplo de polígono caracterizando transformação por adição. Imagem Google Earth Pro

As transformações por “consolidação” consistem em ocupação dos vazios urbanos, isto é, de

espaços não edificados localizados na cidade.

Imagem 2005 *Imagem 2016*



Figura 02: Exemplo de polígono caracterizando transformação por consolidação. Imagem Google Earth Pro



Finalmente as transformações por “sobreposição” consistem em alterações na volumetria existente provocando mudanças nas formas volumétricas, por exemplo: quando galpões ou sobrados são substituídos por edifícios com diversos pavimentos.



Imagem 2005 *Imagem 2016*

Figura 03: Exemplo de polígono caracterizando transformação por sobreposição. Imagem Google Earth Pro

A identificação das transformações e desenho dos polígonos demandou tempo de análise



utilizando-se a ferramenta gratuita do Google Earth onde é possível observar as ortofotos de 2006 e 2016. Para cada polígono foi associado um conjunto de dados inseridos em uma tabela. Os dados caracterizam a transformação de cada polígono quanto: a) identificação do tipo de transformações urbanas (adição, substituição ou consolidação b) às transformações de volumetrias, c) aos recuos e afastamento da novas volumetrias e d) a alteração da porcentagem de presença de arborização. Em Florianópolis foram mapeados 917 polígonos no total e em Fortaleza foram identificados 627 polígonos. Após desenhar os polígonos no Google Earth estes dados foram salvos em formato “kml” e importados no programa QGis (QGIS 2.18.21), também gratuito, onde foi possível relacionar os polígonos com os dados da tabela possibilitando desta forma a produção cartográfica.

O arquivo “Kml” é aberto no QGIS e salvo em formato de arquivo Shapefile com a referência geográfica correta, por exemplo no caso da cidade de Florianópolis utilizou-se o SIRGAS 2000, UTM ZONE 22S. O arquivo Shapefile, onde se encontram inicialmente apenas os polígonos (feições) são relacionados aos dados da tabela por meio da ferramenta de “união”. Desta forma os “polígonos” ficam vinculados a uma “tabela de atributos” que



indicam as características de cada polígono. A seguir apresentamos imagens do processo de produção cartográfica.

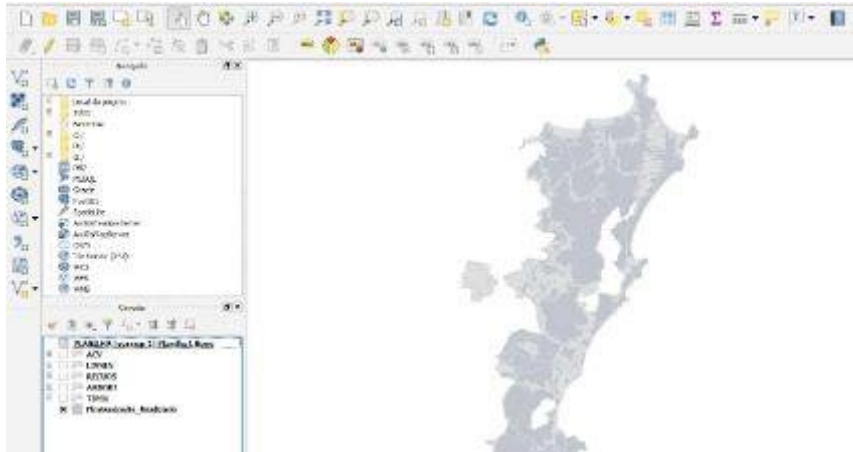


Figura 04: Arquivos Shapefile categorizados Imagem QGIS

Figura 05: Tabela de Atributos. Imagem QGIS

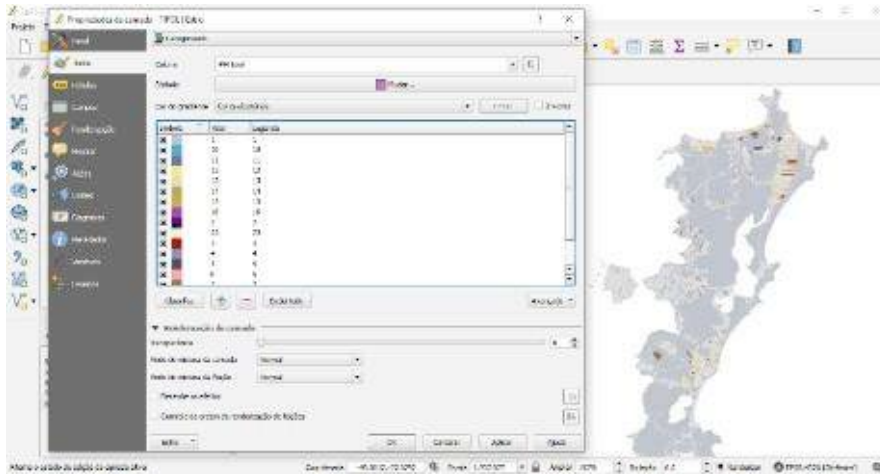
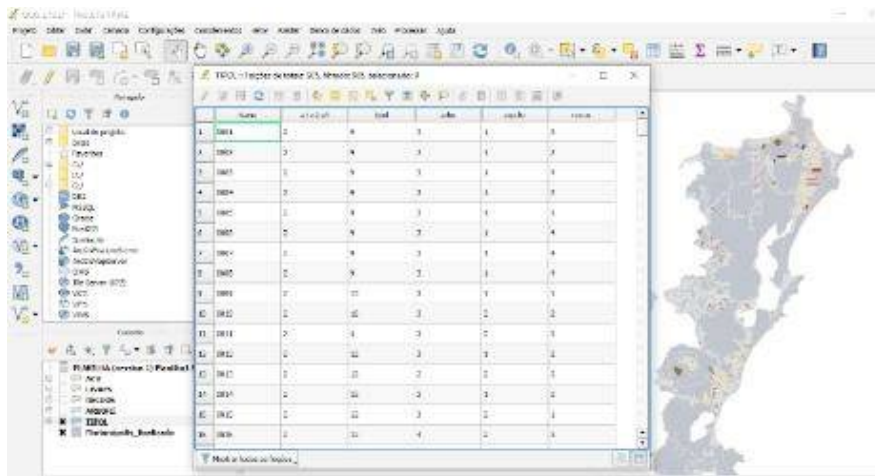
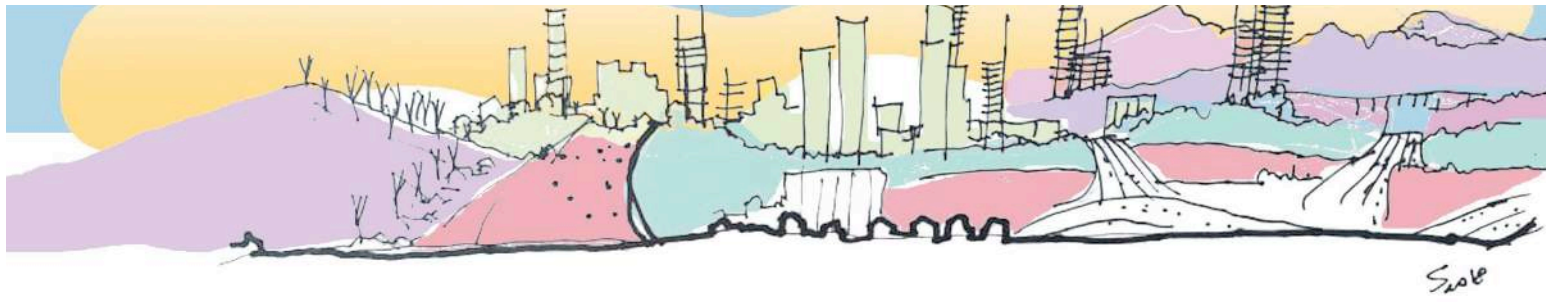


Figura 06: Categorização de Estilos por cor. Imagem QGIS





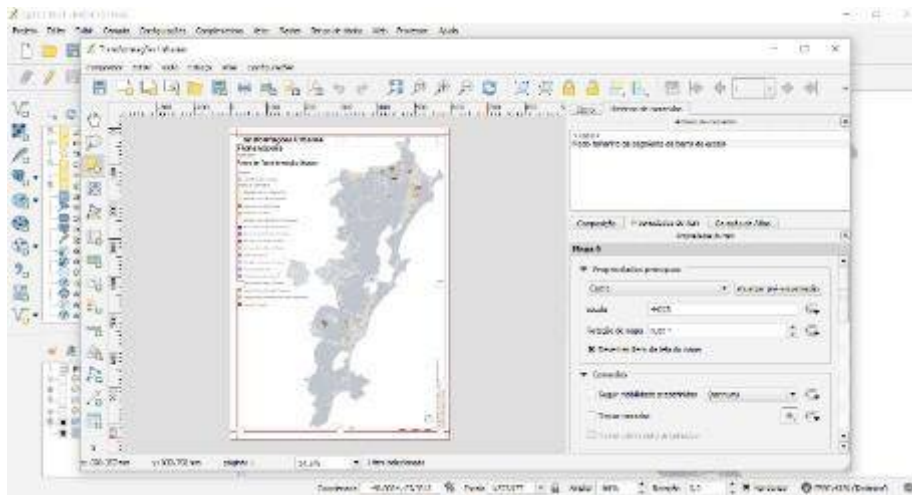


Figura 07: Compositor de Impressão. Imagem QGIS

Florianópolis - SC

Os mapas gerados permitem análises da produção da forma urbana na cidade de Florianópolis. Identificam-se diferentes tipos de malhas urbana ao longo da ilha sendo estas fortemente condicionada pela topografia.

Conforme declarado no método, a análise identifica as seguintes formas de transformações do espaço urbano, ocorridas por: adição, consolidação ou sobreposição. O mapa sobre Áreas de Transformações Urbanas (Figura 08) permite identificar que os polígonos encontrados na categoria “Adição” estão principalmente na região norte da ilha e alguns pontos ao sul e centro. A categoria “Consolidação” é encontrada em todas as regiões do território e ocorrem em maior quantidade que as demais. As transformações por “Sobreposição” são pontuais e raras, acontecem mais na porção continental de Florianópolis.

Identifica-se também que o tipo transformação preponderante em Florianópolis no período de 2005 a 2016, é o de “Consolidação”, onde áreas já urbanizadas da malha urbana sofrem algum tipo de transformação, seja na borda da mancha urbana ou em glebas internas à malha urbana existente.



Transformações Urbanas Florianópolis

2005-2016

Áreas de Transformação Urbana

Legenda

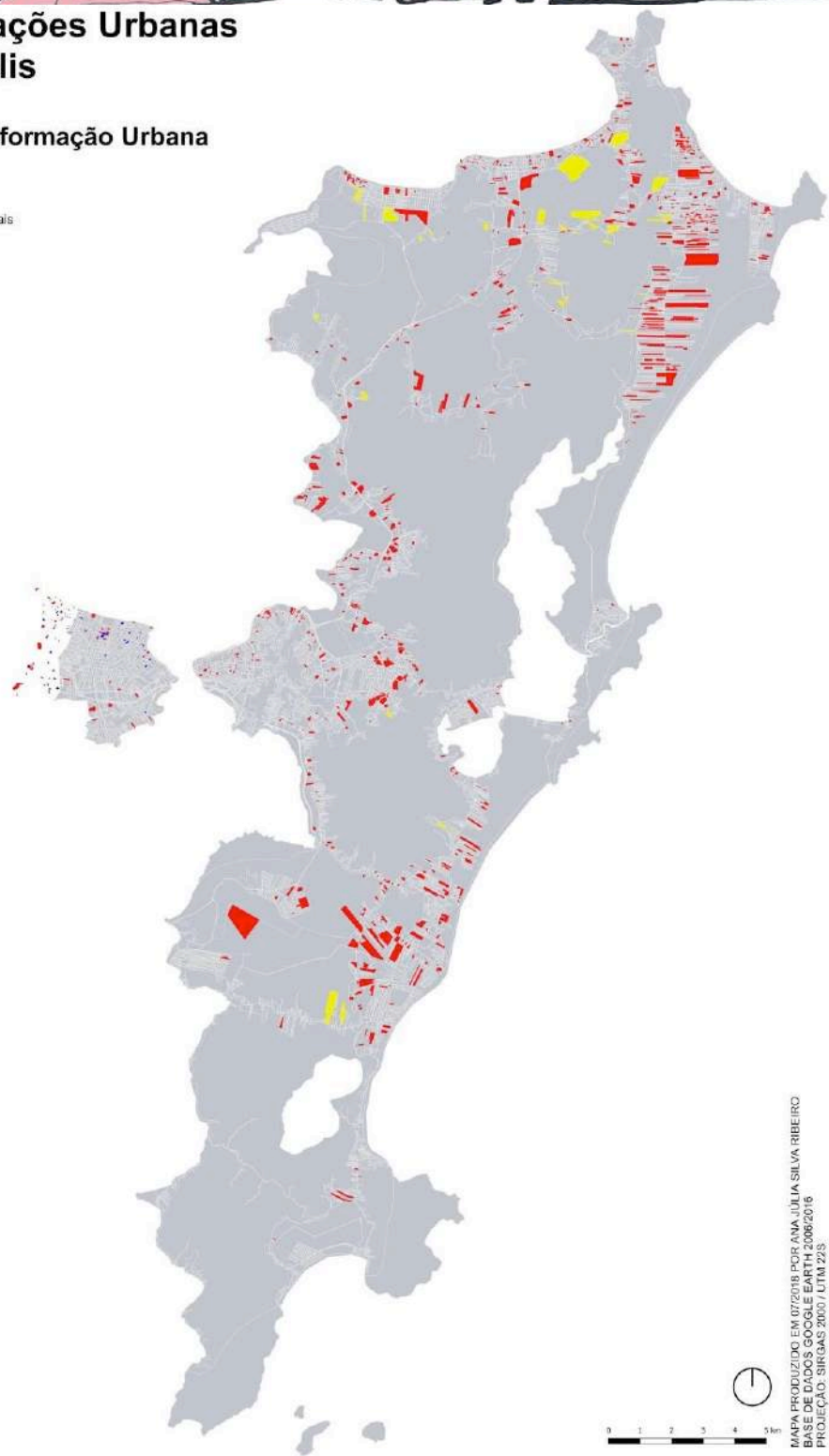
■ Limites Territoriais Municipais

Tipos de Transformação

■ Adição

■ Consolidação

■ Sobreposição



MAPA PRODUZIDO EM 07/2018 POR ANA JULIA SILVA RIBEIRO
BASE DE DADOS GOOGLE EARTH 2006/2016
PROJEÇÃO: SIRGAS 2000 / UTM 22S

Figura 08: Mapa de Transformação Urbana – Áreas de Transformação Urbana. 08/2018

Legenda

■ Limites Territoriais Municipais

Tipos de Transformação

■ Adição

■





Transformações Urbanas Florianópolis

2005-2016

Arborização Intralote

Legenda

■ Limites Territoriais Municipais

Arborização Intralote

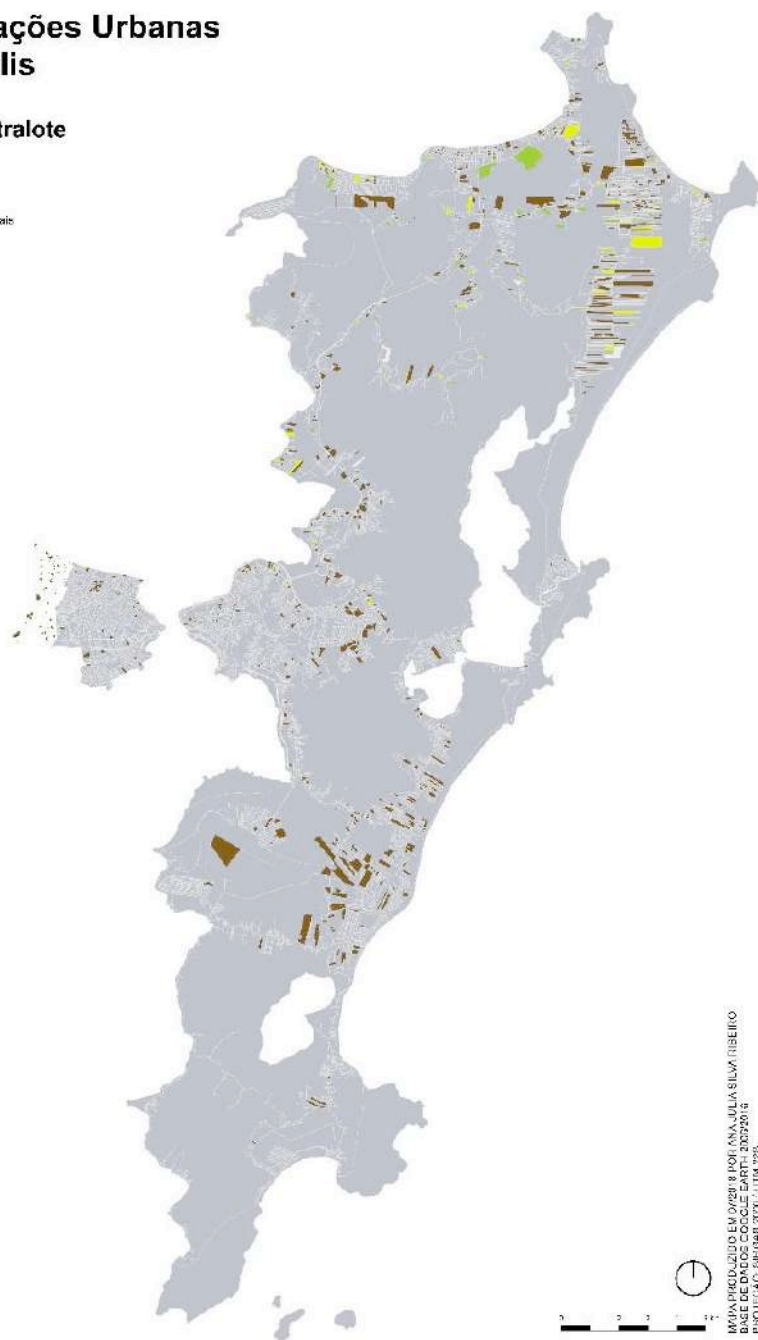
■ Área não consolidada

■ 70 - 100 %

■ 30 - 70 %

■ 10 - 30 %

■ 0 - 10 %



Legenda

■ Limites Territoriais Municipais

Arborização Intralote

■ Área não consolidada

■ 70 - 100 %

■ 30 - 70 %

■ 10 - 30 %

■ 0 - 10 %

IMAGEM GERADA EM 09/2018 POR ANA JULIA SILVA (IBEBEIO)
 BASE DE DADOS COCCLE EARTH 2005/2016
 PROJEÇÃO: SIRGAS 2011 UTM 22S

Figura 09: Mapa de Transformação Urbana – Arborização Intralote 08/2018



O mapa Arborização Intralote (Figura 09) mostra que cerca de 85% dos lotes possuem arborização entre 0-10%, curiosamente a porção norte já citada tem ocorrências de transformação predominante com arborização entre 10-30%.



O mapa Volumetrias Construídas Intra lote (Figura 10) define os tipos morfológicos de cada transformação identificada. Na parte nordeste da ilha ocorre uma predominância de três tipos: Edificações Horizontais de Pequeno Porte, Loteamentos Horizontais fechados e Condomínios Horizontais.

A parte continental possui forte transformação para Quadras Condominiais Verticais e é a porção mais verticalizada de um modo geral no território.

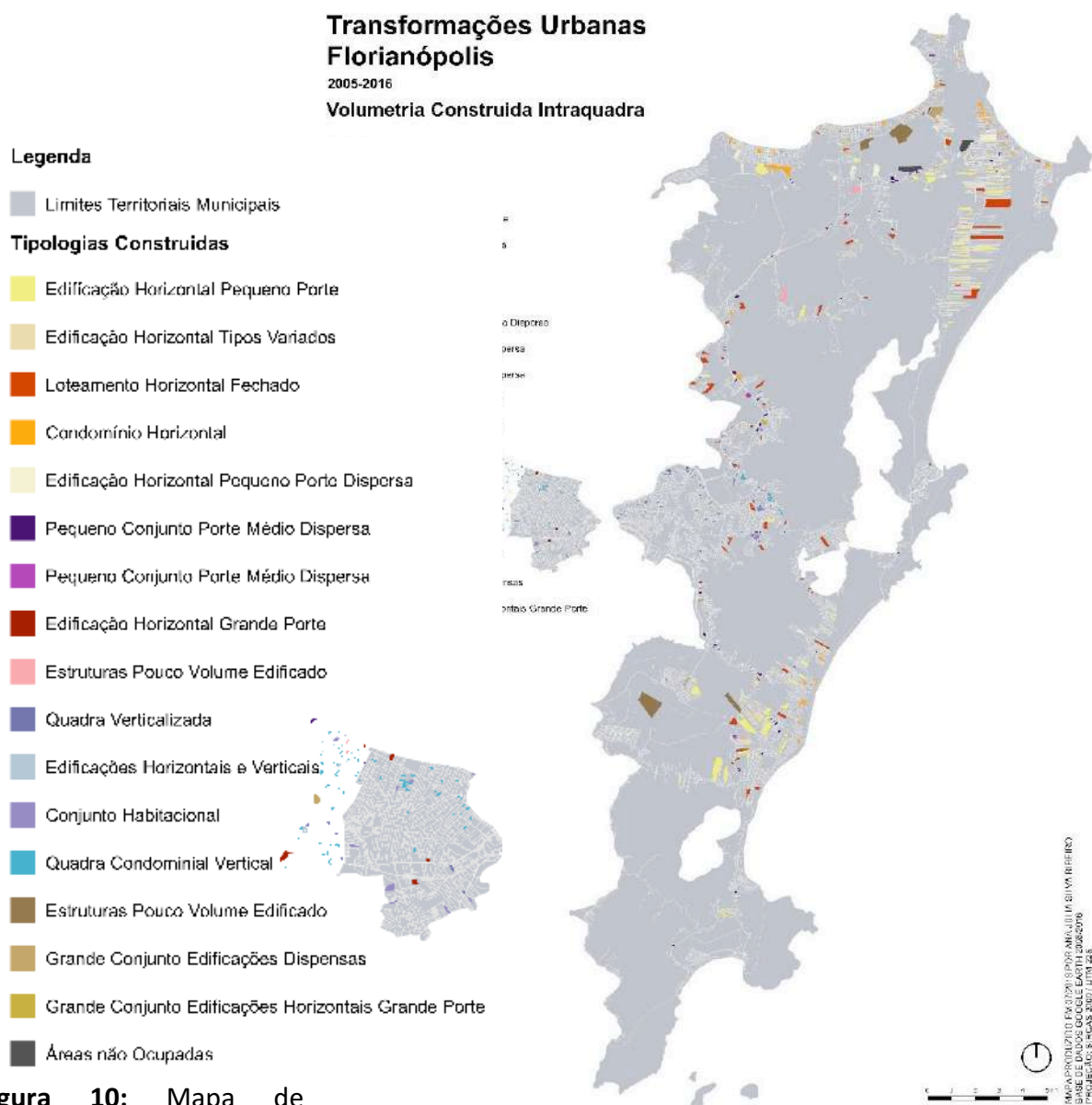
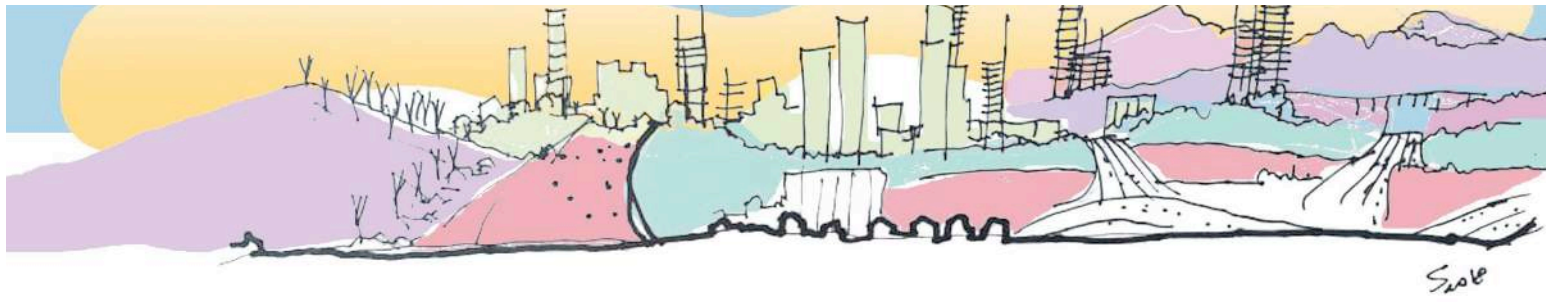


Figura 10: Mapa de Transformação Urbana –Volumetria Construída Intraquadra. 08/2018





O mapa de Espaços Livres (Figura 11) revela a predominância de lotes com 0-30% de espaços livres ao sul do território. Em bairros como Monte Verde, Saco Grande, João Paulo, e Itacorubi, próximos ao centro, ocorre uma mescla deste mesmo tipo com outras

ocorrências de 30-50% e 50-100%. No norte da ilha identifica-se uma maior frequência de lotes com espaços livres entre 50-100%.

Transformações Urbanas Florianópolis

2005-2016

Espaços Livres Intraquadra

Legenda

■ Limites Territoriais Municipais

Espaços Livres

■ Área Não Consolidada

■ 0 - 30 %

■ 30 - 50 %

■ 50 - 100 %

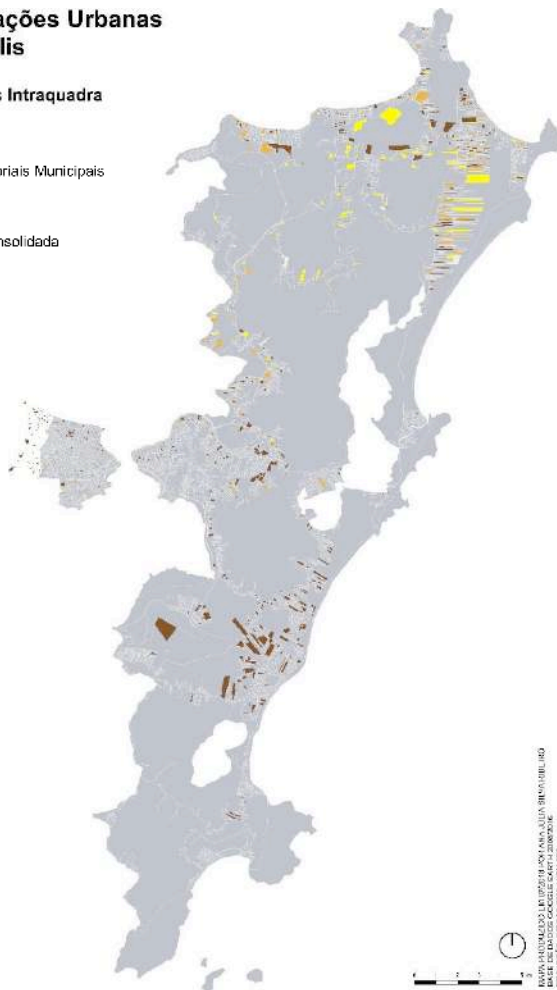


Figura 11: Mapa de Transformação Urbana – Espaços Livres Intraquadra. 08/2018

No mapa de Recuos Intralote (Figura 12) observam-se, na região norte, lotes com 1 ou 2 recuos, assim como, lotes sem predominância de recuos. A oeste, próximo ao centro, lotes

com 1 ou 2 recuos predominam sobre os demais, havendo ocorrências de lotes com 3 ou

4



recuos. Ao sul da ilha são dominantes lotes com 1 ou 2 recuos, seguindo as lógicas dos lotes já existentes.

Transformações Urbanas Florianópolis

2005-2016

Recuos Intralote

Legenda

Limites Territoriais Municipais

Recuos

- 0m Recuos
- 1 ou 2 Recuos
- 3 ou 4 Recuos
- Sem Padrão Predominante
- Não Construído

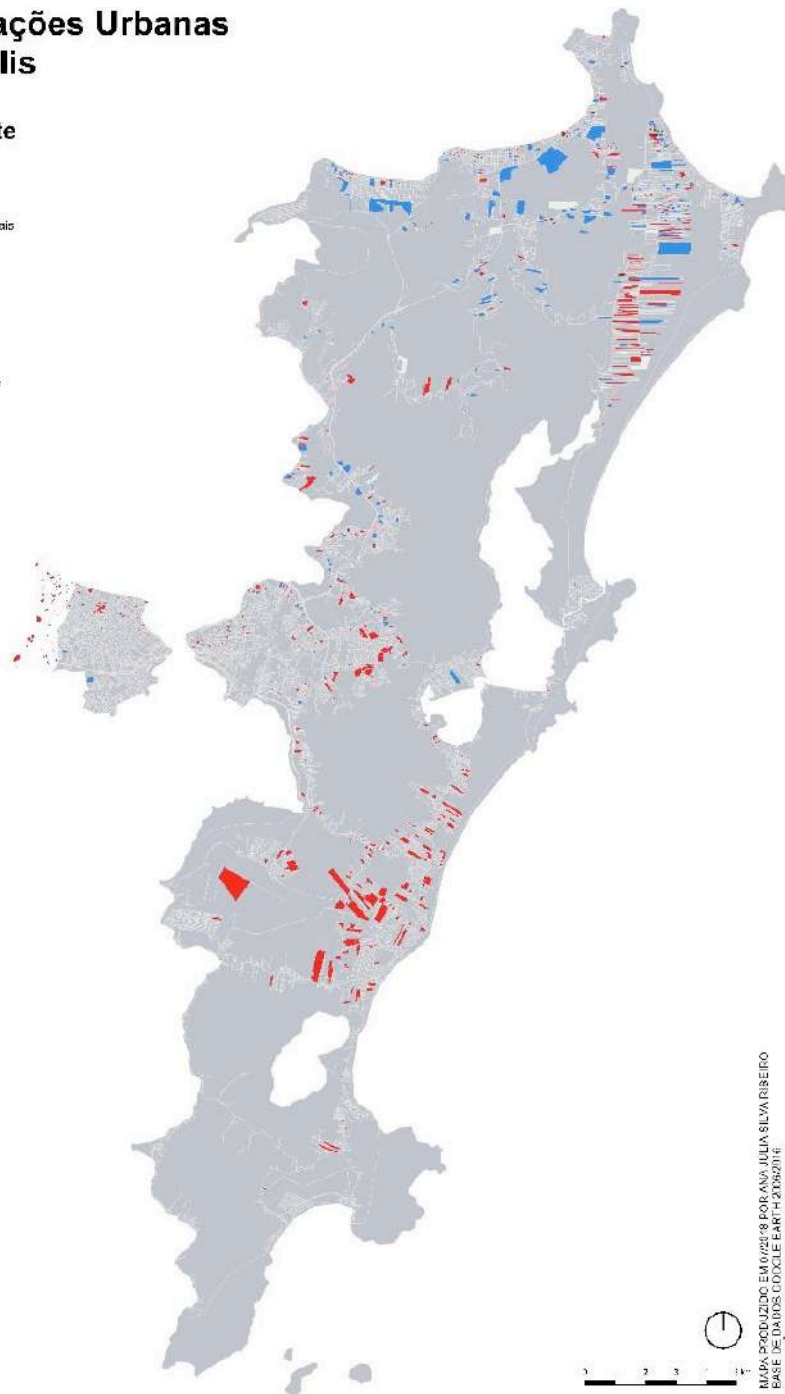


Figura 12:
Mapa de Transformação Urbana – Recuos Intralote.
08/2018

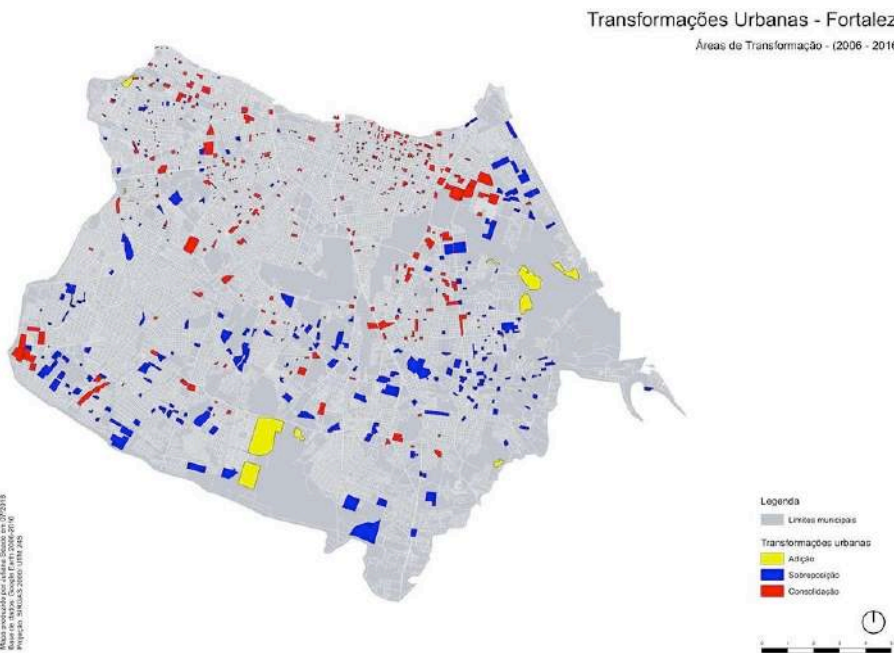
MAPA PRODUZIDO EM 08/2018 POR ANA JULIA SILVA RIBEIRO
DEBENEFICIÁRIA DO PROJETO DE FAPESP 2006/02114
PROFESSORA: SHIRLEY 2007.0119.125



Estas análises geradas sobre a cartografia nos permitem concluir que algumas regiões da cidade de Florianópolis têm características que variam conforme a atividade econômica local, uso do solo, e proximidade com a orla marítima. O fato de ter grande potencial turístico litorâneo gera uma ocupação ligada diretamente a esta atividade. É o que ocorre nos bairros de Jurerê, Canasvieiras, Ingleses e Campeche, além de pontos específicos como Lagoa da Conceição e as regiões de Dunas.

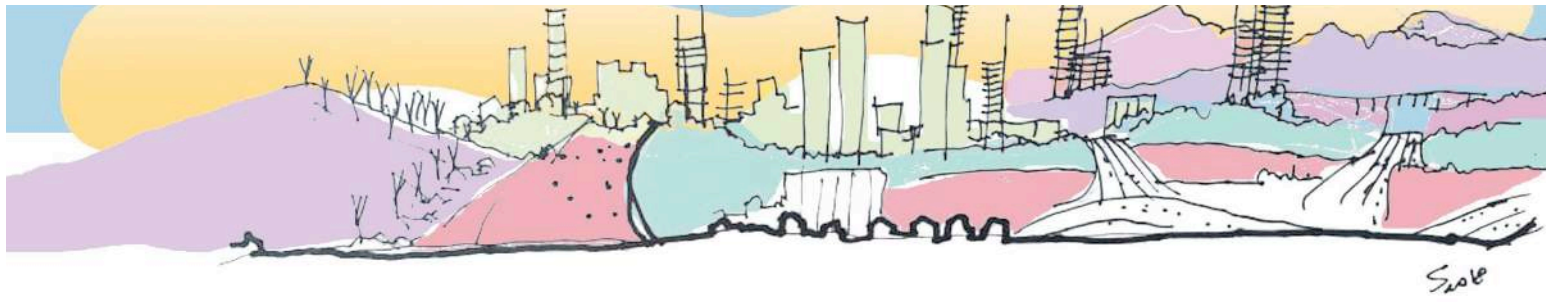
Fortaleza - CE

Diferente da cidade de Florianópolis, onde predominou a transformação por “consolidação” ao mapear o território da cidade de Fortaleza foi identificado um grande número de transformações do tipo “sobreposição”. Observa-se o fenômeno principalmente na região central, onde casas foram substituídas por edifícios verticais, concomitantemente com o fenômeno da consolidação que aconteceu em toda malha urbana que se encontrava consolidada com muitos vazios urbanos. O fenômeno da adição pouco ocorre, e está diretamente ligado a



construção de novas estruturas nas partes periféricas da cidade (figura 13).

Figura 13:
Mapa de transformação



s urbanas cidade de fortaleza, áreas de transformação 2005-2016.



Após essa primeira classificação das mudanças, foi gerado um mapa com os agrupamentos principais, onde são observados nitidamente os processos de verticalização, disseminação de condomínios horizontais, edificações de cunho comercial médio e grande porte, encraves urbanos e áreas não ocupadas. Desta maneira foi possível observar uma grande verticalização na região central, tornando as quadras mistas (horizontais e verticais) e uma verticalização através de condomínios nas regiões periféricas. O padrão do tipo residencial horizontal ocorreu principalmente nas regiões periféricas ocupando os vazios urbanos em consolidação enquanto o tipo comercial horizontal ocorre em conjunto com a

construção de estruturas viárias (Figura 14).

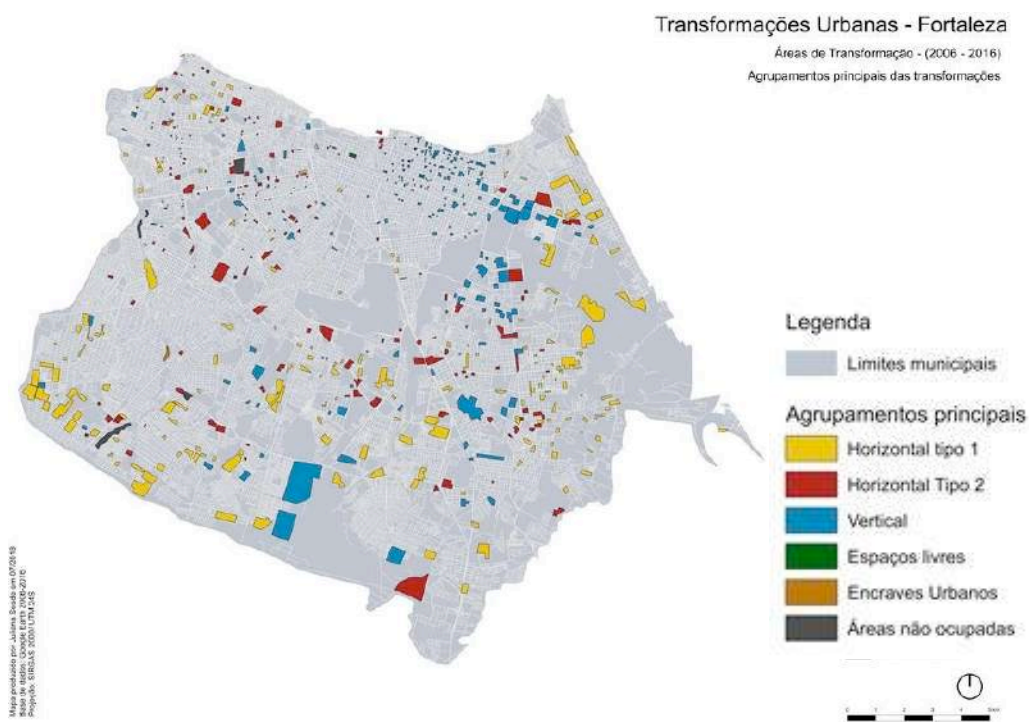


Figura 14:
Mapa de

transformações urbanas cidade de fortaleza, principais agrupamentos 2005-2016.

No que diz respeito aos recuos (Figura 15) observa-se uma predominância de construções com um ou dois recuos, sendo estes o frontal e o posterior. Salvo as construções de grande porte, que são cercadas por uma grande área de estacionamento.



Transformações Urbanas - Fortaleza
 Áreas de Transformação - (2006 - 2016)
 Recuos Intralote

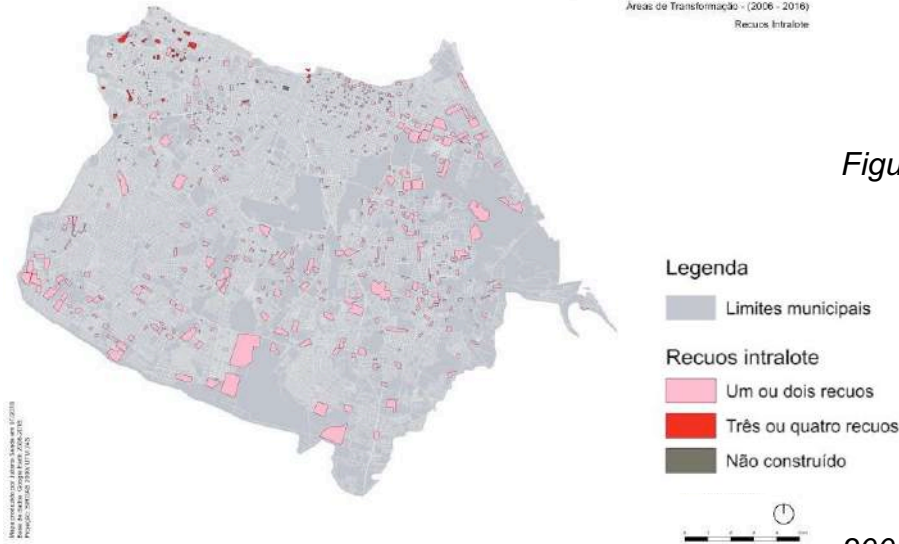
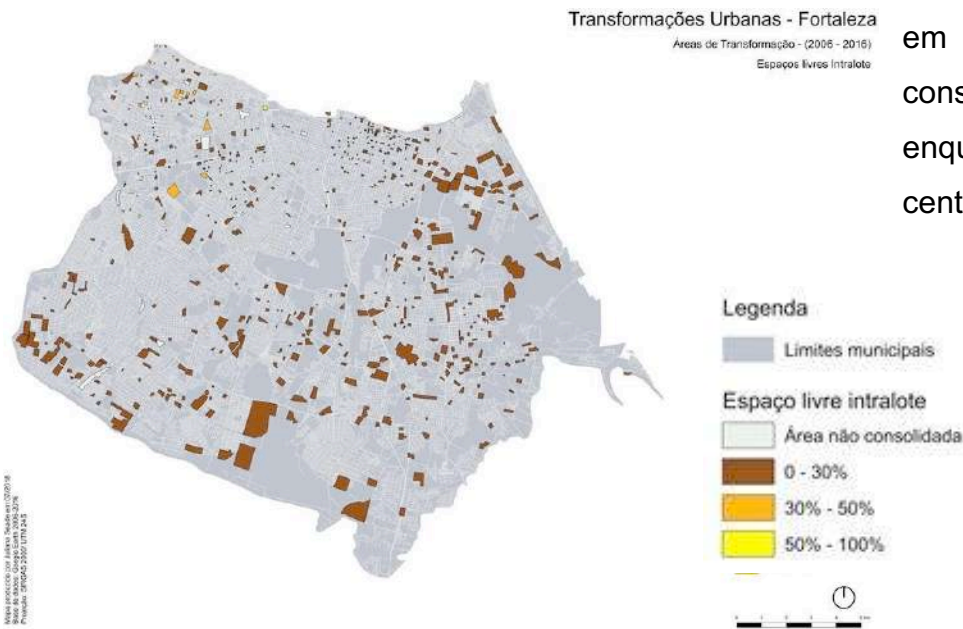


Figura 15: Mapa de transformações urbanas da cidade de Fortaleza, Recuo intralote 2005-2016.

Em relação ao espaço livre intralote (Figura 16), o mapa se mostra homogêneo uma vez que a predominância é de 0 a 30% de espaços livres. Os condomínios e as construções horizontais seguem uma mesma tipologia principalmente nas



grandes áreas em consolidação, enquanto no centro os lotes são preenchidos quase que integralmente pela composição da

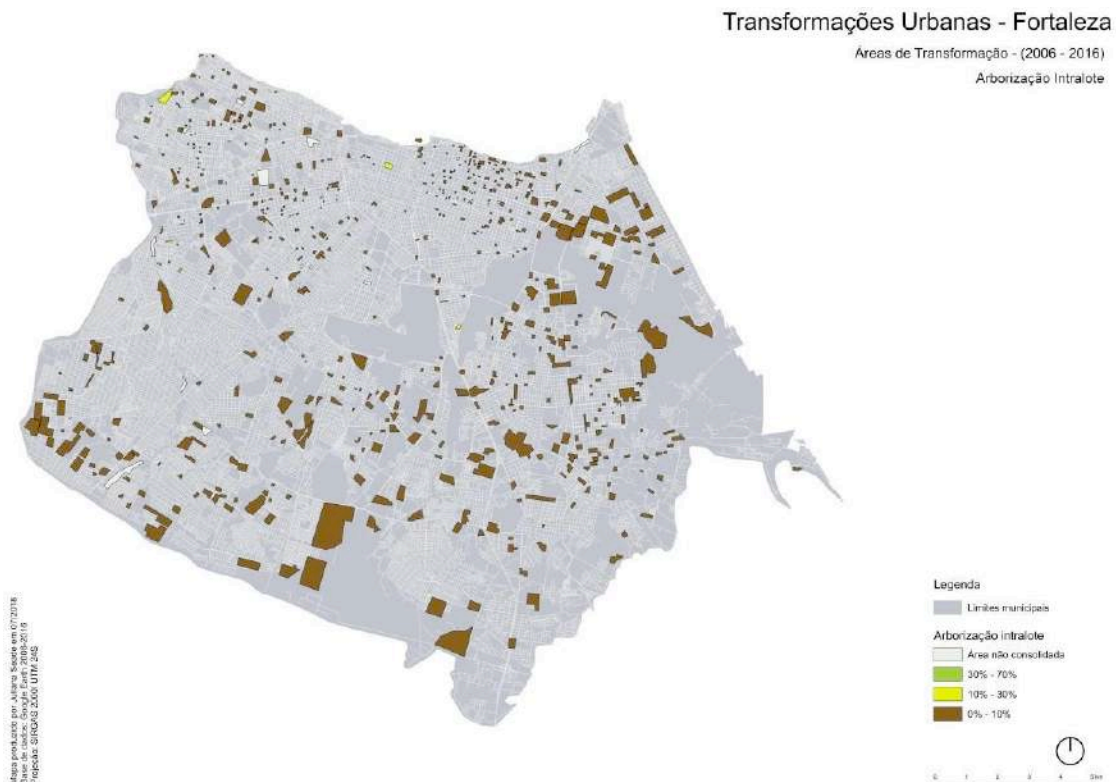
malha urbana consolidada.



Figura 16: Mapa de transformações urbanas cidade de Fortaleza, espaços livres intralote 2005-2016.



A arborização (Figura 17) nesses lotes se dão de forma mínima, mas presente principalmente nos recuos frontais das casas. Este fator parece imprimir um padrão de arborização de forma homogênea no território, variando de 0 a 10% do



lote. Não foi constatada a criação de novos espaços desse caráter.

Figura 17: Mapa de transformações urbanas cidade de fortaleza, Arborização intralote 2005-2016.

A cidade, portanto, passa por um crescimento imobiliário nítido, com criação de novos eixos comerciais e estruturais, onde consolida-se as regiões periféricas já parceladas e adensa-se regiões centrais de interesse.



Por fim, o mapa de morfologia das transformações (Figura 18), o mais complexo, evidencia a verticalização que ocorre no centro, diferentemente da que ocorre nas regiões periféricas e a construção de condomínios verticais e conjuntos habitacionais.

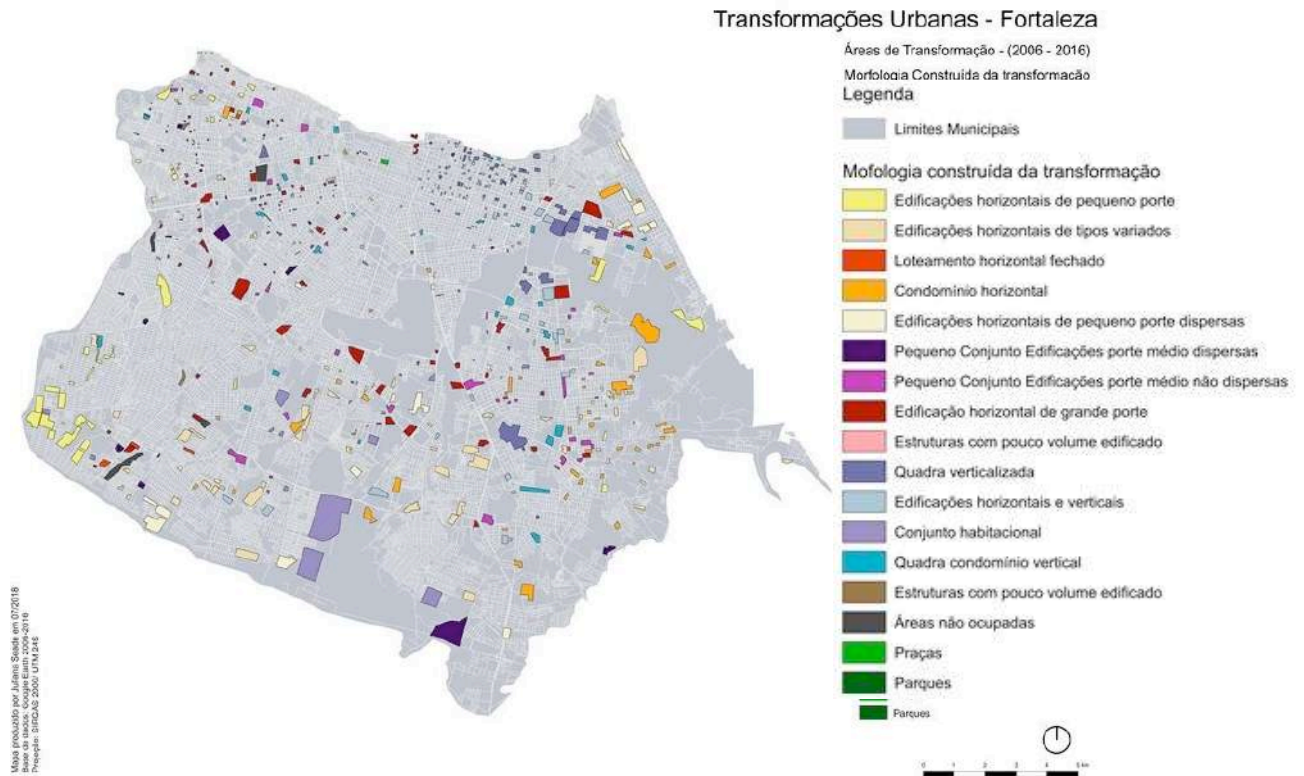


Figura 18: Mapa de transformações urbanas cidade de fortaleza, morfologia construída da transformação 2005-2016.

Enquanto edificações de pequeno porte situam-se principalmente na porção oeste do território. Alguns condomínios verticais surgem na região leste e consolidam uma porção de terra antes parcelada e não edificada. Em relação aos novos eixos estruturais criados, as transformações que os acompanha se configura principalmente em pequenos conjuntos de médio porte não dispersos e algumas grandes edificações pontuais. Observa-se então o aumento de indústrias e empresas de pequeno e médio porte. Praças e parques são a minoria quando se trata de transformação e poucas áreas não ocupadas na malha.



Considerações Finais

Os estudos realizados até o momento possibilitam a percepção da transformação na forma urbana ocorridas nas cidades estudadas. É curioso notar que na análise comparativa entre as duas cidades observa-se que o tipo predominante se altera conforme o estágio e contexto de ocupação do território urbano. Por exemplo: se em Florianópolis o tipo predominante de transformação ocorre por “consolidação” das áreas urbanizadas na última década o mesmo não ocorre em Fortaleza onde os mapas desenvolvidos constataam que as transformações ocorridas na última década se dão predominantemente pela “sobreposição” de um novo volume edilício sobre outro. As análises sugerem que no período estudado Florianópolis teve maior oferta de lotes que Fortaleza.

Outro aspecto observado refere-se às características das áreas identificadas como “adição” de áreas urbanizadas nas duas cidades. Em Florianópolis estas áreas são adicionadas sem haver uma imediata consolidação. Já em Fortaleza as transformações do tipo “adição” são imediatamente consolidadas.

A análise mais aprofundada dos mapas gerados, com ajuda de representantes locais ligados à pesquisa QUAPA-SEL, pode revelar outras percepções que contribuirão para o entendimento do processo de transformação da paisagem nas cidades estudadas. Cabe ainda desenvolver método de análise para o cruzamento pretendido com os mapas de localização das rendas e forma urbana. Os estudos seguem e o presente artigo documenta e disponibiliza os resultados alcançados até o momento para fomentar a interlocução com os demais pesquisadores da rede QUAPA-SEL

4. Referências bibliográficas

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. (1993). Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa, Dinalivro.

MAGALHÃES, Natália C. T.; SILVA, Jonathas M. P. Identificação das disputas sociais pelo acesso ao solo urbano por meio da caracterização do suporte físico e modelos de uso e ocupação territorial. In: XVI ENANPUR - Espaço, Planejamento e Insurgências: Alternativas



Contemporâneas para o Desenvolvimento Urbano e Regional, 2015, Belo Horizonte. Anais do XVI ENANPUR - Espaço, Planejamento e Insurgências: Alternativas Contemporâneas para o Desenvolvimento Urbano e Regional. Belo Horizonte: UFMG, 2015. v. 1. p. 1-26.

PEGORARO, R.L.; MACEDO, S. S. Transformação na Forma Urbana Brasileira: Estudo de Dois Centros Urbanos. IN Anais do XI COLÓQUIO QUAPÁ-SEL – Salvador/BA – UFBA 2016.

TANGARI, V. R.; BENFATTI, D. M. Cidades costeiras brasileiras: forma urbana e a relação entre litoral e cidade. In: X Colóquio QUAPA-SEL, 2015, Brasília - DF. X Colóquio QUAPA-SEL - Produção e apropriação dos espaços livres e da forma urbana. São Paulo - SP: FAU USP - Lab. QUAPA, 2015.



O PROJETO DE SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS COMO ESTRUTURADOR DA PAISAGEM DO RECIFE

Parque Capibaribe e Jardim do Baobá

SANTOS, Luisa Acioli dos (1); SÁ CARNEIRO, Ana Rita (2);

(1) Universidade Federal de Pernambuco; Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano MDU; Recife, Pernambuco; acioli.luisa@gmail.com

(2) Universidade Federal de Pernambuco; PhD, Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e coordenadora do Laboratório da Paisagem; Recife, Pernambuco; anaritacarneiro@hotmail.com

RESUMO

O projeto de sistema de espaços livres públicos visa estabelecer um contínuo natural através da articulação de ruas, pontes, parques, praças, jardins, canais, rios, dentre outros espaços. Tal integração se estabelece na morfologia através de uma trama de componentes naturais conformada pelas águas e pela vegetação. Na cidade do Recife, algumas propostas foram desenvolvidas no século XX visando a articulação de parques, jardins, canais e vias arborizadas, no entanto, pouco foi feito no sentido de consolidar essas ideias no tecido urbano. Nos últimos anos, o retorno desse debate foi estabelecido pelo projeto Parque Capibaribe apresentado publicamente em 2014, com uma etapa inaugurada em 2016, intitulada Jardim do Baobá. Este artigo tem como objetivo traçar considerações a respeito da visão sistêmica aliada ao projeto de paisagem, revelada nas reflexões sobre a história, o território e a natureza, no âmbito das formulações para o Parque Capibaribe e para o Jardim do Baobá. Verifica-se que tais propostas tiram partido das linhas de força da paisagem do Recife de modo a exaltar as funções ecológicas e os componentes naturais como elementos primários ou estruturantes, reinstaurando uma visão sistêmica que busca recosturar a posição privilegiada das águas e da vegetação na história de ocupação da cidade.

Palavras-chave: projeto de paisagem; Recife; sistema de espaços livres públicos;



THE PROJECT OF SYSTEM OF PUBLIC OPEN SPACES AS A STRUCTURER OF THE RECIFE LANDSCAPE: CAPIBARIBE PARK PROJECT AND BAOBÁ GARDEN

ABSTRACT

The project of system of public open spaces aims to establish a natural continuum through the articulation of streets, bridges, parks, squares, gardens, canals, rivers, among other spaces. Such integration is established in morphology through a network of natural components conformed by water and vegetation. In the city of Recife, some proposals were developed in the twentieth century aiming at the articulation of parks, gardens, canals and wooded roads, but little was done to consolidate these ideas in the urban fabric. In recent years, the return of this debate was established by the Capibaribe Park project publicly presented in 2014, with a stage inaugurated in 2016 entitled Baobá Garden. The purpose of this article is to draw up considerations regarding the systemic vision associated with the landscape project, revealed in the reflections on history, territory and nature, within the scope of the formulations for the Capibaribe Park and the Baobá Garden. It is verified that these proposals take advantage of the strength lines of the landscape of Recife in order to exalt the ecological functions and the natural components as primary or structuring elements, reinstating a systemic vision that seeks to recapture the privileged position of the waters and the vegetation in the history of occupation of the city.

Key-words: *landscape project; Recife; system of public open spaces;*

1. Introdução

A noção de paisagem é polissêmica, e a complexidade em torno da definição do termo é resultado do seu uso por diferentes campos profissionais. Neste artigo, iremos tratar de paisagem como campo de atuação do paisagista, preocupado com a transformação do território através do projeto. De acordo com Besse (2014, p. 56-60), ao pensar o projeto, o paisagista tenta relacionar três eixos de reflexão: solo, território e meio ambiente natural.



O solo representa a necessidade de levar em consideração a história do lugar, expressa através da materialidade, mas também por meio de componentes simbólicos, memórias, vivências e resistências que marcam determinado espaço (BESSE, 2014, p. 58). Significa dizer, que a paisagem não é uma “página em branco” que pode receber intervenções fruto do simples desejo do projetista, ao contrário, deve ser considerada como base e inspiração projetual, por sua história, características, pelo modo de ocupação, pelos componentes naturais e pelas pessoas que nela vivem.

A problemática do território, de acordo com Besse (2014, p. 58), compreende o desafio de entender o espaço dentro da complexidade de relações morfológicas, temporais e funcionais que ele guarda com outros espaços, trata sobretudo da relação entre escalas. Sendo assim, Corajoud (2002, p. 128) aponta que o cruzamento de escalas é necessário ao projetar, e consiste em dominar de maneira simultânea o conjunto e o detalhe, o que está perto e o que está longe.

Por fim, a direção do meio ambiente natural, de acordo com Besse (2014, p. 58-59), diz respeito a preocupação com as questões ecológicas e ambientais. O paisagista busca estimular a presença da natureza nas cidades, de modo a favorecer o encontro entre as pessoas e as águas, a vegetação, o solo natural e o ar puro. Conforme Spirn (1995, p. 271), os projetos urbanos podem “afetar a qualidade do ar e das águas, prevenir ou mitigar os riscos naturais, recuperar as áreas degradadas, conservar energia e recursos naturais” desde que se baseiem na compreensão do funcionamento do ecossistema.

Dessa maneira, podemos inferir que o processo projetual parte de uma leitura da paisagem que pretende captar a forma existente e a possível, a partir de uma compreensão preocupada com a história, o contexto e a natureza. No projeto, a visão do paisagista oscila das partes para o todo e do todo para as partes, buscando apreender e descrever elementos da paisagem imaginando para além de suas características, as relações e interações que estes elementos podem vir a estabelecer no conjunto.

Segundo Corajoud (2011, p. 217), a capacidade de isolar e integrar permite explorações e descobertas sobre a paisagem, “oferece uma multidão de indícios que nos indicam o que ela é, o que ela era e o que ela se pode tornar”. Esta abordagem que parte da



identificação de partes e da tecedura de relações entre elas para conformar um o projeto de paisagem se desenvolve a partir de uma visão sistêmica.

O conceito de sistema foi fortemente debatido no início do século XX, segundo Morin (2008, p. 126), os avanços da física demonstraram que o átomo não poderia mais ser compreendido como a unidade primeira e irreduzível, mas sim como um sistema constituído de partículas em interação. Essa descoberta deslocou o foco das propriedades dos elementos constituintes para a encontrar respostas condicionadas pela natureza organizacional do sistema. O potencial de aplicação desse pensamento à diversos campos do conhecimento propiciou o surgimento da Teoria Geral dos Sistemas, fortemente defendida por Bertalanffy (1977) e utilizada na biologia, sociologia e psicologia.

Quando associada ao urbanismo, a ideia de sistema estimula uma visão articuladora sobre o tecido urbano que permite tecer relações entre alguns de seus elementos morfológicos. Para Lamas (2004, p. 46), tais elementos são partes físicas que estabelecem o todo, a forma. Nesse sentido, ao tomar como objeto o sistema de espaços livres públicos estamos tratando de um conjunto de espaços de acesso comum a todos, que se destacam pela presença da natureza, dos ventos, do solo natural, das águas e da vegetação.

O sistema de espaços livres públicos tem elementos morfológicos que podem ser divididos em dois grupos em detrimento das suas funções e formas: elementos de conexão com caráter linear compreendem: ruas, vielas, becos, pontes, margens de rios e espaços de borda, por exemplo. Enquanto os elementos de permanência com caráter de mancha (bolsões) são: reservas, parques, praças, jardins, largos, pátios, campos de pelada, campus universitário, dentre outros.

A relevância de cada um desses espaços livres públicos no tecido urbano é fortalecida quando tais elementos são articulados fisicamente de modo a permitir uma continuidade natural. A conexão se estabelece através da trama de componentes naturais marcados pelas águas e pela vegetação. A compreensão dos espaços livres públicos como um sistema permite enfatizar seu papel como uma rede de valor ecológico que propicia o encontro do cidadão com a natureza.



De acordo com Spirn (1995, p. 17) a visão sistêmica permite reconhecer a presença da natureza na cidade, identificando potencialidades capazes de serem aplicadas ao projeto de paisagem. Para a autora, “muitas cidades devem sua localização, seu crescimento histórico, a distribuição da população, bem como o caráter de seus edifícios, ruas e parques às características diferenciadas de seu ambiente natural” (SPIRN, 1995, p. 27). A cidade do Recife pode ser colocada nos termos acima.

2. Visão sistêmica nos projetos de paisagem para o Recife

Segundo Mesquita (1998), três períodos podem ser destacados como momentos áureos da tradição da arte dos jardins e da paisagem no Recife. O primeiro momento corresponde ao período de domínio holandês no século XVII, quando Maurício de Nassau arborizou ruas na cidade Maurícia e implantou o Parque de Friburgo, gesto inaugural da história do parque no Brasil, de acordo com Sá Carneiro (2010, p. 15). O segundo corresponde ao período de governo do Conde da Boa Vista, em meados do século XIX, quando foi retomada a arborização de ruas, a criação de passeios públicos, de praças e jardins. A terceira fase é colocada como a década de 1930, quando o paisagista Roberto Burle Marx esteve à frente da Diretoria de Parques e Jardins do Governo do Estado de Pernambuco.

Para Mesquita (1998, p. 9), a realização paisagística desses três momentos da história permitiu que a imagem primordial do Recife marcada pelas águas e pelos espaços verdejantes, permanecesse “ainda hoje na evocação dos sítios e quintais, nas praças e jardins públicos frondosos, no apelo à sobrevivência dos manguezais, bem como nas matas remanescentes”. A memória dos verdes urbanos, apontada pela pesquisadora é retomada na pesquisa *Espaços Livres do Recife*, onde Sá Carneiro e Mesquita (2000) definem três componentes naturais como linhas de força da paisagem: o rio Capibaribe, o litoral e o conjunto de morros à oeste (**Figura 01**).

As três linhas de força da paisagem do Recife definem eixos históricos de ocupação da cidade. As águas do litoral possibilitaram o caráter do Recife como porto natural, servindo como elemento fixador do comércio e de ligação com o exterior. Enquanto as águas do



rio Capibaribe e os morros à oeste permitiram a interiorização para o escoamento da produção de cana-de-açúcar através de trilhas que margeavam o rio (BEZERRA, 2017, p. 47-48). A ocupação do porto e o estabelecimento de engenhos e sítios próximos às águas, levaram anos mais tarde, a conformação dos núcleos de alguns bairros. Corroborando com o que aponta Spirn (1995, p. 28), esses registros da interação entre os processos naturais e os propósitos humanos marcam a forma urbana e o ambiente natural da cidade, contribuindo para a conformação de uma paisagem única.

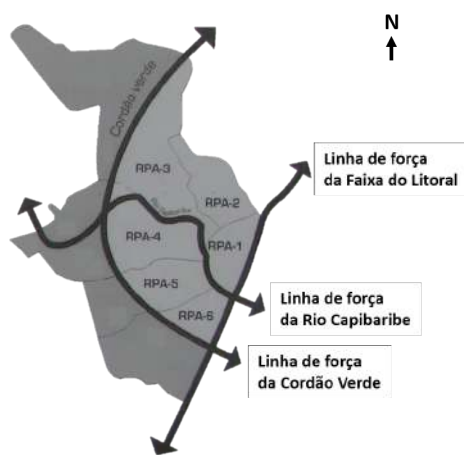


Figura 01: Linhas de força da paisagem do Recife. Fonte: Sá Carneiro e Mesquita. 2000.

Ao longo dos anos, a expansão do tecido urbano do Recife provocou o aumento da densidade populacional em espaços com precária condição de habitabilidade. O contexto de transição do século XIX para o século XX, ficou marcado pela realização de reformas urbanas, no sentido de estruturar e modernizar a cidade.

Nesse sentido, a proposta desenvolvida por Saturnino de Brito no Projeto de Melhoramentos do Plano de Saneamento do Recife (1909-1915) foi uma iniciativa pioneira de reflexão sobre a expansão da cidade do Recife por meio de uma visão sistêmica com base nas condições físicas e naturais existentes. O modo de implantar o traçado viário alinhando aos espaços livres, por meio de largas avenidas-parque e avenidas-canal também arborizadas, são características marcantes que demonstram preocupações artísticas e sanitárias. Apesar do plano não ter sido totalmente realizado,



foi de fundamental importância para a estruturação do Recife moderno (MOREIRA, 2010, p. 66-68).

Nas décadas entre 1930 e 1950 outros planos urbanísticos para o Recife, baseados em teorias modernas, associavam a criação de espaços livres públicos e arborização como ações de embelezamento e higienização relacionadas sobretudo ao sistema viário. Tais planos foram desenvolvidos por Domingos Ferreira (1927), Nestor de Figueiredo (1932), Atílio Corrêa Lima (1936) e Ulhôa Cintra (1943). Infelizmente, segundo Sá Carneiro (2010, p. 70), a ideia de articulação dos espaços livres públicos não foi totalmente consolidada, a execução dos parques e praças da cidade acabou sendo feita de maneira pontual, sem refletir essas articulações.

Segundo Menezes e Sá Carneiro (2014), na década de 1970, as cheias provocadas pela chuva alertaram sobre o problema das ocupações informais nas margens do rio, fazendo com que a prefeitura passasse a investir em projetos de limpeza e dragagem das águas. Esse debate no Recife foi acompanhado de uma proposta para criação de um Sistema de Parques Metropolitano em 1980 pela Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM). Nessa proposta, estava prevista a criação do Parque Capibaribe, detalhado em 1981 pela Prefeitura do Recife através do Projeto Recife.

O Parque Capibaribe (**Figura 02**) pretendia se instalar em 6,6 km nas margens do Rio Capibaribe contemplando a criação de 11 parques. De acordo com Sá Carneiro (2010), a consolidação do parque não se viabilizou devido a conflitos relacionados a problemática da habitação provocados pela população ribeirinha e pelos agentes do setor imobiliário. Depois dessa iniciativa, outros projetos foram desenvolvidos para o rio Capibaribe, como por exemplo, o Projeto Beira Rio (1996) e o Projeto Capibaribe Melhor (2001).

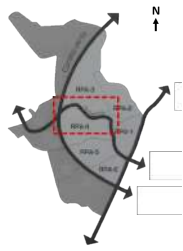


Figura 02: Setorização do Parque do Capibaribe, Projeto Recife, Volume XXV, mapa 06. URB, 1981 – editado por Isis Cavalcanti, 2002. Fonte: Menezes e Sá Carneiro. 2014.

É possível perceber em alguns desses projetos de articulação de espaços livres públicos, a tentativa de estruturação da morfologia urbana do Recife a partir de eixos de articulação marcados pelas águas e pela vegetação, mas também por edifícios-âncora de relevância histórica e cultural. O sistema de espaços livres públicos surgia como projeto de paisagem que tentava estabelecer uma estrutura capaz de “contribuir para uma forma urbana mais diferenciada, memorável e simbólica” (SPIRN, 1995, p. 26).

Os últimos anos foram marcados pelo retorno desse debate no Recife, em 2014, foi apresentada publicamente a proposta do Parque Capibaribe. Com uma etapa já executada, o Jardim do Baobá, o projeto tem como finalidade a compreensão do Recife como Cidade-Parque por intermédio de uma composição atenta a ecologia e a biodiversidade. O termo “parque” aparece associado ao rio Capibaribe, como uma forma de denotar a função social dessa linha de força da paisagem na promoção da afetividade entre o recifense e rio.

3. O Parque Capibaribe e o Jardim do Baobá



O projeto Parque Capibaribe (**Figura 03**) tem como objetivo principal a articulação das margens e das águas do rio Capibaribe como um grande parque linear. A linha de força do rio Capibaribe, que atravessa trinta e cinco bairros da cidade, é explorada na proposta por meio da viabilização da mobilidade ativa, através da criação de ciclovias, passeios para pedestres e da navegação pelo leito do rio. Pretende-se modificar a condição de degradação e desvalorização do rio, relacionada a poluição, a ocupação irregular das margens e a existência de espaços livres públicos inacessíveis a população.

A proposta faz parte de um conjunto de ações no âmbito do Plano Recife 500 anos, e é fruto do convênio entre a Prefeitura do Recife e a Universidade Federal de Pernambuco, representada pelo grupo de Pesquisa e Inovação para a Cidade- InCITi. A intenção de articulação urbanística do rio Capibaribe com a cidade e se estabelece a partir da recuperação ambiental de espaços vegetados existentes e da criação de novos espaços livres públicos.

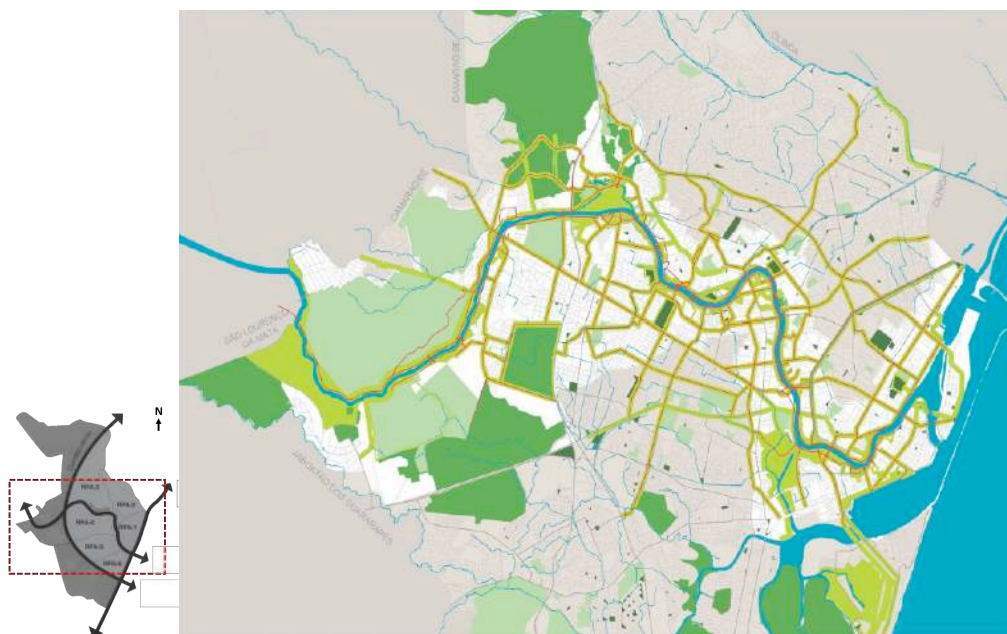


Figura 03: Projeto Parque do Capibaribe 2014. Fonte: INCITI. 2014.

A tecedura da proposta envolve as três direções apontadas por Besse (2014) na medida em que tentar reestabelecer laços de memória e afetividade entre a população e o rio Capibaribe, parte de uma visão territorial de integração ao nível da cidade e incita uma



visão sistêmica sobre os espaços de natureza através da articulação dos sistemas azul (águas), verde (vegetação), terra (topografia), vivo (fauna e flora) e cinza (elementos construídos).

O conceito do projeto, 'árvore d'água', revela a visão sistêmica de Sporn (1995, p. 20-21) que entende a natureza não somente através de seus componentes mais marcantes, como árvores ou praças, mas como uma "força essencial" presente no "ar que nós respiramos, o solo que pisamos, a água que bebemos e expelimos e os organismos com os quais dividimos nosso habitat". Na proposta, o sistema azul é o protagonista, demarcando a malha hídrica como potencial articulador para a definição de uma forma urbana coerente traçada através das bacias, rios e canais.

A dimensão territorial está evidente nas cinco premissas básicas do projeto definidas como: percorrer, atravessar, chegar, abraçar e ativar. Segundo Corajoud (2011, p. 217), "a paisagem é o lugar do relacional onde todos os locais só são compreensíveis por referência a um conjunto que se integra, por sua vez, num conjunto mais vasto.". Nessa perspectiva, a proposta transborda do leito do rio, promovendo a infiltração nos bairros da cidade por meio da criação de espaços livres públicos de conexão, visando percorrer, atravessar e chegar por meio de pontes, travessias de barco, ruas e passeios arborizados. Ao mesmo tempo investe no estabelecimento de espaços livres públicos de permanência, bolsões para aproximar o lazer das margens, abraçando-as. Assim como pretende ativar a participação social dos agentes interessados no planejamento e na gestão do projeto.

A dimensão simbólica e histórica da proposta pode ser explanada através do Jardim do Baobá (**Figura 04**), primeira etapa do Parque Capibaribe consolidada, inaugurada em 2016. Localizado no bairro das Graças, o jardim de 100 m de extensão apresenta uma atmosfera íntima e aconchegante, provocando uma relação de pertencimento e cuidado com a borda do rio. A escolha da localização do jardim se deveu a existência de um baobá de 15 metros de altura, registrado pela Prefeitura do Recife como árvore de relevância histórica e ambiental em 1988, que se encontrava estrangulado por muros de terrenos que ocuparam irregularmente a área de preservação permanente na borda do rio.

A composição do projeto paisagístico estabeleceu como mote a valorização deste baobá,



permitindo a população o acesso direto ao espaço vegetado conformado por ele. Esta estratégia projetual corrobora com o que aponta Corajoud (2002, p. 121), para projetar é preciso recorrer ao lugar em todos os sentidos, compreendendo sua identidade a partir dos aspectos naturais, do campo cultural e da história de ocupação sucessiva que deixou marcas, configurações e significados.



Figura 04: Projeto Jardim do Baobá e foto do jardim. Fonte: INCITI. 2014.

Como componente central do espaço, o baobá se tornou um símbolo da herança e do patrimônio da cidade. A contemplação da árvore histórica é estimulada pela localização dos balanços gigantes, utilizados por adultos e crianças, voltados estrategicamente para o baobá. Mesas de madeira e bancos de concreto conformam espaços de estar que permitem o contato mais direto com espaços gramados, massas arbóreas e espécies frutíferas. As pessoas costumam usar o jardim para realizar piqueniques, estudar e fazer pequenos encontros, como festas de aniversário.

A área do jardim mais próxima a borda d'água funciona como um local para o fortalecimento da biodiversidade local, estimulando o contato com o mangue e os animais sob a ótica da preservação e da conscientização ambiental. O píer flutuante permite o acesso às águas, grande parte dos usuários opta por fazer travessias de barco no rio a partir deste ponto. De modo geral, a ideia do projeto é estabelecer o mínimo de intervenção possível para possibilitar que tal espaço livre público se torne uma



plataforma para a experiência de paisagem pelo contato com a natureza.

4. Considerações finais

Os planos urbanísticos e desenhos traçados podem fazer pensar que o projeto de sistema de espaços livres públicos só faz sentido na visão daquele que projeta, mas como aponta Besse (2014, p. 54-55), é a experiência do caminhar pelo passeio arborizado que possibilita à população a apreensão estética da paisagem. Nesse sentido, a trama arborizada idealizada no Parque Capibaribe tem potencial para se tornar meio de conexão entre as pessoas e a cidade, um elemento-chave na morfologia urbana.

Ao demarcar eixos e espaços de referência, o sistema de espaços livres públicos articulado confere legibilidade ao tecido urbano, permitindo a identificação de formas claras que auxiliam na orientação do pedestre. O potencial estruturador desse sistema não existe somente em detrimento dos elementos morfológicos internos a sua totalidade. Mas sobretudo pelas relações que estabelece com outros sistemas relevantes, dentre eles o sistema viário e o sistema de espaços construídos.

Sendo assim, o projeto do sistema de espaços livres públicos requer uma visão abrangente e articuladora, capaz de traçar a integração entre calçadas arborizadas, praças, jardins e parques entre si e com as demais funções da cidade. Ao promover o acesso a espaços de natureza na cidade, como no caso do Jardim do Baobá, o projeto de paisagem permite tecer relações entre a cidade e a sua história, a cidade e o seu território e a cidade e o seu meio natural.

No caso do Recife, diversas proposições urbanísticas apontaram tal articulação como estratégia projetual, explorando diferentes propostas de desenho urbano utilizando os mesmos elementos morfológicos (ruas, praças, vielas, parques, etc.). O recente debate colocado pelo projeto do Parque Capibaribe e materializado no Jardim do Baobá tem como diferencial o aproveitamento das linhas de força da paisagem, exaltando as funções ecológicas e os componentes naturais como elementos primários estruturantes. O projeto reinstaura uma visão sistêmica voltada para os espaços de natureza, que busca recosturar a posição privilegiada das águas e da vegetação na história de ocupação da



cidade.

5. Referências bibliográficas

BERTALANFFY, Ludwig Von. Teoria Geral dos sistemas. Tradução: Francisco M. Guimarães. 3ª ed. Petrópolis: Vozes. 1977. 351p.

BESSE, J-M.. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. 234 p.

BEZERRA, O. Paisagem como totalidade homem-natureza. In: VERAS et al. *Cadernos de arquitetura e urbanismo: cidade-paisagem*. João Pessoa: Patmos Editora, v. 2, p.34-51. 2017.

CORAJOURD, M. A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam. In: Serrão, Adriana Verissimo (Coord.). *Filosofia da paisagem uma Antologia*. Lisboa: Centro de filosofia da universidade de Lisboa, p. 215-225. 2011.

CORAJOURD, M. Las nueve conductas necesarias de una propedéutica para un aprendizaje del proyecto sobre el paisaje. In: *Jardines insurgentes: arquitectura del paisaje en Europa 1996-2000*, catálogo de la 2ª Bienal de Paisaje. Barcelona: ed. Arquitheme. 2002.

FIDEM. Sistema de Parques Metropolitanos. 1987.

INCITI. *Primeira consulta pública: projeto e plano preliminar parque capibaribe caminho das capivaras*. 2014

LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 3ª ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia. 2004.

MENEZES, P.; SÁ CARNEIRO, A. R. Uma compreensão sistêmica da paisagem do Recife: Ordenamento da paisagem através dos corpos de água. In: 3º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, patrimônio e projeto desafios e perspectivas. *Anais...* .Belo horizonte. 2014.

MESQUITA, L. B. Memória dos verdes urbanos do Recife. In: *Cadernos do meio ambiente*. Recife: Prefeitura do Recife, v. 1, n. 1, abril-junho, p. 1-54. 1998.

MOREIRA, F. D. Saturnino de Brito e o plano de saneamento do Recife (1909-1915). In: CARVALHO, M.; MOREIRA, F. e MENEZES, J. L. M. *Um Recife saturnino: arquitetura,*



urbanismo e saneamento. Recife: Néctar. 2010.

MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza*. Tradução: Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2008. 479p.

RIBEIRO, A. R. S. C. *The relationship between urban park design, functions and uses*. A case study in Recife, Brasil. Oxford: Oxford Brookes University. 1996. (Tese de doutorado)

SÁ CARNEIRO, A. R. *Parque e paisagem: um olhar sobre o Recife*. Recife: Ed. Universitária. 2010.

SÁ CARNEIRO, A. R.; MESQUITA L. *Espaços Livres do Recife*. Recife: Prefeitura do Recife. 2000.

SPIRN, A. W. *O jardim de granito*. Tradução: Paulo Pellegrino. São Paulo: Edusp. 1995.



A PRAÇA CLEMENTINO PROCÓPIO E AS SUAS TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS

ANA CARLA, de Sousa Lima (1); MAURO, Normando Macêdo Barros Filho (2);

UFCG; Graduanda; Campina Grande - PB; slima.anacarla@gmail.com

UFCG; Doutor; Campina Grande - PB; mbarrosfilho@gmail.com

RESUMO

O presente artigo busca resgatar as transformações morfológicas ocorridas na Praça Clementino Procópio, desde sua formação, provocadas por diferentes contextos históricos, sociais e econômicos da cidade de Campina Grande através de reconstituição bidimensional a partir da seleção de fotografias, desenhos técnicos e materiais cartográficos disponíveis. O processo metodológico estruturou-se em: (i) pesquisa bibliográfica; (ii) coleta de dados; (iii) identificação das fases e reconstituição; (iv) análise e cruzamento de dados. Os desenhos elaborados oferecem suporte para análise e identificação dos elementos morfológicos, assim como documenta a memória da Praça.

Palavras-chave: Morfologia Urbana; Praça, Fotografia.

THE CLEMENTINO PROCÓPIO SQUARE AND ITS MORPHOLOGICAL TRANSFORMATIONS

ABSTRACT

The present paper aims to recover the morphological transformations that took place in the Clementino Procópio Square, from its formation, provoked by different historical, social and economic contexts of the city of Campina Grande through two-dimensional reconstitution from the selection of photographs, and cartographic material available. The methodological process was structured in (i) bibliographic research; (ii) data collection; (iii) phases identification and reconstitution; (iv) analysis and cross-checking of data. The drawings elaborated offer support for analysis and identification of morphological elements, as well as document the memory of the Square.

Key-words: *Urban Morphology; Square, Photography.*



1. Introdução

O presente artigo, síntese de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da autora (LIMA, 2018), analisa as transformações morfológicas que a Praça Clementino Procópio, em Campina Grande, sofreu desde sua gênese. Mudanças que estão intimamente relacionadas aos contextos históricos, sociais e econômicos que o município passou e aos valores que desejava estampar nas avenidas, praças e edifícios.

A Praça Clementino Procópio localiza-se na área central do município de Campina Grande (Figura 01), margeada por um dos eixos estruturantes da cidade, a Avenida Floriano Peixoto, e encontra-se inserida na área de preservação histórica que foi criada por meio do Decreto 25.139 do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), em junho de 2004.

Como referencial teórico, utilizou-se dos trabalhos de Lamas (2011) e Oliveira (2018) para a compreensão da morfologia urbana, de suas abordagens e dos seus elementos morfológicos. Além de Robba e Macedo (2010), Hannes (2016) e Caldeira (2007) para a compreensão do espaço livre público, reconhecido de “praça”. Além disso, contemplou as discussões de Azevedo (2009) e Segawa (2016) sobre a fotografia como documento.

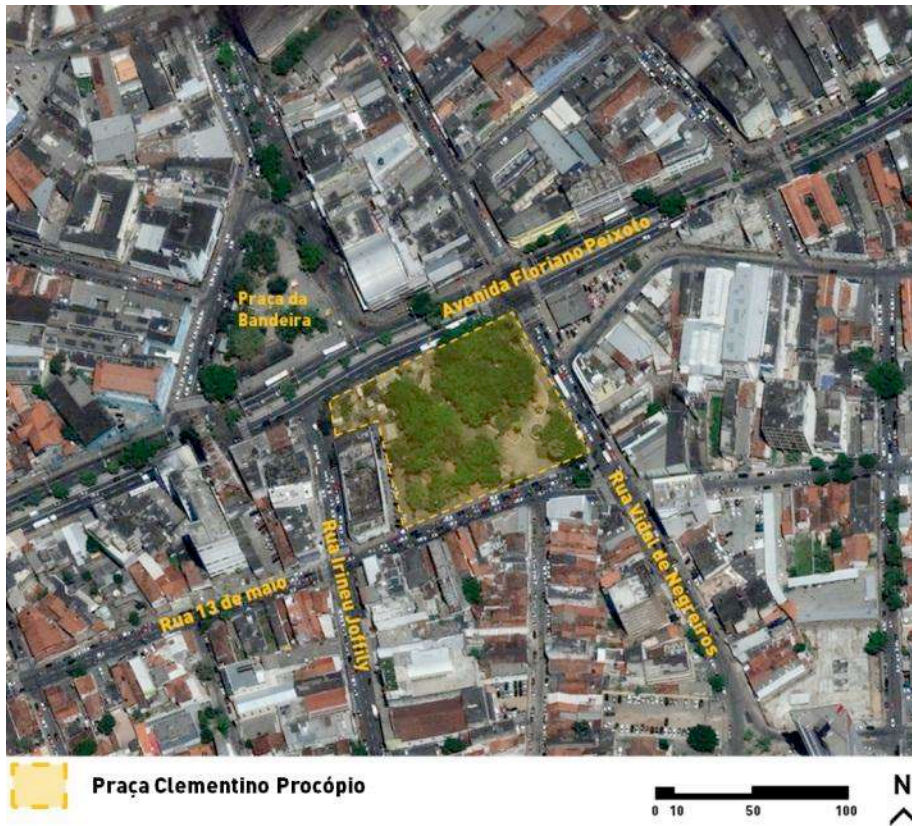


Figura 01: Localização da Praça Clementino Procópio. Fonte: Google Earth editado pela autora, 2018.

2. Metodologia

A compreensão da Praça Clementino Procópio, o resgate dos seus momentos e a análise das suas transformações foram definidos a partir de materiais cartográficos e fotográficos. Esses últimos foram a principal base de referência na construção dos momentos da praça e análise das suas transformações, por meio da aplicação da abordagem tipo-morfológica proposta por Muratori (1959 *apud* COSTA *et al.*, 2018), a qual define a concepção das edificações como um marco espaço temporal. De forma simples, pode-se dividir o progresso desse trabalho em quatro etapas:

- 1. Pesquisa Bibliográfica:** consolidação dos principais conceitos e abordagens sobre morfologia urbana, praças e



fotografia. Resgate da história de Campina Grande com destaque para as principais reformas urbanísticas e transformações sociais ocorridas na Praça Clementino Procópio ao longo do tempo.

2. Coleta de dados: coleta de fontes primárias e secundárias referentes à Praça e ao seu entorno: registros fotográficos, cartões postais, mapas, desenhos técnicos, recortes de jornais, blogs, trabalhos acadêmicos, acervos pessoais e de universidades, a partir de visitas à área de estudo e às Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e de Cultura (SECULT) da Prefeitura Municipal de Campina Grande.

3. Identificação das fases e reconstituição: reconhecimento das principais transformações da forma urbana da Praça e de seu entorno, a partir de literatura, fotografias e mapas coletados. Definição das fases da praça com mudanças mais significativas, resgatadas por meio de desenhos.

4. Análise e cruzamento de dados: identificação dos principais elementos morfológicos e análise das suas principais mudanças nas diferentes fases da Praça.

Essas etapas metodológicas não se desenvolveram de forma linear, sendo preciso retornar frequentemente às etapas anteriores, quando novos dados foram coletados. Para tomar como base fatos concretos, foram reconhecidas as edificações que permaneciam ou eram varridas da paisagem; pela importância dos edifícios, foram confrontados os períodos de construção e demolição a fim de criar uma linha do tempo daqueles que tangenciavam a Praça. Portanto, os próprios edifícios e os traçados, mais fortemente identificáveis nas fotos, foram as testemunhas utilizadas na execução deste trabalho. Tais elementos são identificados na abordagem tipo-morfológica como marcos espaço-temporais. Além disso, levou-se em conta os registros que apontavam, oficialmente, os anos de inauguração da Praça e de alguns de seus elementos.



A figura 02 apresenta a linha do tempo e as fases utilizadas como base de referência nas análises posteriores.



Figura 02: Linha do tempo construída para análise da Praça Clementino Procópio. Elaborado pela autora. 2018.

Como as principais referências foram as fotografias e o pouco material cartográfico disponível, assumiu-se que os desenhos elaborados não teriam um nível métrico tão preciso. Apesar disso, esses desenhos cumpriram um importante papel no resgate e na análise da evolução do tecido urbano estudado.



3. Fases da Praça Clementino Procópio

Ao longo do tempo, diferentes denominações foram atribuídas à Praça Clementino Procópio: Praça da Luz; Praça do Capitólio; Praça da Ternura; Praça do Abrigo Maringá; e Praça dos Hippies. Esses nomes sintetizam o que essa Praça vivenciou nas diferentes fases estudadas.

Considerando que Praça apresenta uma escala menor do que porções mais extensas do tecido urbano, identificou-se e analisou-se os seguintes elementos morfológicos (LAMAS, 2011): edifícios, traçado, vegetação, monumento e mobiliário urbano. A partir desses elementos, esquemas e reconstituições bidimensionais foram elaboradas pela autora.

3.1. Largo do Rosário (até 1936)

Esta primeira fase corresponde ao período antecessor à construção da Praça Clementino Procópio. Foi relevante levantar informações desse período devido ao fato de algumas edificações que influenciaram nos limites morfológicos da Praça estarem presente nesse espaço temporal. Além de compreender a drástica mudança ocorrida ao comparar esse período inicial com o que foi construído nas próximas décadas.

A Figura 03 representa o contexto precedente a criação da Praça. Nela percebe-se a Igreja do Rosário, a antiga Cadeia, Empresa de Luz e Força Campinense e o Cine Capitólio sendo edificado. A Figura 04 representa o primeiro desenho produzido.



Figura 03: Início da década de 1930, com destaque para a Antiga Cadeia, o Cine Capitólio em construção e a Empresa de Luz e Força Campinense. Fonte: CAMPINA GRANDE, 2017.



Figura 04: Croqui da fase antecedente a construção da Praça Clementino Procópio (anterior a 1934). Desenho base elaborado pela autora e editado em parceria da autora com Igor Michel, 2018.



3.2. Praça da Luz e Praça do Capitólio (1936-1950)

Nessa fase, identificam-se as primeiras feições que a Praça Clementino Procópio apresentou oficialmente. Este espaço livre foi bem aceito por variados públicos, consolidando-se como ponto de encontro dos campinenses e seus visitantes (SILVA, 2011). Assumiu caráter de cartão postal da cidade reformada, que somado a sua localização fortalecia o potencial para sediar festividades cívicas e escolares, manifestações públicas, como protestos, além de dar lugar ao lazer dominical e a visitas turísticas (Figura 05).



Figura 05: Praça Clementino Procópio no final da década de 1930, com destaque para o Cine Capitólio, a Empresa de Luz e Força Campinense e a Igreja do Rosário ainda construída. Fonte: CAMPINA GRANDE, 2017.

A Praça foi inaugurada em 04 de fevereiro de 1936, na gestão do Prefeito Bento Figueiredo, e foi fruto de adaptações dos projetos existentes dos arquitetos George Munier e Isaac Soares, que contava com vastos canteiros, vegetação, bancos e um pavilhão central, além de marquises que abrigavam os cidadãos em seus passeios. A Figura 06 ajuda a melhor compreender o seu desenho. Neste período a Praça era



popularmente chamada de “Praça da Luz” e “Praça do Capitólio”, por existirem em seus limites a Empresa de Força e Luz Campinense e o Cine Capitólio, respectivamente. O segundo ainda influenciava sua ocupação, já que a Praça era lugar de encontro por conta das sessões de cinema.



Figura 06: Croqui da primeira fase da Praça Clementino Procópio (1936). Desenho base elaborado pela autora e edição em parceria da autora e Igor Michel. 2018.

Além do Cinema e da Empresa de Força e Luz, marcavam essa fase a Igreja do Rosário (até 1940, ano de sua demolição) e um banheiro público mictório que encontrava-se em uma porção separada da Praça, defronte à Primeira Igreja Batista de Campina Grande (Figura 07). A Igreja merece destaque por ser uma edificação que ainda permanece na paisagem. Além dessas edificações mais marcantes, percebe-se o perfil ainda residencial e térreo da maioria das edificações coloniais do entorno imediato.

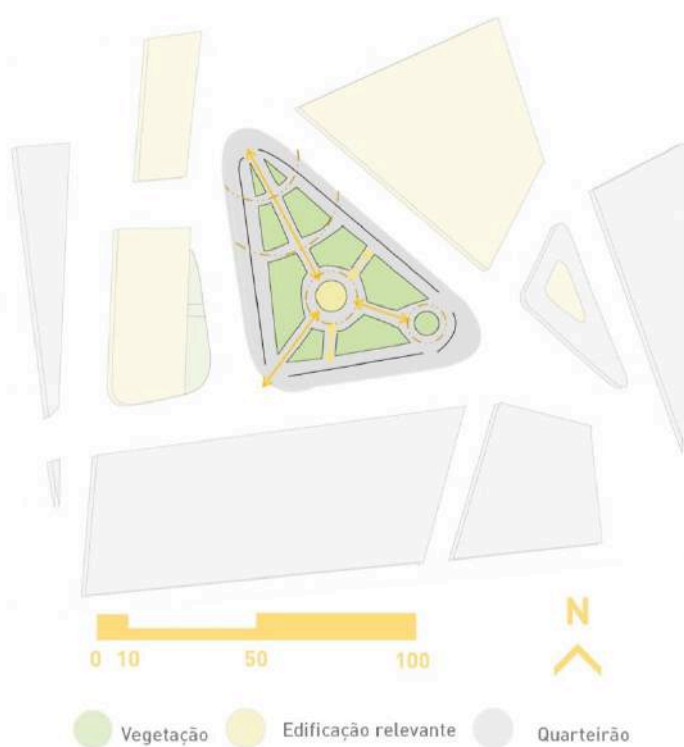
Um dos elementos fortemente apreendido foi o traçado da Praça, definido pelos canteiros e fontes. A Figura 08 representa o desenho o traçado da Praça neste período,



com setas e círculos para auxiliar no entendimento desta e das suas próximas fases.



Figura 07: Primeira Igreja Batista e banheiro público a leste da Praça Clementino Procópio, o registro data possivelmente da década de 1940. Fonte: CAMPINA GRANDE, 2018.



● Vegetação ● Edificação relevante ● Quarteirão



Figura 08: Esquema para compreender o traçado na Praça Clementino Procópio nesta fase. Desenho base elaborado pela autora e edição em parceria da autora e Igor Michel. 2018.

Nesta fase, a Praça tinha um formato triangular e desenho radio-concêntrico, cujos caminhos definidos pelos canteiros convergiam para dois espaços circulares. O maior era um pavilhão e concentrava fluxos; o menor marcava um de seus acessos por meio de escadarias. Além disso, percebe-se os canteiros com acabamento arredondado, com destaque para aqueles localizados na porção norte da Praça e que seguem outra radiação. A Praça não era tão aberta quanto poderia ser. As linhas mais escuras, representadas no desenho da Figura 08, são muretas que margeiam boa parte da extensão do seu perímetro. Dessa forma, direcionavam-se os passeios de maneira mais incisiva do que nos seus futuros desenhos.

Como os passeios são definidos pelos canteiros, a vegetação se afirma como elemento decisivo na percepção da sua forma e da paisagem. Na maioria das fotografias encontradas, a vegetação encontra-se rasteira, com arbustos e árvores de copas ralas, além de trepadeiras nas marquises que circundam o pavilhão (Figura 09).



Figura 09: Praça Clementino Procópio na década de 1940, fotografado de cima do Cine Capitólio. Fonte: Ah, Campina, 2004.

É interessante registrar que a configuração dos canteiros se dá apenas pela diferenciação do piso, permanecendo no nível da Praça, característica bem distinta com relação à configuração atual.

Quanto ao mobiliário urbano, conseguiu-se identificar os bancos distribuídos nos passeios, provavelmente de concreto e caracterizados por não possuírem encosto, possibilitando assim, o sentar e contemplar para dentro do canteiro, como observa-se a pessoa trajada de branco na parte esquerda da Figura 10. Além disso, as marquises também possibilitavam o descanso em áreas sombreadas, fator supostamente interessante, visto que a o perfil da vegetação observada não configurava sombra onde os bancos estavam locados.



Figura 10: Interior da Praça Clementino Procópio na década de 1940, com destaque para o pavilhão ao fundo, o desenho dos canteiros, a iluminação e os bancos. Fonte: Ah, Campina, 2004.

3.3. Praça do Abrigo Maringá e Praça da Ternura (1950-1985)

Nessa fase, a Praça configura-se como uma expansão do desenho já conhecido até então pela população campinense. Isto foi possível graças a demolição da Empresa de Força e Luz Campinense que nos anos 1940 foi transferida para outro local de Campina Grande, devido à poluição que gerava no centro da cidade. Esta ação reforça o pensamento higienista e progressista presente neste período. Na verdade, representou apenas uma, dentre as diversas edificações que foram demolidas, inclusive a Igreja do Rosário, para a expansão da Avenida Floriano Peixoto, em decorrência da Reforma Urbana proposta pelo prefeito Vergniaud Wanderley, na década de 1940.



A reforma da Praça (Figura 10), com a inauguração da fonte e do Abrigo Maringá ,alinhava-se às intenções de ampliar espaços de contemplação e lazer, onde a população pudesse desfilir seus ideais de modernidade e progresso. Apesar disso, supõe-se que o desenho deste espaço não tenha considerado todas as esferas da sociedade campinense.



Figura 10: Praças Clementino Procópio e da Ternura na década de 1950. Fonte: CAMPINA GRANDE, 2017.

A inauguração da fonte luminosa e do Abrigo Maringá ocorreu no dia 24 de setembro de 1950. O projeto da Praça foi do arquiteto francês George Munier (também autor do projeto anterior) e a execução foi dirigida pelo engenheiro Austro de França Costa, diretor de obras públicas municipais no período. A Figura 11 representa o resultado da intervenção.



Figura 11: Croqui da segunda fase da Praça Clementino Procópio (1950). Desenho base elaborado pela autora e edição em parceria da autora e Igor Michel. 2018.

Com a expansão, a Praça ganhou o Abrigo Maringá (Figura 11), uma nova edificação que serve como abrigo em parada de ônibus e ganha uma posição de destaque no desenho do traçado da Praça. Para se compreender melhor a relação entre o projeto original e esta intervenção, que expandiu drasticamente a área da Praça, na Figura 12 estão representados em amarelo as convergências dos caminhos da primeira praça que permaneceram nesta fase e as dinâmicas acrescentadas em tons avermelhados.



Figura 12: Croqui da segunda fase da Praça Clementino Procópio (1950). Desenho base elaborado pela autora e editado em parceria da autora com Igor Michel, 2018.

Neste desenho percebe-se a presença de espaços circulares que convergem fluxos e ecoam no formato dos canteiros, mantendo a influência do desenho radio-concêntrico observado na primeira fase. O Abrigo Maringá acomoda seu programa em um semicírculo e os passeios ecoam deste raio consolidado. Outro fator perceptível é a marcação longilínea dos canteiros na parte central, que conectam a parte antiga com a nova e solucionam as diferenças topográficas por meio de escadas. A comunicação com o Cine Capitólio permanece e se integra com o mesmo alinhando o portão de sua mureta com o caminho que desemboca no espelho d'água (antes ocupado pelo pavilhão, demolido durante a reforma).

Outro elemento importante é a Praça da Ternura, espaço triangular menor na porção leste da Figura 12. Ela separa-se do restante da Praça por um arruamento resultante do prolongamento da Rua Major Juvino do Ó.



Na Figura 13, a vegetação de grande porte ao fundo ajuda a entender as diferenças entre as partes nova e antiga da Praça. É interessante lembrar que os canteiros permanecem nivelados com o piso. Apesar de não ser possível identificar com precisão as espécies nas fotos, estas oscilam entre árvores altas de copas rasas assemelhando-se a palmeiras e outras de copas mais baixas, porém com potencial de sombra por serem densas.

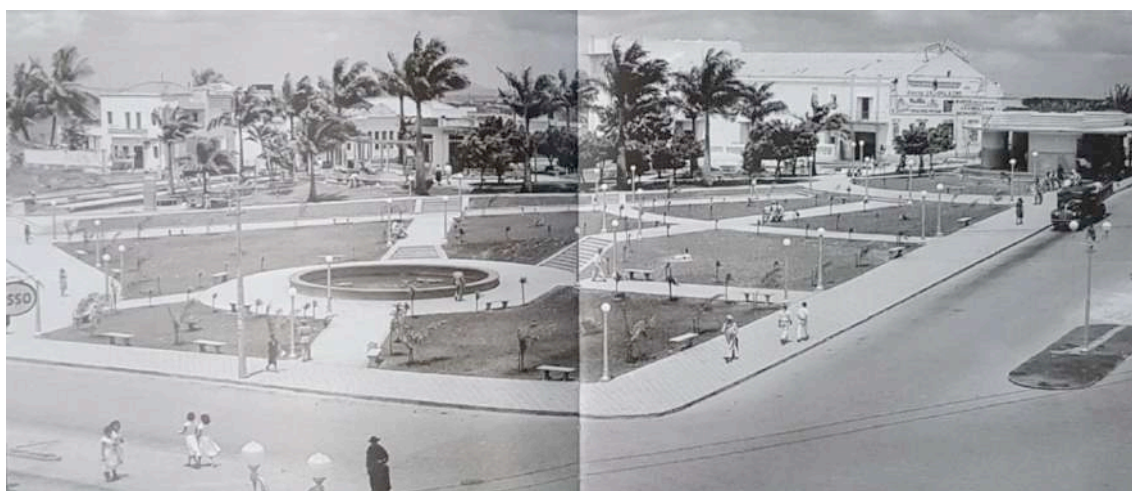


Figura 13: Visão ampla da Praça Clementino Procópio com destaque para as diferenças arbóreas entre as duas partes da Praça nos anos de 1950. Fonte: Ah, Campina, 2004.

Quanto ao mobiliário e equipamentos identificados, a Figura 14 ilustra os espelhos d'água adicionados a este novo desenho, além de expor a iluminação e os bancos da época, que parecem ter se mantido do projeto original pelos registros fotográficos observados.



Figura 14: Postal da Praça Clementino Procópio nos anos de 1950. Fonte: CAMPINA GRANDE, 2017.

3.4. Praça dos hippies (de 1985 até hoje)

Essa fase representa a última reforma empreendida na Praça em 1985, na gestão do Prefeito Ronaldo Cunha Lima. Por corresponder ao desenho atual, facilitou a coleta de material técnico fotográfico e cartográfico. A Praça caracteriza-se por apresentar uma maior densidade de vegetação, edificações e pessoas (Figura 15).



Figura 15: Praça Clementino Procópio, configuração atual. Fonte: Autora, 2018.

Nesta última reforma, a Praça da Ternura - que na fase anterior estava separada da Praça do Abrigo Maringá, pela Rua Major Juvino do Ó - passa a ser incorporada a esta última, com a remoção desta via. Assim, o desenho da Figura 16 sinaliza esse crescimento, além da reconfiguração sofrida pelos canteiros e a construção de novos elementos.

Diferentemente das outras fases, tanto a Praça como o seu entorno imediato voltam-se para atividade comercial. Das edificações unifamiliares, poucas resguardaram seu uso original. Algumas se converteram em estacionamento, outras adquiriam usos comerciais que descaracterizaram sua arquitetura. O Abrigo Maringá passa a acomodar vários boxes comerciais (Figura 17), embora ainda funcione como parada de ônibus. Surge ainda um novo edifício (Figura 15) que acomoda boxes voltados para alimentação, sebos de livros e vinis, salão de beleza e sapateiros. Este edifício, em forma semicircular, também leva em consideração o traçado da Praça já explorado em desenhos anteriores. A Figura 18 mostra um dos fiteiros que foi uma banca de revistas e hoje funciona como lanchonete. Outros fiteiros presentes na Praça funcionam como sorveteria e loja de camisas esportivas.



Figura 16: Croqui da fase atual da Praça Clementino Procópio. Fonte: Desenho elaborado por Elaine Souza (2014) e editado em parceria da autora com Igor Michel, 2018.



Figura 17: Abrigo Maringá. Fonte: Autora, 2018.



Figura 18: Fiteiro comercial. Fonte: Autora, 2018.

O comércio informal hoje existente intensifica as densidades populacional e construtiva



da Praça, oferecendo uma diversidade de produtos e serviços, assim como demarcando morfologicamente o espaço (Figura 19). Suas estruturas não possuem a efemeridade esperada; mas, pelo contrário, já fazem parte da paisagem, criando fluxos e barreiras visuais que diluem as acessibilidades física e visual da Praça e seu entorno. Além disso, muitos vendedores ambulantes, conhecidos como “hippies”, vendem seus trabalhos artesanais nos bancos da Praça, motivo pelo qual a mesma adquiriu este nome. Por outro lado, o Cine Capitólio perdeu seu uso original e encontra-se abandonado, reduzindo a apropriação da Praça em relação às fases anteriores.



Figura 19: Comércio informal na Praça. Fonte: Autora, 2018.

Nesta fase, os dois espaços circulares reservados anteriormente aos espelhos d’águas foram aterrados e substituídos por um *playground* e um monumento a Argemiro de Figueiredo. Ocorreu também a junção dos canteiros menores, o que reduziu o número de passeios. Os canteiros passaram a ser contornados por bancos, o que aumentou a separação entre o passeio e as áreas verdes. Duas novas edificações foram adicionadas: um edifício comercial e um coreto. Essas edificações são integradas ao traçado radioconcêntrico da Praça. Na Figura 20, as marcações em vermelho correspondem à fase



anterior da Praça e as azuis, à atual.

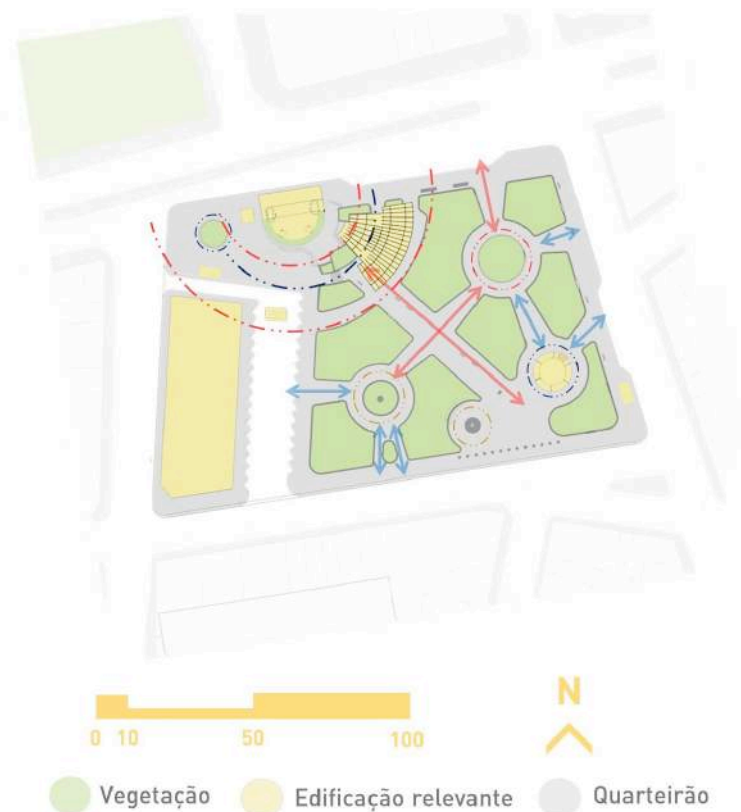


Figura 20: Esquema do atual traçado da Praça Clementino Procópio. Fonte: Desenho elaborado pela autora e editado pela autora em parceria com Igor Michel, 2018.

É interessante destacar que ocorreu uma redução na quantidade de passeios na Praça e um aumento na sua densidade construtiva. Apesar disso, sua massa vegetal também aumentou proporcionalmente. É notório o maior porte das espécies arbustivas e o aumento da massa vegetal quando se compara as fotos das fases anteriores com a atual. A vegetação tornou-se um elemento de destaque no sombreamento e na percepção da Praça, produzindo efeito paisagístico de bosque (Figura 21). Quanto ao mobiliário urbano, foram identificadas tipologias diferentes das encontradas nos momentos anteriores (Figura 22).



Figura 21: Atual vegetação da Praça. Fonte: Autora, 2018.



Figura 22: Atual mobiliário urbano da Praça. Fonte: Autora, 2018.



4. Considerações finais

A partir do resgate das linhas e expressões formais da Praça Clementino Procópio percebeu-se a vulnerabilidade das transformações morfológicas a que estão sujeitos os espaços livres públicos e do quanto nossa memória urbana não está sendo documentada ou preservada como deveria. A preservação não tão somente construtiva, mas documental, de seus registros fotográficos e técnicos.

A realidade de Campina Grande é de uma memória difusa espacialmente e pouco acessível, seja pela pouca divulgação do material em suas várias secretarias e museus, seja pelos muitos acervos particulares que não estão disponíveis ao domínio público. Nesse sentido, essa situação é preocupante, já que demonstra o pouco comprometimento da cidade com a salvaguarda de evidências físicas para a perpetuação da memória coletiva campinense.

O método de reconstrução aqui proposto também traz à luz as possibilidades de contribuição da morfologia urbana e de outras linhas de pesquisa dentro da história, geografia e do urbanismo, para reconstituir fragmentos urbanos através dessa metodologia, além da contribuição da memória de seus usuários ainda vivos. Uma urgência para tantas cidades que não têm registros dessas transformações morfológicas.

Este artigo não pretende combater as reformas nos espaços livres públicos. Pelo contrário, reconhece a importância da manutenção destes espaços e até mesmo da revisão de seus programas de necessidades; ainda mais no caso estudado, em que a Praça ampliou sua área, principalmente, pela transformação de seus limites e do logradouro público.

Apesar do amargor em deparar-se com o espaço físico e seus significados modificados e não perpetuados e, sobretudo, com tanta indiferença, faz-se uso deste espaço para



evocar o senso de responsabilidade e medidas mais eficientes de proteção da memória dos espaços livres públicos, com acervos mais bem cuidados e acessíveis, além de projetos de intervenção urbana mais transparentes e participativos.

5. Referências bibliográficas

CALDEIRA, M. A praça brasileira | trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2007, 434 folhas.

CAMPINA GRANDE, Retalhos Históricos de. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com>. Acessado em Agosto, 2018.

COSTA, S.; NETTO, M. ; SATE, S. Aplicação dos conceitos da Escola Italiana de Morfologia Urbana em cidades brasileiras planejadas e multidiferenciadas. In: Diferentes abordagens em morfologia urbana: contributos luso-brasileiros. OLIVEIRA, V. (Org.). Porto: Urban Forms, 2018, p.41-66.

GIRÃO, I e HONÓRIO, E. Cartões postais e os guardiões da memória: representação da imagem urbana de Fortaleza na primeira metade do século XX. Curitiba, 2009.

HANNES, E. Espaços abertos e espaços livres: um estudo de tipologias. Paisagem e ambiente: ensaios - n. 37, São Paulo, 2016, p. 121-144.

LAMAS, J. Morfologia e Desenho da cidade. 6 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LIMA, A. As multifaces da Clementino: um mergulho nas transformações morfológicas da



Praça Clementino Procópio. Monografia de Trabalho de Conclusão do Curso em Arquitetura e Urbanismo. UFCG: Campina Grande, 2018.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. Praças brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, K. Usos e representações das praças por moradores campinenses de diversas gerações. In: Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis, 2014.

SILVA, M. Civilizando os filhos da “rainha”. Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2011.

SOUZA, E. Estudo preliminar para requalificação da Praça Clementino Procópio. Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo. Facisa: Campina Grande, 2014.